

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO AMERICANISTA DE
JOAQUIM NABUCO

1876 - 1910

Humberto de França e Silva Júnior

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

**A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO AMERICANISTA DE
JOAQUIM NABUCO.**

(1876 – 1910)

Humberto de França e Silva Júnior.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Marc Hoffnagel.

Recife

2006

Silva Júnior, Humberto de França e

A evolução do pensamento americanista de Joaquim Nabuco. (1876- 1910) / Humberto de França e Silva Júnior. - Recife: O Autor, 2006.

302 folhas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.

Inclui: bibliografia.

1. História. 2. República - Brasil. 3. Relações internacionais – Brasil - Estados Unidos. 4. Evolução – Pensamento. 5. Nabuco, Joaquim. I Título.

**981.34
981**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/69**

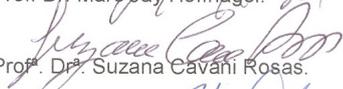


ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO HUMBERTO DE FRANÇA E SILVA JÚNIOR.

Às 09:00 hs do dia 29 (vinte e nove) de agosto de 2006 (dois mil e seis), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Humberto de França e Silva Júnior**, intitulada **“A Evolução do Pensamento Americano de Joaquim Nabuco: 1876-1910”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Marc Jay Hoffnagel (Orientador), Suzana Cavani Rosas e Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

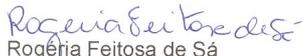
Recife, 29 de agosto de 2006.


Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel.


Prof.ª. Dr.ª. Suzana Cavani Rosas.


Prof.ª. Dr.ª. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira.


Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro.


Rogéria Feitosa de Sá

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo 1: Joaquim Nabuco Diplomata - Uma Historiografia.....	13
1.1.- Historiadores críticos do pan-americanismo de Joaquim Nabuco.....	23
1.2.- A Atualidade da Historiografia Nabuquiana.....	30
Capítulo 2: As Relações Brasil – Estados Unidos.....	38
2.1. O Brasil no Cenário Internacional e as Relações Brasil, Estados Unidos: (1860 – 1889).....	38
2.2.. A Guerra de Secessão e o Nordeste do Brasil.....	42
2.3.- As Relações Brasil - Estados Unidos no Império.....	47
2.4.- A visão de Joaquim Nabuco sobre os Estados Unidos: ... <i>uma torre de Babel bem- sucedida</i>	52

2.5.-	As lutas sociais na democracia mercantil.....	67
2.6.-	O abandono da diplomacia e o batismo na Política.....	73
Capítulo 3: O Retorno de Joaquim Nabuco à Diplomacia: 1899.....		77
3.1.-	Joaquim Nabuco e o Processo da Guiana Inglesa.....	77
3.2.-	Joaquim Nabuco: A Jurisprudência do Congresso de Berlim de 1885	90
Capítulo 4: A Diplomacia de Joaquim Nabuco em Washington: 1905-1910.....		98
4.1.-	O Brasil e América do Sul: 1900 – 1905.....	98
4.2.-	A presença britânica na América do Sul e a investida comercial dos Estados Unidos.....	100
4.3.-	O Brasil e a presidência de Theodore Roosevelt: 1901-1909.....	103
4.4.-	A criação da embaixada do Brasil nos Estados Unidos: 1905.....	107
4.5.-	Conceitos de Pan-americanismo: Rio Branco versus Joaquim Nabuco.....	116
4.6.-	- O Pan-americanismo de Rio Branco. O Pan-americanismo de Joaquim Nabuco: a nova feição do monroísmo.....	121
4.7.-	As raízes e os desdobramentos do pensamento pan-americanista de Joaquim Nabuco.....	127
4.8.-	A Diplomacia de Joaquim Nabuco. A Embaixada: 1905-10.....	132
4.9.-	Dúvidas em Washington.....	134
4.10.-	O Barão Rio Branco e o Incidente com a Canhoneira <i>Panther</i> , 1905.....	151
4.11.-	Convergências e Divergências: A política diplomática de Joaquim Nabuco e Rio Branco: 1905-10.....	159

4.12.-	Joaquim Nabuco e a III Conferência Pan-Americana de 1906...	169.
4.13.-	O Bloco ABC - Ascensão e Queda.....	175
4.14.-	O Telegrama Nº 9.....	180
	Conclusão	184
	Fontes Documentais.....	186
	Bibliografia Geral.....	191

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO AMERICANISTA DE

JOAQUIM NABUCO - 1876 – 1910

RESUMO

O propósito desta dissertação é o de oferecer uma análise a respeito da evolução do pensamento americanista de Joaquim Nabuco nas diferentes fases de sua trajetória política e diplomática. A partir de 1876, quando ele foi nomeado para as funções de Adido da Legação do Brasil em Washington, a sua estada nos Estados Unidos lhe proporcionou observações a respeito daquele país, que resultariam em reflexões sobre a sociedade, a vida política e o povo norte-americano, nas quais se salientam, também, algumas variantes de antiamericanismo. Em 1899, com o seu retorno à diplomacia, assumindo as funções de “Advogado do Brasil” na Questão da Guiana Inglesa, Nabuco interpretaria as tendências globais diante das repercussões da Jurisprudência do Congresso de Berlim, de 1885. Naquela ocasião, iniciou-se uma inflexão no seu pensamento, sobre o papel a ser exercido pelos Estados Unidos no cenário internacional do século vinte.

Finalmente, ao assumir as funções de primeiro embaixador do Brasil em Washington, Joaquim Nabuco passaria a engenhar um projeto para impulsionar uma

maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos porque Nabuco entendia que o nosso país se encontrava indefeso perante as agressões do imperialismo europeu. A partir de sua re-interpretação a respeito da Doutrina de Monroe aplicada àquela situação internacional, Joaquim Nabuco se empenhou para formular um projeto de política externa lastreado no seu próprio conceito de Pan-americanismo, que embora se inserisse no processo de “americanização” da diplomacia brasileira, nem sempre estava inteiramente alinhado com os parâmetros propostos pelo chanceler Rio Branco, à época.

PALAVRAS-CHAVE

História do Brasil, Primeira República, Joaquim Nabuco, Estados Unidos - Relações Internacionais.

THE EVOLUTION OF CONCEPTIONS OF JOAQUIM NABUCO ON THE UNITED STATES

ABSTRACT

Since the creation of the Brazilian embassy in Washington, Joaquim Nabuco, with his performance as the first ambassador of Brazil in USA, gave a new breath with for the movement to approach with the United Estates. We objectify understand the politic conception of Joaquim Nabuco since his first experience in the United States: 1876-77. His influence as the first occupant of the position of ambassador, had in the conduction of this relationship to better clarifying us its forms and characteristics. By means of work of historical analysis, having as base, essentially, primary documentation, but also the few dedicated works to the study object, is proven that Nabuco tried to print in some significant events of the time a drastic tone for the politics of approach with the United States for the hock and positions with Rio Branco, that contained it in part. Joaquim Nabuco support the monroism as a pledge of protection for the Brazilian territory,

considering this the more immediate national interest, he formulated ideas on an American system that would have to be led by the United States, considered a civilization model and irradiators of peace, that took him to accept the pretensions of this country in the continent, especially in the referring ones to the pan-americanism, politic rhetoric used do intensify the commerce with the south-american countries and to calm the tensions provoked for the actions of police of Roosevelt Central America.

Key-Words

History of Brazil, Ist. Republic, Joaquim Nabuco, United States, International Relations.

INTRODUÇÃO

A nossa escolha de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo para ser o objeto de pesquisas deste trabalho, significa que o entendemos como uma personalidade cujo pensamento diplomático, notadamente quando exerceu suas funções nos Estados Unidos da América, de 1905 a 1910, se substanciou num projeto que influenciaria a condução da estratégia de política externa do país no decurso da primeira metade do século vinte. A análise daquela fase da diplomacia de Joaquim Nabuco tem despertado interesse, principalmente, porque indica a sua intervenção na formulação de um projeto diplomático, numa fase em que o governo da República estabelecia novos paradigmas para a sua estratégia de política exterior, afastando-se da tradição europeísta que a caracterizava até então e fundando as bases para um novo modelo de relacionamento com os Estados Unidos da América do Norte.

Joaquim Nabuco, nos Estados Unidos, inicialmente ocupou o cargo de Adido de Legação entre os anos de 1876-7. Mais tarde, ele seria transferido para servir em

Londres. Porém, em 1879, ele abandonaria a cena diplomática para se dedicar à atividade política e à causa da Abolição. Após a queda do Regime Monárquico, Nabuco, um monarquista convicto, por prudência ou desengano, retirou-se da vida político-parlamentar, passando a exercer atividades intelectuais por meio das quais empreendeu um trabalho historiográfico e engendrou interpretações singulares a respeito da política doméstica brasileira e de temas sul-americanos. Da sua atividade resultariam duas obras, a *Intervenção Estrangeira durante a Revolta da Armada e Balmaceda*. Na primeira, que será também objeto de análise nesta dissertação, Nabuco procurou interpretar os acontecimentos da guerra civil brasileira de 1893-4, expondo seus pensamentos a respeito do processo político republicano e esboçando, igualmente, algumas considerações de estratégia política internacional sobre o papel dos Estados Unidos na América Latina, nas quais podemos identificar uma sutil tendência antiamericanista. Na segunda obra, Nabuco recorre a uma interpretação da Revolução chilena e do governo do presidente Manuel Balmaceda.

Depois dessa experiência e do período de intensas pesquisas historiográficas para produzir a sua obra mestra: *Um Estadista do Império*, Nabuco, em 1899, ao enfrentar dificuldades profissionais e financeiras, aceitou o convite do Presidente Campos Sales, para retornar à vida pública, a serviço da República, após superar hesitações pessoais e políticas. O seu reingresso na atividade diplomática dar-se-ia através da atuação como “Advogado do Brasil” no processo da Guiana Inglesa, 1899-1904, prosseguindo com a sua nomeação para o cargo de ministro plenipotenciário da Legação do Brasil em Londres e finalmente, no exercício das funções de primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América, 1905 -10.

No âmbito desta discussão historiográfica, o que também pretendemos colocar, compreende uma abordagem das diversas fases do pensamento antiamericanista de Joaquim

Nabuco e suas oposições. No Capítulo I, “Os Estados Unidos: *uma torre de babel bem-sucedida*”, analisaremos o conteúdo das suas reflexões, a partir da análise que ele desenvolve sobre a sociedade e, notadamente, a crise política estadunidense nos anos de 1876-7. Para tanto, nos propomos reconstruir a sua trajetória e o seu ideário por meio de uma releitura dos textos dos seus *Diários* e, principalmente, recorrendo à documentação disponível sobre aquela quadra da vida de Joaquim Nabuco.

No Capítulo II, “A Revolta da Armada : 1893-94”, buscaremos compreender a fase em que ressurge o seu antiamericanismo, que embora residual, aparece de modo mais intenso. Assim sendo, recorreremos a uma abordagem do seu pensamento acerca dos episódios da Guerra Civil de 1893-4, centrando foco no problema da intervenção estrangeira na decurso da guerra civil brasileira de 1893, o que prenunciava o empenho dos Estados Unidos em assegurar uma maior presença econômica e diplomática na América do Sul, com o propósito de ampliar mercados para os seus produtos de exportação.

No Capítulo III, - “Joaquim Nabuco e o Processo da Guiana Inglesa: 1899-1904”, oferecemos a análise de como se processou a inflexão do pensamento de Joaquim Nabuco, a partir de sua interpretação das ações estratégicas das potências colonialistas, as quais estavam respaldadas na jurisprudência da Conferência de Berlim de 1885. Esse período fecundo da vida diplomática de Joaquim Nabuco certamente se tornou o de maior importância para definir os projetos dos anos finais da sua vida, que consagraram-no como diplomata e estrategista.

Finalmente, no Capítulo IV, focalizaremos o que denominamos de um processo de “instrumentalização do monroísmo,”¹ o que permeou as suas ações no exercício do

¹ Nota: Denominamos “Instrumentalização do Monroísmo” a estratégia diplomática, que a partir de sua autoavaliação na qualidade de homem de pensamento, Joaquim Nabuco procuraria executar de modo quase independente, quando exerceu as funções de Embaixador do Brasil, às vezes, se descolando da

cargo de embaixador em Washington. Sobretudo, buscaremos compreender as suas iniciativas na condução de uma estratégia pan-americanista e as razões que fundamentaram suas propostas diplomáticas que tinham como finalidade a construção de uma “aliança não-escrita” entre o Brasil e os Estados Unidos. Do mesmo modo, analisaremos as suas relações com a cúpula do governo norte-americano e a sua desenvoltura diplomática em Washington.

Para lastrear a presente dissertação, recorreremos à leitura e aos estudos dos *Diários* de Joaquim Nabuco e utilizamos uma ampla bibliografia, principalmente nabuquiana, assim como, consultamos as *Obras Completas de Joaquim Nabuco*. No que se refere às pesquisas em fontes primárias, recorreremos ao Arquivo Privado de Joaquim Nabuco, do Centro de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco e o Arquivo do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores - Arquivo Histórico do Itamaraty.

Na Introdução para este trabalho, ofereceremos uma abordagem crítica do legado dos principais intérpretes do pensamento diplomático de Joaquim Nabuco, dividindo-os em três agrupamentos. O primeiro, definimos como o dos que justificam em obras publicadas nas primeiras décadas do século vinte, a atuação de Nabuco como um estrategista bem-sucedido na história diplomática brasileira. Num segundo grupo, discutiremos os trabalhos de Álvaro Lins,² João Frank da Costa,³ Olímpio de Souza Andrade⁴, Clodoaldo Bueno⁵ e Ricardo Salles.⁶ No terceiro, abordaremos os que se

política oficial do governo brasileiro, representada pelo ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco.

² LINS, Álvaro. *Rio Branco – Biografia*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.

³ COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

⁴ ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

⁵ BUENO, Clodoaldo. *A Política Exterior de Rio Branco: O Brasil e sistema norte-americano de poder (1902 – 1912) in Anais de História* (Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis). Assis, SP, - Brasil 1968/69.

pautam por uma crítica à diplomacia de Nabuco: Moniz Bandeira ⁷ e Marco Aurélio Nogueira.⁸ Finalizaremos com uma análise, ainda que breve, da tese de doutorado de José Theodoro Mascarenhas Menck ⁹ e da obra de mestrado de Paulo José dos Reis Pereira,¹⁰ que tratam, a primeira, sobre a atuação de Joaquim Nabuco no Processo da Guiana Inglesa, e a segunda, do ideário e das ações de estratégia pan-americanistas de Joaquim Nabuco.

⁶ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco, um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks Edit. E Dist. De Livros Ltda, 2002.

⁷ BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

⁸ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do liberalismo Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*.- Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

⁹ *Brasil versus Inglaterra nos Trópicos amazônicos: A Questão do Rio Pirara (1829 – 1904)*. Universidade de Brasília – Departamento de História, 2001.

¹⁰ PEREIRA, Paulo José dos Reis. - *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: A Atuação de Joaquim Nabuco em Washington*. São Paulo: Editora Hucitec - 2006.

Capítulo 1: Joaquim Nabuco Diplomata - Uma Historiografia

Ao se pesquisar a historiografia nabuquiana, verifica-se que alguns historiadores, pesquisadores e estudiosos se voltaram preferencialmente para uma interpretação do pensamento social de Joaquim Nabuco, em virtude de sua saliente atuação no processo da Campanha da Abolição. Seus discursos, textos, estilo, o ímpeto cívico-patriótico, a capacidade para convencer ouvintes e interlocutores produziram um interesse no passado e na atualidade, em torno desse aspecto da sua trajetória. Portanto, a nosso ver, torna-se oportuno o ensejo de pesquisas historiográficas que venham a focalizar Joaquim Nabuco como diplomata, notadamente quanto à sua estada em Washington. Porém, alertamos o pesquisador que recorra à bibliografia disponível, que ainda são escassos os artigos, livros e ensaios que focalizem a obra diplomática de Joaquim Nabuco. Assim sendo, consideramos que o nosso trabalho poderá contribuir para enriquecer, ainda que minimamente, a bibliografia diplomática nabuquiana.

Deveremos iniciar destacando que nos anos iniciais do século vinte, Manuel de Oliveira Lima ¹¹ publicou um volume com uma reunião dos seus artigos de jornais,

¹¹ LIMA, Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal. Rio de Janeiro: Fundação da Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980.

sobre o pan-americanismo, nos quais fazia severas restrições à política pan-americanista levada adiante por Joaquim Nabuco e pelo barão do Rio Branco e, também, à *desenvoltura* em política externa do presidente Theodore Roosevelt. A crítica do autor de - *D. João VI no Brasil* - estava centrada no que ele considerava (...) *a pretensão insistentemente aventada pelo Presidente dos Estados Unidos de tornar efetiva a tutela americana, moral e até material, sobre o resto do continente independente*.¹² Lima, igualmente, abordava o pensamento de Bolívar e a Doutrina de Drago,¹³ tentando confronta-los com as teses do Monroísmo¹⁴ e se colocava francamente a favor do presidente Castro,¹⁵ da Venezuela, no tocante à discussão da cobrança de dívidas européias àquele país, e o a utilização da força, pelas potências européias, para satisfazê-la, em 1902.¹⁶

Aquele historiador pernambucano não se cansou de produzir opiniões contrárias à ação do embaixador Nabuco, considerando excessivo o seu interesse para aproximar o Brasil, dos Estados Unidos e a sua defesa da doutrina pan-americanista, que no entendimento de Lima, apenas beneficiava os americanos do Norte. A postura crítica de Oliveira Lima conduziria ao rompimento da relação de amizade entre os dois diplomatas.¹⁷ Flora Cavalcanti Oliveira Lima, viúva do historiador, publicaria

¹² Idem p. 208

¹³ A respeito dos princípios desta doutrina ver: LIMA, Manuel de Oliveira. *O Pan-americanismo*, p.59. Senado Federal. Brasília, 1980.

¹⁴ Os princípios da doutrina monroísta se constituem: “a) o continente americano não pode ser objeto de futuro colonização; b) é inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos e externos de países americanos; c) os Estados Unidos se absterão de intervir nos negócios pertencentes aos países europeus(...) apud Washington Luis Neto in *Pan-americanismo*(Introdução) p. 7.

¹⁵ Ver: *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. p. 130. Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953

¹⁶ “Ao princípio de dezembro de 1902, a Alemanha e a Grã-Bretanha(e mais tarde a Itália também) estabeleceram um bloqueio das costas venezuelanas para ver se obrigavam a Venezuela a pagar certas dívidas que lhes devia e que se recusava a fazê-lo.O bloqueio terminou a 17 de fevereiro de 1903. Deste incidente é que surgiu a chamada doutrina Drago (do ministro das relações exteriores da Argentina, Luis Drago), que depois foi substancialmente aprovada pela segunda conferência de Haia de 1907. apud. Oliveira Lima, *Impressões da América Espanhola*.Rio de janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953

¹⁷ MALATIAN, TERESA. op. cit. p. 186-7.

postumamente as *reminiscências*¹⁸ do autor da *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, nas quais se encontram acréscimos aos seus textos de suas duras críticas a Joaquim Nabuco e ao pan-americanismo defendido pelo embaixador do Brasil em Washington.¹⁹

No prosseguimento da primeira metade do século vinte, apareceram obras laudatórias²⁰ à diplomacia de Joaquim Nabuco. A plaqueta de Raul Fernandes, publicada em 1927²¹ é um exemplo da mentalidade vigente. Em 1952, Oswaldo Melo Braga²² fez circular uma bibliografia nabuquiana. Trata-se de um trabalho de quase trezentas páginas, com fotografias e informações, algumas de pouca valia para os estudos historiográficos. Dunshees de Abranches e José Maria Bello²³ também publicaram trabalhos nos quais abordavam a atividade e o pensamento diplomático de Joaquim Nabuco. Igualmente, os mais conhecidos biógrafos de Joaquim Nabuco, Luís Viana Filho²⁴ e Carolina Nabuco²⁵ não se aprofundam em uma interpretação da trajetória diplomática nabuquiana. No entanto, procuraram enaltece-lo. Diga-se, porém que uma das melhores obras publicadas sobre a política externa brasileira da primeira República foi a de Álvaro Lins, na qual ele pouco menciona a atuação de Joaquim Nabuco. Porém, ao publicar a sua obra *Rio Branco – Biografia*, em 1945, Álvaro Lins buscando uma interpretação da política externa brasileira, nas primeiras décadas do século passado, afirmou que seria muito difícil apreender o significado da iniciativa do

¹⁸ OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Essas Minhas Reminiscências*. Recife: Editora Massangana, 1980.

¹⁹ Nota: Marco Aurélio Nogueira, afirma que “ Joaquim Nabuco considerava os Estados Unidos, *nosso único aliado possível*. Acrescentando (...) *a desmesurada e incondicional simpatia de Nabuco* pelos Estados Unidos provocou o descontentamento e acirrada crítica de outro diplomata pernambucano, Oliveira Lima, que atacou a política pan-americanista nabuquiana, sem lhe dar tréguas, o que veio a minar a longa amizade que havia entre Nabuco e Oliveira Lima.

²⁰ Nota: “(...) a mim, por exemplo, custa-me fazer-lhe restrições [a Joaquim Nabuco]”. José Maria Bello, *Inteligência do Brasil*, p. 72 São Paulo: Companhia Editora nacional, 1938.

²¹ FERNANDES, Raul. *Joaquim Nabuco diplomata*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Publicações, 1927.

²² BRAGA, Oswaldo Melo. *Bibliografia de Joaquim Nabuco*. Coleção B1, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional - Instituto Nacional do Livro, 1952.

²³ BELO, José-Maria. *Inteligência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938

²⁴ VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952

²⁵ NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1958

Barão do Rio Branco, ao criar a embaixada em Washington, pois o nosso ministro era um estadista extremamente reservado. Trata-se de uma afirmação que contradiz a análise historiográfica de Álvaro Lins, principalmente quando se sabe que Lins realizou pesquisas no *Arquivo do Itamaraty*, utilizando-se de fontes primárias.²⁶ O ministro Paranhos poderia ter um comportamento esquivo, mas com certeza, através dos documentos oficiais emitidos por ele na qualidade de ministro, poderiam ser recolhidas informações sobre as razões que justificaram a adoção pelo governo brasileiro, de uma política americanista. Igualmente o papel desempenhado pelo chanceler Rio Branco naquele projeto que levaria à decisão de criar a embaixada do Brasil em Washington, está evidenciado através dos documentos depositados no *Arquivo do Itamaraty*.

Álvaro Lins também analisa no seu trabalho, uma questão tantas vezes recorrente, a comparação entre o pan-americanismo de Joaquim Nabuco e o do Barão do Rio Branco, confirmando que a política pan-americanista de Paranhos primava pela defesa de uma completa autonomia nacional e internacional de cada país e que as divergências sobre as mencionadas concepções políticas entre Joaquim Nabuco e de Rio Branco não eram tão profundas. Para o historiador Lins, as ações entusiasmadas de Nabuco pela defesa do pan-americanismo vinham do seu temperamento exuberante e de sua dedicação às causas que abraçava. Lins prossegue, dizendo que para Joaquim Nabuco, o pan-americanismo era uma idéia axial, exclusiva e que sua obra de embaixador visou um só fim. No entanto, esclarece que, para o barão do Rio Branco, aquela era (...) *uma só das idéias – embora fundamental*.²⁷ A atitude do barão do Rio Branco era justificada porque ele exercia o cargo ministro, a quem competia conduzir a política exterior do governo daquela época. Assinale-se que Lins concluiria suas análises a respeito do tema, sustentando que a partir dos documentos e dos atos do

²⁶ Ver: BURNS, Bradford, *The Unwritten Alliance – Rio Branco and Brazilian American Relations*. New York/London: Columbia University Press, 1966.

²⁷ LINS. Álvaro Op. Cit. 323

Barão do Rio Branco, percebe-se que se ele fosse obrigado por pressão política, a optar entre os Estados Unidos e Europa, escolheria o primeiro.²⁸ Isto difere daquilo que os críticos de Joaquim Nabuco mantêm, afirmando que Rio Branco não seria tão inclinado à política de aproximação com os Estados Unidos, preferindo uma posição de equilíbrio em relação a Europa e os Estados Unidos, o que também pare ser verdade.

Na segunda metade do século passado, Olímpio de Souza Andrade²⁹ publicou um estudo sobre o pensamento pan-americanista de Joaquim Nabuco. No entanto, evidencia-se na obra uma escassez de fontes primárias. O texto está comprometido por conter interpretações pouco sustentáveis sobre o pensamento e a trajetória de Nabuco nos Estados Unidos. Por exemplo, Souza Andrade afirma: (...) *Nabuco prevendo (sic) a eclosão de guerra na Europa, luta pela aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América(...)*. O autor não explica como chegou a esta conclusão a respeito das *previsões bélicas* de Nabuco.³⁰ Possivelmente, para suprir a falta de uma obra que focalizasse a diplomacia de Joaquim Nabuco, em 1968, um trabalho mais consistente, porque está bem lastreado em fontes historiográficas, foi publicado pelo diplomata João Frank da Costa.³¹ Na sua obra, Frank da Costa procurou fazer uma análise mais acurada sobre a importância da diplomacia pan-americanista de Joaquim Nabuco. Foi certamente, no nosso entendimento, o trabalho mais substancial escrito sobre o assunto até aquela época. No seu texto, Frank da Costa sustentou que Nabuco via como principal motivo para a política externa do Brasil, a adesão ao monroísmo pela (...) *necessidade de proteger o território*.³² Ressaltamos, todavia que as nossas pesquisas nos conduziram a aceitar como verdadeira esta afirmação, pois o que motivou a

²⁸ LINS, Álvaro. Op. Cit. p. 324

²⁹ ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1978

³⁰ Idem. p. 44.

³¹ COSTA, João Frank da., *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

³² Idem. p. 49

“virada” no pensamento americanista de Nabuco certamente foi a sua preocupação com a preservação da nossa autonomia política e a manutenção integridade do território nacional, visto que o diplomata Nabuco se convencera que a jurisprudência resultante da Conferência de Berlim de 1885³³ se constituiu numa ameaça ao Brasil, nos anos finais do século dezenove. Frank da Costa também assinalava que (...) *a sentença de 1905 (sic)*³⁴ (processo da Guiana Inglesa) *é uma confirmação quiçá exagerada dos princípios enunciados em Berlim em 1885 relativamente ao Congo e reafirmados em 1888 – pelo Instituto de Direito internacional, como tendo valor universal.*³⁵ Seria pertinente acentuar que este conteúdo “universal” assegurado pós-1885 poderia ter despertado em Nabuco uma verdadeira preocupação no que concerne a uma recolonização embasada no “direito africano”, como ele costumava se referir à jurisprudência mencionada.

O problema historiográfico que se coloca a esse respeito, isto é, a compreensão de Joaquim Nabuco das conseqüências resultantes das normas emanadas da Conferência de Berlim, consiste em interpretar a contradição entre o que se tem afirmado sobre a mudança que se opera no ideário de Nabuco, quando da leitura da sentença arbitral do processo da Guiana Inglesa em 1904, e as suas evidentes dúvidas e incertezas e o seu desconhecimento acerca dos projetos de política exterior brasileira, por ocasião da sua nomeação para o cargo de embaixador. Nabuco não pareceria estar a par dos projetos da

³³ “A ocupação é uma maneira de conquistar soberania; tudo leva a pensar que ela implica, necessariamente, para aquele que dela se prevalece, a possibilidade de estabelecer, no território ocupado, atos constitutivos de soberania. Ora, o que é a soberania senão o direito de comandar e de fazer obedecer? A ocupação supõe, então, uma tomada de posse real e não fictícia, em outras palavras, uma tomada de posse efetiva; ela exige a implantação, em lugar determinado, de um poder estável agindo em nome do Estado ocupante e sob seus auspícios. Tal foi, efetivamente, a regra adotada como parâmetro na conferência Internacional de Berlim, cuja declaração final foi adotada aos 26 de fevereiro de 1885.” “Art. 35. As potências signatárias da presente Acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos e, se for o caso disso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que essa liberdade foi estipulada.” “Existe uma versão em português da Ata Final da conferência de Berlim de 1885, de onde o texto em português foi transcrito, em: Henri Brunswig, *A partilha da África Negra*, Lisboa: Publicações dom Quixote, 1972, págs. 80 e segs.

³⁴ Nota: A Sentença Arbitral foi pronunciada em junho de 1904, pelo rei da Itália, Vitor Emanuel III

³⁵ FRANK DA COSTA. *op.cit.* p. 49.

diplomacia brasileira para com os Estados Unidos e da estratégia pan-americanista encetada pelo governo brasileiro. Adiante-se, que Nabuco não possuía uma idéia exata do que seria a sua missão em Washington. A este respeito, destacamos uma questão que nos parece pertinente: Se o embaixador recém-nomeado não tinha idéia do que haveria de fazer nos Estados Unidos, como poderia ser sustentada a tese de Frank da Costa de que o diplomata Nabuco haveria de ser converter em um filo-monroísta, após a sentença de 1904? Vejamos o que Costa afirmou (...) *Talvez Nabuco não soubesse que a embaixada nos Estados Unidos da América fora criada ou estava sendo(...)*³⁶ Se ele não sabia dos planos de Rio Branco e do Governo brasileiro para redirecionar o Brasil para o pan-americanismo, de que forma teria mudado o seu pensamento, tornando-se um pan-americanista convicto. Como veremos mais adiante, Frank da Costa possivelmente não aprofundou o assunto. Nabuco, antes do convite em 1904,³⁷ estava informado por Rio Branco das negociações secretas, que visavam o estabelecimento de vínculos diplomáticos entre os Estados Unidos e o Brasil no nível de embaixada.

Numa tentativa de apreensão do pensamento de Joaquim Nabuco naquela ocasião, pode-se afirmar que ele compreendeu não somente os riscos que implicavam a prática da jurisprudência de Berlim de 1885, mas igualmente possuía uma percepção inequívoca de que o Brasil necessitava proteger seu território e não contava com os meios necessários para tanto. Era, deveras, imprescindível que o Brasil buscasse um aliado forte, os Estados Unidos. Ressaltamos, a propósito, que não foram localizadas correspondências de Joaquim Nabuco, nas quais tenhamos observado quaisquer indícios de que o embaixador nomeado formulou uma estratégia de política pan-americanista antes de sua chegada aos Estados Unidos, em 14 de maio de 1905. O processo de convencimento sobre a importância do papel dos Estados Unidos no cenário mundial, a

³⁶ FRANK DA COSTA op. Cit. p. 53.

³⁷ Telegrama de Rio Branco para Gomes Ferreira. 29/12/904: “Desejamos nomear para ahi Nabuco.”. AHI.

que se submeteu Joaquim Nabuco, e o projeto para a formação da aliança não-escrita Brasil - Estados Unidos, sob inspiração da doutrina pan-americanista, dar-se-ia lentamente e apareceria de modo mais evidente, nos finais de 1905, quando Nabuco se inteirava dos preparativos para a realização da III Conferência Pan-americana, conforme se pode ler nos seus diários e nas cartas datadas daquela época.

Na sua obra, Frank da Costa também afirmaria que Nabuco: (...) *pressentiu que o centro do mundo ia proximately mudar (...) e compreendeu essa evolução mundial antes da maior parte dos seus conterrâneos (...)*³⁸ acrescentando o autor: (...) *A argúcia de Nabuco nesta questão é notável pelo fato de ele não ser norte-americano(...)*³⁹ Parece um exagero a afirmação de Frank da Costa, principalmente porque ele não explica como se deu essa percepção antecipatória em Nabuco e, principalmente causa estranheza a sua afirmação, segundo a qual, Nabuco teria uma argúcia notável para perceber mudanças mundiais, mesmo sem ser um estadunidense. O que isto quer dizer? Somente os norte-americanos seriam capazes de perceberem as mudanças que se operavam no cenário mundial naquele tempo?

Seria ainda oportuno ressaltar que, embora Joaquim Nabuco tenha sido o “tradutor radical”⁴⁰ da política de Rio Branco, o seu pan-americanismo não repousava na crença da superioridade dos anglo-saxões, conforme nos lembra o diplomata Frank da Costa. Para o embaixador Costa, a política pan-americanista de Nabuco estava embasada num projeto estratégico que objetivava assegurar a integralidade do território nacional e a liderança que deveria ser exercida pelo Brasil ao sul do continente americano.⁴¹ Por isso, Joaquim Nabuco se posicionou contra as propostas de alianças do Brasil com outros países da América do Sul, o que, segundo pensava, poderia prejudicar

³⁸ Idem. p. 104.

³⁹ Ibid. p. 104

⁴⁰ Idem p. 208

⁴¹ Telegrama de Joaquim Nabuco para Rio Branco. 27/out/1905. AHI.

a nossa relação com os estadunidenses. Acrescenta o autor, que Rio Branco nutria a esperança de engenhar acordo entre Argentina, Brasil e Chile, o bloco *A B C*. O embaixador Frank da Costa também fez uma afirmação que se opõe às interpretações daqueles que desejam afastar o barão do Rio Branco de um maior entendimento com os estadunidenses e o aponta como o mais interessado em pactuar com os sul-americanos. Costa assevera que o Barão não promoveria tal acordo, sem a presença dos americanos : “*pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos, México, Brasil, Chile e Argentina*’.” ⁴²

Saliento que, decorridos alguns anos, após sair a público, a obra de Frank da Costa, o professor Clodoaldo Bueno⁴³, em 1977, publicou um artigo a respeito da política exterior brasileira, em que analisou detidamente o ideário, as propostas e as ações pan-americanistas de Joaquim Nabuco, nos Estados Unidos. Bueno sustenta no seu texto que Rio Branco não estava entre os críticos da ação de política externa de Roosevelt no Caribe, e que considerava que o Brasil deveria fortalecer seus laços com a potência emergente. É certo que Rio Branco apoiou as ações do Presidente Theodore Roosevelt, porque imaginava que o Brasil pudesse desempenhar um papel de co-garante da aplicação da doutrina monroísta na América do Sul. ⁴⁴ Isto se insere no projeto de política externa do chanceler Rio Branco, que objetivava a ampliação do prestígio do Brasil no mundo de então. ⁴⁵

No que tange ao relacionamento de Rio Branco com Nabuco, e a respeito das orientações da chancelaria sobre a condução da estratégia pan-americanista, Bueno faz uma observação pertinente, a de que também não se conhece nenhuma reprimenda de

⁴² COSTA, João Frank. p. 267.

⁴³ BUENO, Clodoaldo. *Política Exterior de Rio Branco: O Brasil e o sub-sistema Norte-americano de poder (1902 – 1912) in Anais de História*. Assis-SP: Faculdade de Letras, Ciências e Artes de Assis, SP., 1977. Apud José Theodor Menck. Op. cit. p. 334.

⁴⁴ Idem. P. 106

⁴⁵ Telegrama de Rio Branco para a Legação Brasileira em Washington. 8 de janeiro de 1905. AHI.

Rio Branco contra as pregações pan-americanistas de Nabuco: (...) *Não se conhece oportunidade em que Rio Branco tenha exigido de Nabuco um desmentido ou coisa parecida a respeito de suas pregações, acrescentando... Mas, no plano das negociações concretas, Rio-Branco era intransigente.*⁴⁶ Ao enviar o embaixador Nabuco para os Estados Unidos, o chanceler conhecia a sua personalidade, os seus laivos de imaginação, pois havia privado da sua amizade por muitos anos, e tinha a percepção de que Nabuco iria realizar a política de aproximação entre os dois países,⁴⁷ que fora engenhada pelo governo brasileiro.⁴⁸ Clodoaldo Bueno enfatiza que a posição de Nabuco em Washington, de apoio à atuação pan-americanista de Roosevelt, estaria respaldada pela opinião pública esclarecida, do Brasil, e também se inseria nos objetivos da diplomacia do chanceler brasileiro:

Num certo sentido, o Ministro brasileiro (Rio Branco) falava a linguagem de Theodore Roosevelt. Em mais de uma oportunidade recebeu o adjetivo de imperialista, principalmente na América espanhola. Mas não era figura deslocada do “ambiente”. Sua posição em relação à mensagem de Roosevelt de 6 de dezembro de 1904⁴⁹ tinha respaldo, em parte, da opinião nacional... mas boa parte da imprensa o apoiava com argumentos não muito distantes dos intuítos de exercer a hegemonia política sobre a América Latina.⁵⁰

Concluindo o seu ensaio, Bueno fez duas afirmações que parecem valiosas para a compreensão da estratégia diplomática de Joaquim Nabuco. A primeira se refere à

⁴⁶ BUENO, Clodoaldo. Op. cit. p. 113

⁴⁷ Telegrama de Joaquim Nabuco para Rio Branco. 14/11/1905. AHI “Rogo comunicar presidente tive importante conversar com o Pres.[Theodore Roosevelt] sobre futura mensagem, Estados Unidos querem cooperação México/Brasil e sendo preferível não Argentina e Chile. Queriam ver o Brasil exercer toda influência América do Sul(...)

⁴⁸ BUENO. Op. cit. p. 113

⁴⁹ Para a leitura da Mensagem de Theodore Roosevelt, consultar SYRET, Harold C. *Documentos Históricos dos Estados Unidos* p. 142 São Paulo: Editora Cultrix

⁵⁰ BUENO, Clodoaldo. *A Política exterior de Rio Branco: O Brasil e o sub-sistema norte-americano de poder (1902-1912)* in *Anais de História* p. 106. Assis, SP: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1977.

apreensão dos fatos e das tendências do mundo de então e da crise européia: (...) *descontados os exageros na ênfase dada por Nabuco, atribuídos ao seu feitio de doutrinador, pode-se afirmar que ele sentiu a viragem do poder mundial.*⁵¹ Uma outra conclusão de Bueno favorece, pinçada do seu artigo aqui mencionado, é da tese dos que vêem em Nabuco o formador de uma estratégia diplomática que afastaria o Brasil do europeísmo, conduzindo-o para uma maior aproximação com os Estados Unidos da América: (...) *sobreviveu a ele próprio e que afinal levaria o Brasil – devido à posterior bipolarização do poder mundial – integrar-se no subsistema de poder liderado pelos Estados Unidos.*⁵² Consideramos defensável a tese de Bueno, a qual mantém que a ação de Joaquim Nabuco na defesa do pan-americanismo, seguindo as diretrizes do Barão do Rio Branco, contribuiu para assegurar os rumos que a política externa brasileira tomaria no decorrer do século passado.

1.1.- Historiadores críticos do pan-americanismo de Joaquim Nabuco.

Mencionaremos, a partir deste ponto, um segundo grupo de historiadores que estudaram a diplomacia de Nabuco. Dentre os críticos da diplomacia de Nabuco, sobressaem-se Moniz Bandeira⁵³ e Marco Aurélio Nogueira. Após a análise que intentaremos acerca dessas obras críticas mais recentes, abordaremos o outro segmento dos que ressaltam a atuação de Nabuco na qualidade de diplomata adepto do pan-americanismo. Ressalvamos que alguns destes historiadores se mostraram cautelosos nas suas avaliações. Do historiadores que analisaremos no final deste trabalho,

⁵¹ BUENO, Clodoaldo. *Política Exterior de rio Branco: O Brasil e o sub-sistema norte-americano de poder (1902 – 1912) p. 112 in Anais de História Assis-SP: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1977*

⁵² BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.* 101

⁵³ BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

destacaremos: ⁵⁴Ricardo Salles ⁵⁵, Helder Silveira Gordim⁵⁶, Paulo José dos Reis Pereira⁵⁷ e José Theodoro Mascarenhas Menck. ⁵⁸

Em 1984, o historiador Marco Aurélio Nogueira publicou uma obra que igualmente despertaria o interesse entre os estudiosos da obra diplomática de Joaquim Nabuco: *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. No capítulo *O Caminho de volta: Diplomacia, Patriotismo, República*, Nogueira assinala que o retorno de Nabuco à atividade diplomática selaria a sua conciliação com o regime republicano, embora ele permanecesse como (...) *um monarquista errante*⁵⁹. Segundo o autor, para Joaquim Nabuco, a diplomacia significava o serviço à pátria, uma atividade suprapartidária⁶⁰, tratava-se, portanto, de uma questão de Estado (...) *O trânsito da rejeição para a colaboração com a república se deu pela via do patriotismo. Pondo-se acima e fora dos partidos – com, aliás, sempre fizera, com maior ou menor ênfase –, ficava fácil a Nabuco apresentar a nova opção como ‘serviço à pátria’.* ⁶¹ A decisão de Nabuco em servir a República estava fundada em argumentos, os quais Nabuco utilizaria para justificar o afastamento em relação aos grupos monarquistas empedernidos, que insistiam numa desesperançada oposição ao regime, quando, naquele tempo, de acordo com Nogueira, era já (...) *visível a consolidação da República.* ⁶²

Estamos entre os que defendem a constatação que define a evidência de um processo de evolução da estratégia de política externa de Joaquim Nabuco, fazendo-o se aperceber das

⁵⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵⁵ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002

⁵⁶ SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações do Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 2000 (Tese de Doutorado).

⁵⁷ PEREIRA, Paulo José dos Reis. *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: A Atuação de Joaquim Nabuco em Washington*. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 2006.

⁵⁸ JOSE THEODORO MENCK Op. cit.

⁵⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. P. 219. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

⁶⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República* p. 192 Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

⁶¹ Idem. 197

⁶² Ibid. 193

mudanças no eixo de poder internacional e na emergência de um sistema imperialista agressivo, ao qual aderiria os Estados Unidos, nos anos inaugurais do século vinte. O novo e desafiante concerto internacional haveria de exigir que o Brasil re-engenhasse a sua política de estratégia diplomática e que a tornasse capaz de equilibrar as nossas relações com a Europa e os Estados Unidos da América, concedendo-nos uma melhor posição entre os países latino-americanos. Acentue-se que a política americanista de Rio Branco se inseria nos propósitos seminais da estratégia diplomática republicana advinda desde a fundação do Partido Republicano em 1870. A americanização da República está exemplificada na adesão do novo regime aos pressupostos da Primeira Conferência Pan-americana de 1889, e, principalmente, com o pacto Aduaneiro do Brasil com os Estados Unidos, datado de 1891, concedendo reciprocidade tarifária àquele país, que embora não tenha sido cumprido inteiramente, afirmava um alinhamento com os norte-americanos, nossos maiores importadores, enquanto que apontava para a direção que tinha sido escolhida pelos líderes republicanos de então: uma política de relações exteriores pautada por uma linear americanização.

Marco Aurélio Nogueira, parece-nos ter o mérito de, pela primeira vez, oferecer à discussão historiográfica, um trabalho de análise sobre a diplomacia de Nabuco, que embora não tenha sido extenso, acentuava o papel de estrategista ele desempenhou. O historiador Nogueira também analisaria alguns aspectos da política externa do Brasil, acentuando a ação do barão do Rio Branco, a quem o autor credita, com razão, ter sido o principal responsável pela a estratégia de política diplomática direcionada para uma maior americanização de nossas relações estratégicas de caráter diplomático.⁶³

Barão do Rio Branco seria o grande artífice da reviravolta da política externa brasileira⁶⁴. Joaquim Nabuco foi o tradutor “radical” da política de Rio Branco e até certo ponto, um antecipador da orientação que passaria a predominar após 1912. Sua idéia de aproximação Brasil/Estados Unidos será a de que era um “privilegio” para a as nações latinas da América, serem comandadas pelos norte-americanos...⁶⁵

⁶³ José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1912.

⁶⁴ Idem. 206

⁶⁵ Ibid. p. 206

Isto demonstra que, segundo o autor, Nabuco não possuía idéias claras e definidas a respeito da política brasileira sobre o pan-americanismo, antes de sua estada em Washington, 1905-10. Porém, Nogueira assevera que o embaixador estava inteirado dos projetos do chanceler, os quais tinham por objetivo a construção de uma aliança com os Estados Unidos. Também não lhe parece correto ver (...) o *pan-americanismo como já virtualmente existente nas fases anteriores da trajetória de Joaquim Nabuco*⁶⁶ (...) *O pan-americanismo de Nabuco somente aparecerá com sua adesão à república e com a mudança da política externa brasileira.*⁶⁷ Conclui-se, portanto, que atuação pan-americanista de Nabuco não foi antecipatória e passaria a ser a consequência política oficial brasileira, tendo sido executada em suas multiplicidades, sem o assentimento de Rio Branco. Num trecho do seu livro, Nogueira reflete sobre a estratégia de Joaquim Nabuco, numa tentativa necessária para se esclarecer o real papel que ele teria desempenhado nos Estados Unidos. Vejamos o que Nogueira afirma: (...) *Seria, no entanto, injusto e incorreto referenciar a concepção pan-americana de Nabuco a uma mera capitulação diante da implacabilidade da ascensão hegemônica dos Estados Unidos. Ou mesmo a uma hipervalorização das virtudes norte-americanas.*⁶⁸ Numa análise posterior, Nogueira declarava: (...) *Nabuco estava desarmado para enfrentar o problema, pois apenas intuía a mudança que se operava no mundo, baralhando as relações internacionais. Não compreendia o caráter mais profundo daquela fase de transição - os avanços do capitalismo monopolista, com seu corolário maior o imperialismo.*⁶⁹ Assegurar que Nabuco não tinha uma percepção amadurecida em relação aos acontecimentos do seu tempo, 1900 e 1910, mereceria, talvez, uma outra interpretação. A nosso ver foi justamente a acuidade de Nabuco, a sua

⁶⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio *As Desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. P. 203. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

⁶⁷ Idem. p. 203.

⁶⁸ Ibidem. p. 211

⁶⁹ Ibidem. P 210.

percepção das tendências daquele período, que possibilitou a sua mudança do europeísmo para um pan-americanismo militante. O que a leitura do segundo volume de seus diários poderá assegurar.

Finalizando, a mencionada obra também produziu a discussão de um outro tema recorrente, a *ingenuidade* de Nabuco em política externa. Entendemos que não parece haver amparo historiográfico para esta tese. Nem se justificariam as palavras do historiador Marco Aurélio a este respeito: (...) *Será esse misto de ingenuidade, intuição e generosidade que orientará a propaganda pan-americanista de Nabuco nos Estados Unidos*.⁷⁰ Intentaremos demonstrar nesta dissertação, que Nabuco possuía capacidade para compreender os problemas internacionais daquele tempo e também foi co-artífice da nossa política pan-americanista, e não apenas um seguidor das idéias do barão do Rio Branco. A correspondência oficial do Barão do Rio Branco, remetida⁷¹ para o embaixador Joaquim Nabuco, atesta que o chanceler sabia perfeitamente que estava enviando para Washington, um diplomata capaz de perceber o projeto estratégico da chancelaria brasileira. A dúvida mais pertinente que nos ocorre é se o Ministério das Relações Exteriores, de fato, havia preparado e amadurecido um plano estratégico para assegurar a passagem de uma diplomacia europeísta para um processo vinculado ao americanismo.

No seu livro, *As Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização (Presença dos EUA no Brasil)*, o historiador Moniz Bandeira, um candidato a herdeiro da tradição de estilo arrebatado que caracterizava Oliveira Lima, afirma sem reservas: (...) *Joaquim Nabuco, nomeado primeiro embaixador do Brasil em Washington, não*

⁷⁰ Ibidem. 212.

⁷¹ “Desejamos nomear para ahi Nabuco. Presidente elevaria à embaixada a nossa Legação se esse governo quizesse elevar na mesma ocasião a sua aqui. Nesse nosso desejo verá o governo americano o que temos de que se estreite cada vez mais as relações de amizade entre as duas maiores repúblicas do continente, quase iguais na extensão, embora desiguais no poder. Nosso único embaixador seria ahi acreditado. Converse com Hay sobre o assunto. Correspondência de Rio Branco para A. Gomes Ferreira, ministro da Legação Brasileira em Washington. 29/dezembro/1905. Telegrama N° 33. IHA.

*compreendeu o sentido que Rio Branco imprimiu ao monroísmo. Deu-lhe caráter de adulação aos Estados Unidos.*⁷² O autor não explica em sua obra, o que o teria levado a asseverar que Joaquim Nabuco: “não compreendeu o sentido” do monroísmo de Rio Branco. A afirmação de Bandeira conduz para um outro problema: Rio Branco se recusava a enviar instruções para o embaixador, determinando com clareza, quais seriam os rumos do projeto americanista conduzido pelo governo brasileiro. Haveria intencionalidade neste silêncio do chanceler? Este nos parece um problema maior, posto que, se Rio Branco não se esmerava em elucidar os objetivos da estratégia da sua política, como se poderia afirmar que Joaquim Nabuco (...) *não compreendeu*. Nabuco reclamava, pelo se constata de várias notas do seu diário e de cartas a amigos, que Rio Branco silenciava sobre assuntos relevantes. O embaixador do Brasil se encontrou obrigado pelas circunstâncias, a tomar iniciativas que lhe pareciam as mais apropriadas para desencadear a sua política pan-americanista nos Estados Unidos. Se Rio Branco não usou de linear clareza com Joaquim Nabuco, detalhando quais seriam os objetivos do governo naquele tempo, não se poderia asseverar que “Nabuco não compreendeu o sentido da política que Rio Branco imprimiu ao monroísmo”. Parece que Moniz Bandeira não se contentou com essa afirmação, que talvez requeira reparos, e mais adiante acrescentaria: (.....) *Nabuco exagerou de tal modo seu americanismo que Rio Branco, para equilibrá-lo, precisou referir-se expressamente, à contribuição da Europa na formação da América.*⁷³ É verdade que Rio Banco no discurso inaugural da III Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro,⁷⁴ em 1906, expôs a tese da importância da Europa em nossa formação. Isso nos pareceria mais próximo de uma política de

⁷² MONIZ, BANDEIRA. op. cit. p. 151

⁷³ MONIZ BANDIERA. op.cit. p. 153

⁷⁴ OLIVERIA LIMA. Op. cit. 17.

equilíbrio e de multilateralidade,⁷⁵ para não melindrar os europeus, pois o governo brasileiro havia se esmerado na preparação da conferência, e tinha convidado o chefe da diplomacia de potência emergente, os Estados Unidos, o Ministro Elihu Root, para inaugurá-la. Ademais, é patente que entre os mais importantes objetivos da política externa de Rio Branco estaria a necessidade de buscar “dar prestígio” ao Brasil, naquele momento de ebulição do imperialismo europeu.⁷⁶ O seu discurso “europeísta” nos parece que estaria mais voltado para neutralizar os objetivos estratégicos dos europeus. Não há como sustentar que Rio Branco tenha escrito o seu discurso inaugural para “deter os exageros” de Joaquim Nabuco.

Como nos referimos neste texto, segundo professor Clodoaldo Bueno, parece que não existem documentos que demonstrem instruções de Rio Branco aconselhando o embaixador ou exigindo que ele mantivesse um comportamento contido capaz de assedar suas palavras de apoio ao pan-americanismo. Pelo contrário, conforme se constata pela leitura do telegrama abaixo descrito,⁷⁷ Joaquim Nabuco já tratava diretamente com o presidente Theodore Roosevelt, uma estratégia de relacionamento preferencial entre os Estados Unidos e o Brasil. E, como era de se esperar, informava o assunto ao chanceler, acrescentando uma citação a respeito da aliança multissecular

⁷⁵ Nota: As tendências da política externa brasileira na República se constituíam (...) *não apenas a aproximação dos EUA, mas uma reorientação correspondente nas relações com a Europa – é marcado por uma significativa ruptura relativamente à política do Império* cf. Bradford Burns apud Helder Gordim da Silveira op. cit. p 108

⁷⁶ Telegrama de Gomes Ferreira para Rio Branco. 12/01/1905. IHA..

⁷⁷ “Rogo comunicar presidente tive importante conversa com o Presidente[Theodore Roosevelt] sobre futura mensagem Estados Unidos querem cooperação México/Brasil e sendo preferível não Argentina e Chile. Quereriam ver Brasil exercer toda influência América do Sul. (Suponho em Venezuela) procederão a acordo não podendo Brasil [...] distante. Telegrama não posso dar idéia da importância conversa. Deseja porém submeter Presidente necessidade confiança a presidente Roosevelt para franqueza nossa atitude. Se duvidarmos sustenta-la se ficarmos indecisos entre Europa ou vizinhos EUA seremos dispensados por estes. Devido longa e fiel inteligência com Inglaterra Portugal salvou integridade nosso todo. Somente por inteligência EUA podemos por nossa vez salvar e até, como eles desejam, dadas certas circunstâncias, aumentar com Guiana e Vale Amazonas todo. Penso não devemos dar Castro[presidente da Venezuela] nenhum apoio agora eles oferecem Caracas reunião 3º Congresso pan-americano. [...] Root chegou a dizer iria Rio de Janeiro. [...] é por ver nesta embaixada eixo toda nossa política exterior presidente disse-me anteontem criação dela iniciou uma nova política continente[...] (tudo neste tel.) Telegrama de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco 14 de novembro de 1905. AHI.

entre Portugal e a Inglaterra, para aventar, que o apoio norte americano poderia resultar em benefícios para o Brasil. Isto é, a posição de líder na América do Sul: (...) *dadas certas circunstâncias, aumentar com Guiana e Vale do Amazonas todo (...)*. Está claro, portanto, que Nabuco pretendia obter vantagens com relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, até para dilatar o nosso território no Amazonas, saldando, talvez, a dívida que Nabuco carregava, em função da “perda” dos trinta mil quilômetros quadrados de território, em função da sentença do rei da Itália, em 1904.

1.2. - A Atualidade da Historiografia Nabuquiana

Dentre os mais recentes trabalhos sobre a ação e as formulações de estratégia de relações internacionais de Joaquim Nabuco, assinalamos a obra do professor Helder Gordim da Silveira, *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima Um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil*⁷⁸. No estudo, o autor se dispõe a (...) *analisar as formas de representação acerca do processo de americanização das relações internacionais do Brasil (...) produzidas por Oliveira Lima e Joaquim Nabuco.*

⁷⁹ Na tese de Silveira, observa-se que o autor faz uma interpretação dos textos de Joaquim Nabuco e de Manuel de Oliveira propondo alcançar uma compreensão dos paradigmas das relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos, tomando como base a emergência dos Estados Unidos da América, num contexto internacional de competição extensiva em que o sistema liberal europeu dava mostras de esgotamento.

⁷⁸ Op. cit. p.17

⁷⁹ HELDER GORDIM DA SILVEIRA. Op.cit. p. 41

O estudo de Silveira nos apresenta certos aspectos do processo de americanização das relações internacionais do Brasil, quando a partir da proclamação da República, reativou-se a discussão em torno da necessidade do Brasil se aproximar dos Estados Unidos, buscando se espelhar no modelo político vigente naquele país. A constituição brasileira de 1891 estava permeada pelos paradigmas do Direito Constitucional norte-americano. Por outro lado, o expressivo volume da exportação de produtos agrícolas para os Estados Unidos, se um por lado nos fornecia as divisas necessárias ao equilíbrio de nossas contas externas, por outro, nos colocava em posição de vulnerabilidade pela excessiva dependência da exportação do café. O Barão do Rio, na opinião de Helder Gordim, percebia estas desvantagens brasileiras. O Brasil necessitava se desprender do seu europeísmo, abrir novas frentes internacionais para fundar uma nova diplomacia e conseguir ultrapassar a Argentina, na América do Sul.

Helder Gordim da Silveira igualmente examina na sua obra, o paradigma ideológico da americanização (...) *nas construções discursivas de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima(...)*⁸⁰. Ao abordar o discurso de Joaquim Nabuco, Gordim declara que ele (...) *imprime um cunho marcadamente pessoal à sua atuação na capital americana, pondo-se como figura central no processo de aproximação Brasil-Estados Unidos, sob a égide pan-americanista.*⁸¹ O historiador acrescenta (...) *Esta forma de atuação irá valer-lhe desentendimentos cada vez mais graves com Rio Branco e críticas públicas progressivamente mais ásperas de Oliveira Lima.*⁸² Seria importante ressaltar que Gordim não explica quais são os “desentendimentos cada vez mais graves” que mantiveram Nabuco e Rio Branco, que nosso ver, se existiram, não foram suficientes para que Paranhos Júnior impedisse a atuação do embaixador nos Estados Unidos.

⁸⁰ HELDER GORDIM. op. cit. p. 130

⁸¹ Idem. p. 133

⁸² Ibidem. p. 133

Observe-se que, na ocasião da chegada de Nabuco aos Estados Unidos, ele seria saudado pelo chanceler Rio Branco.⁸³

Este assunto possui notável relevância e necessitaria ser explicado, porque nele está contida a origem das teses dos que discordaram da política de Nabuco nos Estados Unidos. Como já se disse, Moniz Bandeira sustenta que Nabuco “não compreendeu” a estratégia de Rio Branco. Igualmente, há algumas teses procurando desqualificar a ação de Joaquim Nabuco, como se ele tivesse propugnado uma diplomacia voltada para o “entreguismo”, quando a sua ação foi justamente o contrário disto. Ver a sua astúcia em utilizar a influência nos Estados Unidos, para ... *Somente por inteligência EUA podemos por nossa vez salvar e até, como eles desejam, dadas certas circunstâncias, aumentar com Guiana e Vale Amazonas todo. Penso não devemos dar Castro [presidente da Venezuela].*⁸⁴ É também possível que Nabuco tenha cometido excessos no seu afã para aproximar o Brasil dos Estados Unidos, mas o seu interesse foi o de propor uma aliança política entre as duas nações, visando proteger o território brasileiro, assegurar a nossa independência e sobrepor o país à Argentina e aos demais competidores sul-americanos, almejando uma aliança preferencial com os Estados Unidos, a potência emergente naquele tempo, segundo o seu entendimento. Neste particular, Helder Gordim está de acordo, ao declarar que Rio Branco e Joaquim Nabuco (...) *embora cada um a seu modo, reconheciam nos EUA o centro e um subsistema internacional de poder.*⁸⁵ Esta afirmação nos anima a um convencimento de que não poderia ter havido uma divergência entre Rio Branco e Joaquim Nabuco, quanto aos princípios da política pan-americanista defendida pelo chanceler, pelo menos, em suas linhas básicas. O que

⁸³ Telegrama de Rio Branco para Joaquim Nabuco: “Saúdo affectuosamente o novo embaixador certo de que ahi permanecerá muitos anos relacionando-se cada vez mais com homens influentes para que n’esse postos possa prestar ao nosso paiz todos os serviços que esperamos do seu saber e patriotismo” 22/05/1905. AHI

⁸⁴ Telegrama de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco 14 de novembro de 1905. AHI.

⁸⁵ HELDER GORDIM op. cit. p. 121

houve durante o processo foram algumas arestas, questões de estilo. Por outro lado, ao analisar a “desinteligência” entre Oliveira Lima e Nabuco, Helder Gordim faz uma análise no que isto teria consistido, porém, talvez, teria sido mais enriquecedor, que o autor tivesse discorrido mais intensamente sobre as questões que levaram a este desentendimento. Por exemplo, os aspectos pessoais do relacionamento, pedidos de favores que Lima fez a Nabuco, não atendidos. A notória inveja de Oliveira Lima, evidenciada pelo fato de não ter sido nomeado para um posto mais relevante. Finalizando, Helder Silveira, em seu cuidadoso estudo, acentua que havia convergências evidentes entre o pensamento de Oliveira Lima e de Nabuco, no que diz respeito à aplicação do paradigma norte-americano, anglo saxão, “superior”, branco, às nações “pouco civilizadas” da América Latina. Também mereceria citação, o posterior surgimento do filo-americanismo de Oliveira Lima, nas décadas finais da vida, quando ele assumiu o posto de professor da Universidade Católica de Washington.

Em 2001, José Theodoro Mascarenhas Menck defendeu na Universidade de Brasília, a Tese de Doutorado: *Brasil versus Inglaterra nos Trópicos amazônicos, A Questão do rio Pirara 1829 – 1904*. O trabalho não está voltado para uma abordagem da política de estratégia diplomática de Joaquim Nabuco, porém consideramos oportuna a sua análise, primeiro, porque o autor defende que a vivência em política diplomática de Joaquim Nabuco, naquele período, motivou a sua “virada” para o filo-americanismo. Dentre os argumentos apontados por Menck, um deles seria o de que a análise por parte de Joaquim Nabuco, a respeito dos postulados jurídicos da Conferência de Berlim de 1885. A Jurisprudência do Congresso de Berlim, que instituiu normas jurídicas para a partilha do Mundo entre as nações imperialistas da Europa,⁸⁶ convencera Nabuco que a

⁸⁶ “A raiz do fracasso brasileiro está no fato de o árbitro, aconselhado por seus auxiliares juristas, todos então ilustres catedráticos de Direito Internacional Público, ter entendido ser aplicável ao caso a doutrina jurídica para a partilha da África, cujas origens se encontram no célebre Congresso de Berlim de 1885.

sua aplicação colocaria o Brasil sob o perigo de perder parte do seu território, então desabitado. Utilizaremos nesta dissertação de mestrado, o estudo de Theodoro Menck, para intentarmos uma compreensão deste ponto crucial na trajetória da evolução do pensamento diplomático de Joaquim Nabuco.

Em 2006, foi publicado um livro sobre a atuação de Joaquim Nabuco em Washington, por Paulo dos Reis Pereira. Trata-se de *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: A Atuação de Joaquim Nabuco em Washington*, no qual o autor analisa as conseqüências resultantes da criação da embaixada do Brasil nos Estados Unidos em 1905 e o desempenho de Joaquim Nabuco. Paulo Pereira, no seu livro, entre outros aspectos, destaca a percepção de Joaquim Nabuco quanto à crescente importância dos Estados Unidos no contexto internacional daqueles anos. Ao abordar o monroísmo, Pereira declara que Joaquim Nabuco estava convencido de que o Brasil sofreria reveses diante da política neo-imperialista das nações européias. Segundo o autor, Nabuco considerava essencial a proteção dos Estados Unidos para assegurar ao Brasil, a sua integridade territorial. Nos capítulos finais da dissertação, Paulo Pereira faz considerações pertinentes às *Táticas de relacionamento com os Estados Unidos de Nabuco e de Rio Branco*. As concepções de Rio Branco quanto à política pan-americana dos Estados Unidos durante e após a Conferência da Haia, em 1907, são, igualmente, objetos de estudos de Paulo Pereira.

Numa obra recente: *Joaquim Nabuco, um pensador do Império*, de Ricardo Salles,⁸⁷ no capítulo *The White Man's Burden (A tarefa do homem branco)* o autor sinaliza as características do pensamento de Joaquim Nabuco contidas no livro: *Balmaceda*, no qual Nabuco interpreta a Revolução Chilena no período do governo do

Não há, nos documentos italianos, quaisquer outras referências que pudessem ter levado o árbitro a se posicionar contrário aos interesses brasileiros na questão.” THEODORO MENCK op. cit. 398

⁸⁷ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco, Um pensador do Império* Rio de Janeiro: Toopbooks Edit. e Dist. de Livros Ltda, 2002

presidente Manuel Balmaceda.⁸⁸ Salles ressaltou que Nabuco, à época em que produziu a obra mencionada, interpretava as mudanças do monroísmo. Para Joaquim Nabuco, o monroísmo deixara de ser apenas o desejo norte-americano de proteger a América Latina dos supostos planos de reconquista por parte das grandes nações européias, substanciando-se também numa política de Estado com propósito de, a longo prazo, ampliar as suas relações com os países da América Latina. Seria pertinente, mencionar que em obra recente, o professor Robert Freeman Smith assevera, em contraposição à percepção de Joaquim Nabuco, que por volta do final do século dezenove, lideranças norte-americanas iniciaram uma discussão acerca do papel que deveria desempenhar os Estados Unidos, ante (...) *um mundo que estava sendo fechado por impérios em expansão...*⁸⁹ Adotou-se naquele país, a política européia de intervenções em nações ditas menos civilizadas. O poder de polícia deveria ser exercido pelos Estados Unidos, sobre essas nações. Abria-se a porta para intervenção no Caribe e na América Central. Os estadunidenses lançavam o olhar de conquista para a região. Foi nesse ambiente, que em 1905, Joaquim Nabuco assumiria a embaixada do Brasil em Washington. Joaquim Nabuco e o chanceler Rio Branco percebiam este movimento dos norte-americanos, exibindo com tolerância, pois consideravam que a ação imperialista dos Estados Unidos não estava voltada para um país como o Brasil.

Ricardo Salles, mais adiante, igualmente, analisou a posição de Nabuco diante da intervenção das forças navais estrangeiras na ocasião da Revolta da Armada, de 1893-4, quando, segundo o autor, Floriano Peixoto teria concordado que os estadunidenses interferissem numa questão doméstica do Brasil. Sabe-se que Nabuco

⁸⁸ José Manuel Balmaceda. (Santiago – Chile 1840 – 1891), político e estadista chileno, chegou à presidência da República (1186 – 1891), tendo sido derrubado depois de violenta guerra civil. Asilou-se na embaixada da Argentina, recusando-se a sair do país ou a ser julgado por seus vencedores. Viveu até expirar o seu mandato legal, suicidando-se no dia seguinte. Apud. Joaquim Nabuco, *O Dever da Política*. Organização: José Almino de Alencar e Ana Pessoa. Rio de Janeiro: Casa da Rui Barbosa, 2002.

⁸⁹ SMITH, Freeman Robert in BETHEL, Leslie(Org.) *História da América Latina vol IV de 1870 a 1930 p. 621* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP –Imprensa Oficial do Estado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001

via com preocupação a aproximação entre o governo ditatorial de Peixoto e os Estados Unidos, pois segundo o entendimento de Nabuco, a política florianista poderia colocar em perigo a soberania nacional.⁹⁰

Quando da nomeação do Barão do Rio Branco, em 1902, estava Joaquim Nabuco decidido a se empenhar de todo pelo serviço diplomático, ainda que sob a República, pois ele já principiava a enxergar as ameaças imperialistas, rondado o Brasil. Ele temia que o Brasil sofresse o que outros países tinham experimentado: independência reduzida, ou ainda que algumas partes do nosso território fossem extirpadas e colocados sob o julgo das nações européias. Ricardo Salles ainda sustenta que Nabuco possuía uma visão do cenário político internacional (...) *esse foi também o momento em que ele passou a ter uma nova percepção do cenário internacional, particularmente da postura mais agressiva dos Estados Unidos nesse cenário, através do que ele denominou “nova feição do monroísmo”*.⁹¹

Finalmente, procuraremos analisar uma obra recente, *Joaquim Nabuco – Monarchism, Panamericanism and Nation-Building in the Brazilian Belle Époque*, da professora da Universidade de Leeds, Inglaterra, Stephanie Dennison. O livro lançado em 2006, procura oferecer uma interpretação da contribuição de Joaquim Nabuco para o pensamento político e a construção da Nação, durante a chamada “Belle Époque”. A autora traça uma divisão na qual analisa o ideário de Joaquim Nabuco, no que concerne à sua visão a respeito da Monarquia Constitucional e do seu esforço para adaptá-la à situação política que emergia após a Lei da Abolição.

Numa segunda parte, Dennison aborda a estratégia diplomática de Joaquim Nabuco em Londres, como Ministro Plenipotenciário, e em Roma, como “Advogado do Brasil”, na Questão da Guiana Inglesa e, finalmente em Washington, quando ele foi

⁹⁰ SALLES, Ricardo Op. Cit. p. 287

⁹¹ SALLES, Ricardo. Op. Cit. p. 309

investido no cargo de embaixador e ensejou a sua política Pan-americanista, procurando promover uma relação preferencial entre o Brasil e os Estados Unidos.

Ainda que a obra esteja redigida num estilo saboroso e demonstre o domínio de Dennisson, quanto ao assunto, a autora parece não ter recorrido a uma maior quantidade de documentos de fontes primárias que lastreassem às suas argumentações, pois se verifica uma escassez dessas citações. Há, porém, salientes análises do pensamento nabuquiano no capítulos I: *Nabuco and Monarchism, Monarchism and Floriano*, no qual aborda a questão da Revolta da Armada, 1893-4, e no seguinte, *Nabuco and diplomacy*. Ainda que haja informações que careçam de verificação, como a data da entrega de Credenciais ao Presidente Theodore Roosevelt, que a autora afirma ter ocorrido em 21 de janeiro de 1905, quando, na verdade deu-se em 24 de Maio de 1905⁹².

Em suma, a autora ressalta a importância da contribuição de Joaquim Nabuco para o estabelecimento de uma nova agenda para a diplomacia brasileira, na “Belle Époque”, consubstanciada numa ação semi-independente em Washington, visando, de acordo com Stephanie Dennison, montar uma parceria Brasil – Estados Unidos que visasse proteger o território brasileiro. Do mesmo modo, declarou Dennison, que Nabuco intentava reservar ao Brasil, o papel de “vice-presidente” das Américas, ao lado⁹³ do “presidente”, os Estados Unidos, o que certamente não agradaria às nações latino-americanas.

Ao concluirmos este estudo, acentuamos que a bibliografia a respeito de Joaquim Nabuco, no que concerne a sua fase diplomática, embora tenha sido acrescida de importantes trabalhos, mais recentemente, ainda carece de novos e extensos estudos, no que esta dissertação tem o propósito de contribuir, ainda que modestamente, para

⁹² DENNISON, Stephanie. *Joaquim Nabuco – Monarchism, Panamericanism and Nation-Building in the Brazilian Belle Époque*. p. 156. Oxford: Peter Lang. 2006.

⁹³ Idem. p. 154

ampliar os conhecimentos disponíveis à compreensão do que consistiu a evolução do pensamento americanista e as ações de estratégia diplomática de Joaquim Nabuco.

Capítulo 2: As relações Brasil – Estados Unidos

2.1- O Brasil no Cenário Internacional e as relações Brasil, Estados Unidos:

(1860 – 1889).

No decurso da década de 1860, além dos problemas resultantes da *Questão Christie*, o governo Imperial se inquietava, em face às pretensões europeias de violarem a integridade do território latino-americano. Aproveitando-se da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a Europa intentava reconquistar os antigos territórios coloniais. A

França e Espanha lançaram seus olhares sobre a Região, e, principalmente este último país desejava reconquistar suas ex-colônias. Pelo Tratado de Londres, de 1861, a Inglaterra, França e Espanha uniram para organizar uma força capaz de “fazer reparações” aos interesses dos seus cidadãos que teriam sido violados, com a decisão de Benito Juarez em declarar a moratória dos débitos do México diante dos credores franceses, espanhóis e britânicos, que atingiam um montante tal que, somente a totalidade da arrecadação do estado, durante dois anos seguidos, poderia assegurar o pagamento.⁹⁴ A Espanha enviou seis mil soldados, a Inglaterra, setecentos marinheiros e a França, dois mil e quinhentos soldados que desembarcaram no porto de Vera Cruz. Estes países, sobretudo a França e Espanha, tinham olhos cobiçosos voltados para o território latino-americano. A Espanha mantinha pretensões re-colonizadoras⁹⁵ e o imperador Napoleão III estava convencido de que os EUA estariam logo arruinados com a Guerra de Secessão e, portanto, pretendia, com sua campanha contra o México, conquistá-lo para mais tarde estender o seu domínio a todo o continente.⁹⁶

A França impôs ao México, o governo monárquico de Maximiliano de Habsburgo,⁹⁷ num esforço aberto de re-colonização⁹⁸. O a estratégia de política externa de Napoleão III estava inserida num projeto maior do que o estabelecimento de uma “monarquia títere” no México. A França estava se preparando para um ação mais abrangente visando a conquista de outras regiões da América Latina. O soberano do México, Maximiliano, estava comprometido com o projeto de re-colonização da América Latina e chegou a oferecer partes do território mexicano como pagamento para

⁹⁴ THOMPSON, J. M. *Louis Napoleon and The Second Empire* p. 214. New York: The Noonday Press, 1955

⁹⁵ DAYTON, William.p. 81

⁹⁶ Idem. p. 286

⁹⁷ Ver: THOMPSON, J. M. *Louis Napoleon and the Second Empire*. Now York: The Noonday Press, 1955.

⁹⁸ DONGHI, Halperin *História da América Latina*. p.135. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1976

atender às reclamações francesa ao México.⁹⁹ A aventura francesa naquele país, terminou com a execução do imperador Maximiliano em 19 de junho de 1867. A queda dos Habsburgos no México não tranquilizaria os governantes latino-americanos que suspeitavam da Europa e tinham como prováveis as ameaças aos seus países.

Naquele período, a Inglaterra, desejando manter sua posição de fornecedora de produtos industrializados, mantinha uma política agressiva e desestabilizadora nos países da América Latina. Em 1861, ocorreria um grave estremecimento nas relações Brasil-Inglaterra, a *Questão Christie*.¹ As desinteligências entre os dois países resultariam no bloqueio do porto do Rio de Janeiro pela esquadra inglesa, ensejando uma dura reação do governo de Dom Pedro II, o que, aliás, conduziu ao rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra. Aquele seria um caso singular em nossa história diplomática porque, no que concerne à política exterior do Governo Imperial, mantinha-se o cuidado de manter um equilíbrio nos negócios externos com o objetivo de proteger o Brasil de conflitos com outras nações. O governo Imperial, buscando uma

⁹⁹ DAYTON, William. p. 299

¹⁰⁰ “Alem das divergências suscitadas pela questão do tráfico de africanos e da pretendida renovação de seu vantajoso Tratado de Comércio, outras sustentou o Império do Brasil contra a Inglaterra, algumas, aliás, baseadas em motivos de ordem exclusivamente pessoal, isto é, arbitrarias atitudes assumidas por seu Ministro no Rio de Janeiro, William Dougal Christie. O primeiro caso originou-se na pilhagem, na Costa do Rio Grande do Sul, da carga de uma embarcação inglesa aí naufragada em 1861(...) O Segundo incidente, simples ocorrência policial, verificou-se no Rio de Janeiro, no ano seguinte. Dois oficiais da marinha britânica, embriagados e a paisana, desrespeitaram uma autoridade brasileira, foram presos, e, logo depois de conhecida sua condição militar, postos em liberdade. Juntando os dois episódios, exigiu Christie o pagamento imediato de indenização pelo primeiro e amplas satisfações pelo segundo, inclusive a punição dos funcionários que julgava responsáveis. Não acedendo o governo imperial às exigências do diplomata, determinou este que navios ingleses apresassem, fora do porto do Rio de Janeiro, algumas embarcações mercantes brasileiras(...) Não julgando satisfatórias as explicações que lhe foram dadas, rompeu o Brasil relações com a Inglaterra, deixando a sua capital o nosso representante e recebendo passaportes o substituto de Christie junto à corte de São Cristóvão. Reconhecendo, porém, o governo brasileiro, a origem puramente pessoal do conflito, e levando em conta a antiga amizade brasileira e portuguesa com a Inglaterra, admitiu, pouco depois, que o caso fosse decidido por arbitramento do Rei dos Belgas(...) O laudo de Leopoldo I foi inteiramente favorável ao Brasil, motivo pelo qual, reconhecendo a Inglaterra a precipitação com que agira o Ministro Christie, incumbiu o Ministro Edward Thornton de apresentar a D. Pedro II as escusas do governo de Sua Majestade Britânica. Encontrava-se o Imperador do Brasil em Uruguaiana, em plena guerra com o Paraguai, em 1865, quando foi procurado pelo agente inglês, que aí mesmo deu cumprimento à missão, reatando-se as relações com a Inglaterra, ficando inteiramente desfeito o incidente que dera causa ao rompimento.” (VIANNA, Hélio *História do Brasil vol. III Império e República* p.123 São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.)

harmonização estratégica, evitava a realização de tratados com as grandes potências européias.

As relações Brasil – Estados Unidos, a partir da Independência do Brasil em 1822, foram permeadas pela expectativa dos brasileiros de que os EUA firmassem um pacto de defesa mútua com o país, o que não ocorreria por oposição do Congresso Norte-Americano. Houve, nos anos seguintes à Independência, inexplicável entusiasmo por parte dos brasileiros que defendiam uma maior aproximação com os EUA. Por exemplo, em 1834, oito deputados apresentaram no Parlamento do Império, uma proposta recomendando a formação de uma federação incluindo o Brasil e os Estados Unidos.¹⁰¹ Não se sabe se aqueles parlamentares tiveram o cuidado de, antecipadamente, consultarem os seus parceiros norte-americanos a respeito dessa tremenda idéia.

Nos meados dos século dezenove, a ocupação e a anexação de quase dois terços do território mexicano pelos americanos, assustou os estadistas brasileiros no período regencial, quando se verificavam agitações em várias províncias brasileiras, o que enfraquecia o governo central.

As relações com os Estados Unidos prosseguiram sem grandes alterações, no decorrer das décadas seguintes, até que nos anos de 1860, eclodiram duas guerras no continente americano, a de Secessão nos Estados Unidos e a do Paraguai na América do Sul. Os conflitos provocariam sensíveis mudanças nas Relações Brasil –Estados Unidos.

¹⁰¹ Idem. p. 118.

2.2.- A Guerra de Secessão e o Nordeste do Brasil

No que se refere à Guerra de Secessão, aquela luta entre confederados e os unionistas alcançou as águas da costa brasileira em abril e maio de 1863. No cenário do arquipélago de Fernando de Noronha, o temido “CSS Alabama”, dos Estados Confederados, perseguiu, implacavelmente, os navios da União, que faziam comércio no Atlântico Sul. O ministro plenipotenciário dos EUA, J. Watson Webb, ao ser informado do ocorrido, procurou o ministro das relações Exteriores do Império, o Marquês de Abrantes, e, em seguida, enviou notas de protestos e exigiu explicações do Governo Imperial ¹⁰² que, desde 1861, havia declarado sua neutralidade diante da Guerra de Secessão nos EUA. Esta decisão prejudicou o bom curso das nossas relações com os EUA porque o governo de Dom Pedro II passou a tratar os Estados Confederados como beligerantes, colocando-os em pé de igualdade com o governo eleito dos Estados Unidos.

O ministério das Relações Exteriores do Brasil, à época, tinha enviado instruções para os presidentes das províncias, com a proibição aos navios beligerantes de utilizarem os portos nacionais para ações militares, o aprisionamento de outras embarcações e venda de produtos subtraídos de navios capturados e a obtenção de armamento ou socorro com o objetivo de atacar o inimigo fora das águas territoriais brasileiras. Os navios norte-americanos somente estava autorizados a utilizarem nossos portos para obterem artigos e gêneros imprescindíveis para o prosseguimento da viagem. Também estava proibida a permanência dos navios nos portos, para além dos prazos previamente estabelecidos pelos presidentes das províncias.

¹⁰² Papers Dept. State USA:

No entanto, os navios dos Estados Confederados continuavam as suas incursões em nossas águas territoriais e entravam nos portos nacionais. No primeiro semestre de 1863, a partir de informações enviadas pelo cônsul dos Estados Unidos em Pernambuco, Thomas Adamson Jr., o ministro plenipotenciário dos EUA, J. Watson Webb, relatou ao Marquês de Abrantes, que o navio Alabama”, dos confederados, a que ele denominava de “pirata”, havia capturado, em abril daquele ano, no mar territorial brasileiro, seis navios da União Americana, prendendo os tripulantes e passageiros e roubando os seus pertences. Oitenta e seis prisioneiros, inclusive mulheres e crianças, foram levados para a Ilha Rata do Arquipélago de Fernando de Noronha. Deste total, sessenta e dois prisioneiros trazidos pela escuna *Sergipano*, desembarcaram no porto do Recife, e quarenta e quatro permaneceram na ilha. Além disso, a tripulação do navio “Alabama”, que se encontrava ancorado no ancoradouro do Arquipélago, entre os dias 10 e 16 de abril, havia sido bem recebida pelo comandante militar das Ilhas de Fernando de Noronha, que ofereceu uma amigável acolhida, com direito a passeios a cavalo, ao, Capitão Raphael Semmes, comandante do navio, que havia perseguido, roubado e, depois, incendiado dois navios da União Americana.¹⁰³

O presidente da Província de Pernambuco informado dos acontecimentos em Fernando de Noronha, comunicou à Corte no Rio de Janeiro, que o “Alabama” havia capturado e incendiado navios da União nas águas territoriais brasileiras e que o comandante militar de Fernando de Noronha não havia protestado contra aquele ato criminoso. O governador da Província, segundo conta do relatório de J. Watson Webb, era ... *um Albuquerque, e pertence a uma das mais poderosas e influentes famílias do Nordeste do Brasil*. Considerando a gravidade do fato, o governador ordenou ao capitão do “Alabama”, que abandonasse as águas brasileiras e, em seguida, destituiu o

¹⁰³ Foreign Relations of The United States. Annual Message of the President . Legation of The United States, May 23, 1863. Nº 47.

comandante militar de Fernando de Noronha. Porém, de conformidade com um relatório enviado ao Departamento de Estado, aquele oficial foi, inexplicavelmente, reintegrado ao posto, após ser destituído, sem que ninguém soubesse os motivos de sua reintegração.¹⁰⁴

Além do “Alabama”, os navios confederados, “Flórida” e “Geórgia”, se encontravam nas costas de Pernambuco. O governador do estado, seguindo as determinações do governo central, concedeu autorização para que o “Flórida” atracasse por vinte e quatro horas, no porto do Recife, a fim de se submeter a reparos, desembarcar prisioneiros e reabastecimento. Esta decisão sofreu os protestos do cônsul americano em Pernambuco. O desembarque da tripulação dos navios apreendidos e daqueles que foram destruídos, certamente causou tumulto no Recife. As jóias de família, os pertences pessoais e outros objetivos roubados foram abertamente negociados nas ruas e becos da cidade, pelos tripulantes dos navios confederados. Alguns produtos que estavam avaliados em seiscentos mil réis, foram vendidos por cinquenta mil. A bagatela agitou a cidade e atraiu a ganância de padres, baronetes, comerciantes e oficiais do governo, que se locupletaram com o “despejo” posto à venda. Os navios confederados eram em número de seis nas costas do Nordeste do Brasil. Um deles, o “Alabama” rumou para o porto de Salvador, onde passou nove dias, recebendo excelente acolhida por parte da população e do governador. O capitão Raphael Semmes, num gesto de boa vontade, resolveu abrir o navio à visitação pública. Duas mil pessoas estiveram visitando as suas instalações, enquanto o capitão, seguro de si, deixava o navio para participar de uma festa organizada por uma empresa ferroviária. Como já acontecera no Recife, foram vendidos os pertences roubados dos passageiros das naves apreendidas, nas ruas de Salvador.

¹⁰⁴ Papers Dept. State of The United States of America. Brazil. p. 1273. Legation of the United States. Mr. Grebert to Mr. Webb, Rio de Janeiro, May 21, 1863.

Ciente desses fatos, o Governo Imperial teve pronta reação, repreendendo os governadores de Pernambuco e da Bahia e, igualmente, reafirmando a neutralidade do Brasil na questão da Guerra de Secessão. A atitude do governo brasileiro obteve repercussão no Governo Americano. O Secretário de Estado, William H. Seward, se pronunciou, demonstrando agrado em relação ao governo do Brasil. Seward ainda aproveitou a oportunidade, e ao lamentar a interrupção das relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, em virtude da chamada Questão *Christie*, comunicou que o Presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, se colocava à disposição para aproximar as duas partes, com o objetivo de promover um acordo que viesse a atender aos interesses do Brasil. Igualmente, o Secretário de Estado comunicava que o presidente Lincoln enviaria uma mensagem ao Congresso, destacando a importância de se desenvolver o comércio com o Brasil.

O confronto entre confederados e unionistas, prosseguiria. O navio “Flórida” voltou, mais uma vez, ao Brasil em 1864. O motivo alegado para permanência no porto de Salvador, seria o de se abastecer de carvão, provisões e para realizar pequenos reparos. Na ocasião de sua chegada, já se encontrava fundeado nas águas da Bahia, o vapor “USS Wachusett”, da União. O comandante do “Wachusett”, Napoleon Collins, avistou o navio confederado “Flórida” e, se aproximando, intimou o seu comandante, Charles M. Morris, a deixar as águas do porto e prosseguir para mar aberto, desafiando-o à luta. Porém, Morris se recusou.¹⁰⁵ Nas madrugada seguinte, numa manobra arriscada, o navio “USS Wachusett” abalroou o “Flórida”, o que forçou a rendição da tripulação. Houve bombardeio. As autoridades brasileiras protestaram e, de imediato, enviaram um oficial da Marinha Brasileira, que, no entanto, não recebeu permissão do comandante, Collins, do navio da União, para entrar na nave. Estabeleceu-se, porém

¹⁰⁵ Internet – www.history.central.coma/Navy/index.html.

um acordo. O comandante do “USS Wachusett” concordou em retornar para o ancoradouro. Mas, ao contrário, numa manobra arriscada, rebocou o navio “Flórida” para mar alto. Da fortaleza de Salvador, abriu-se fogo contra o Wachusett. Por ordem das autoridades brasileiras, a corveta “Januária” partiu em direção do “Wachusett”, mas este com as velas desfraldadas, se distanciou e escapou do alcance dos seus perseguidores.

O governo brasileiro exigiu providências enérgicas em vista da flagrante violação do nosso território e da neutralidade brasileira. Nos estados Unidos, a imprensa deu razão ao Brasil. O Secretário de Estado enviou um ofício com pedido de desculpas. O cônsul norte-americano na Bahia, foi demitido. O comandante Collins foi submetido a corte marcial, acusado de “violiar a jurisdição territorial de uma país neutro”. O oficial recebeu condenação, mas o secretário da Marinha dos EUA, recusou o resultado do julgamento. A sentença nunca seria cumprida.¹⁰⁶

Após o termino da Guerra de Secessão, algumas iniciativas do lado brasileiro, como o ato de 7 de dezembro de 1866 que determinou a abertura do Rio Amazonas à navegação mercante de todas as nações, dissolveram as desconfianças mútuas. Nos inícios da década de 1870, as relações Brasil – Estados Unidos retornaram a um patamar de bom entendimento. Os negócios floresceram e o Brasil país elevou a exportação de café para os EUA. A este respeito, o historiador E. Bradford Burns assinalou que (...) *desde 1865, os Estados Unidos tinham importado a maior quota isolada de café do Brasil.*¹⁰⁷ Em 1872, o Congresso Americano votaria a isenção do pagamento de direitos sobre o café, e os americanos passaram a adquirir mais da metade de toda a exportação brasileira do produto, o que evidentemente favoreceu o lado brasileiro. Naquela época, a

¹⁰⁶

¹⁰⁷ BURNS, Bradford E. *As Relações Internacionais do Brasil durante a Primeira República in História Geral da Civilização Brasileira, III. O Brasil Republicano 2. Sociedade e Instituições (1889 – 1930).* p. 377 . Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S. A, 1997

influência do americanismo se instalaria no pensamento político brasileiro. O deputado Tavares Bastos se esforçava por uma maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos, propondo à Câmara uma subvenção para a formação de uma linha de vapores entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque, assim como apresentava proposta para a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional.¹⁰⁸

2.3.- As Relações Brasil – Estados Unidos no Império

O direcionamento da política exterior do Brasil para EUA se iniciou no governo de Dom Pedro II. Em 1876, imperador realizou uma viagem àquele país, para participar da celebração do primeiro Centenário da Independência, tendo assistido à Exposição Universal da Filadélfia. D. Pedro II foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a pisar o solo norte-americano. Quando de sua passagem pelos EUA, o monarca brasileiro foi considerado como um personagem político ímpar, um imperador-filósofo de uma nação dos Trópicos. Surpreendentemente, Dom Pedro II causaria excelente impressão ao povo e ao governo dos Estados Unidos. Pedro de Alcântara *cativou os americanos com o seu entusiasmo*.¹⁰⁹ As notícias acerca do comportamento “democrático” do imperador em suas viagens, repercutiu favoravelmente nos meios intelectuais e políticos americanos: (...) *o imperador fazia questão de tirar o “dom” e assinar apenas Pedro de Alcântara, portava seu sobretudo preto e gostava de afirmar: ‘O imperador está no Brasil. Eu sou apenas um cidadão brasileiro’*.¹¹⁰ *A visita e a personalidade de D. Pedro II receberam*

¹⁰⁸ CALMON p. 51

¹⁰⁹ TOPIK Op. Cit. p. 412

¹¹⁰ SCWARCZ, Lília Mortiz *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. p. 373. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 1998

*notas favoráveis nos mais importantes jornais daquele país. A imprensa dos Estados Unidos se dividiu em (...) exaltar o lado cosmopolita do monarca brasileiro e destacar a singularidade do nosso reino tropical,*¹¹¹ o que melhorou a imagem do Brasil, até então quase inteiramente desconhecido dos americanos.

Ainda no âmbito das relações Brasil - Estados Unidos, acrescentaria, se o leitor me permitir, um tema que até o presente tem resultado em uma escassa historiografia, a presença de ex-escravos americanos na Amazônia brasileira. Após a guerra civil norte-americana, ocorreram algumas tentativas para o envio de negros recém libertados e colonos brancos, norte-americanos para nosso país. Finalizado a Guerra de Secessão, alguns grupos de sulistas americanos inconformados com a abolição da escravatura, pensaram resolver o problema da população negra, organizando um contingente de afro-americanos com o propósito de instalarem núcleos de colonização no vale do Rio Amazonas.¹¹² Um suposto “explorador” norte-americano, Matthew Maury, tornou-se um emigrantista exaltado, desencadeando uma campanha de convencimento aos senhores brancos sulistas, convencendo-os a enviarem negros americanos para a Região Amazônica,¹¹³ com o argumento falacioso, que somente os “africanos” poderiam suportar as condições naturais daquela região.¹¹⁴ O Governo brasileiro, naquele tempo, ainda mantinha a Bacia Amazônica fechada à navegação, o que impediu a continuidade dos planos norte-americanos que contavam com a utilização das vias fluviais da Amazônia para o sucesso do seu empreendimento. O Brasil parecia na propaganda do imigrantistas, como um país idílico, receptivo e sem muita complicação legal, o que foi capaz de convencer um pequeno grupo de proprietários norte-americanos a buscar as terras brasileiras para aqui se estabelecerem, com a justificativa que estavam trazendo

¹¹¹ Idem. p. 374

¹¹² MONIZ BANDEIRA Op.cit. p 88

¹¹³ Ver: Nícia Vilela Luz, *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional* (Rio de Janeiro: Saga, 1968).

¹¹⁴ DENNISON. Op. cit. 138

seus avançados métodos de agrícolas. Na verdade, o que eles desejavam, era, principalmente, transplantar e conservar aqui, a escravidão, as instituições e o modo de vida de sua sociedade escravocrata.

O tema concernentes às tentativas de imigração norte-americana para o Brasil, suscitou estudos de historiadores como Moniz Bandeira e Frank Goldman, que trataram aquela presença, de pontos de vista diferentes. Em Goldman,¹¹⁵ destacam-se as análises visando uma compreensão a respeito da emigração de proprietários de terras sulistas para o Brasil. A vinda desses pequenos sitiantes poderia ser bem recebida, visto que o Brasil se constituía de um imenso território despovoado, com terras em abundância. Inicialmente, os colonos estadunidenses se estabeleceram no litoral sul de São Paulo e, também, em outras regiões do Estado. Mais tarde, outros contingentes chegaram ao Brasil e procuraram se fixar na Região Amazônica. Frank Goldman, ao desenvolver seu estudo sobre o assunto, insiste que havia um projeto formatado para viabilizar a presença americana no Brasil. Dentre os líderes dos pioneiros norte-americanos, destacava-se o Reverendo Ballard Smith Dunn, originário de Nova Orleães, que aqui desembarcou após a Guerra de Secessão. Também o norte-americano Dr. James Mc. Fadeen Gaston desempenharia um notável papel no processo da tentativa de colonização em terras brasileiras. Gaston se utilizou de recursos de marketing, o haveria de acentuar sua propaganda. Para substanciar sua proposta, ele publicou nos Estados Unidos, um livro de muita repercussão, mais precisamente, o seu diário, sob o título: *Hunting a Home in Brazil (Procurando lar no Brasil)*, no qual relatava suas aventuras em busca de novas terras, quando, (...) com cerca de cem emigrantes,

¹¹⁵ GOLMAND, Frank *Aspectos das Migrações Norte-americanas após a Guerra Civil in História Geral da Civilização Brasileira. II O Brasil Monárquico – 3. Reações e transações.* p. 261 Rio de Janeiro: BCD União de Editora S/A, 1997.

*embarcou em Savannah, um porto do Estado da Geórgia, em abril de 1867, com destino Xiririca.*¹¹⁶

A decisão de grupos sulistas, ao abandonarem os Estados Unidos, estava centrada principalmente no interesse em conquistar terras onde ainda fosse permitida a prática da escravidão. Este movimento migratório medonho, impulsionado por escravistas, se colocava, no entanto, em contraposição à História, porque naquele momento, a instituição da escravidão declinava no Brasil. Foram poucos os escravos norte-americanos que desembarcaram em terras brasileiras. Os imigrantes estadunidenses eram quase todos pequenos sítiantes. Apenas um pequeno grupo de proprietários de terras escolheu se transferir para o Brasil.¹¹⁷ Em Pernambuco também ocorreu uma tentativa de colonização, quando um grupo de famílias oriundas do Alabama, desembarcou no estado, a procura de terra se estabelecerem. No entanto, ainda que tenham se constituído em pequenas comunidades, os imigrantes norte-americanos se espalharam pelo país nos estados do Rio, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Pará e Bahia. O experiência fracassou. As colônias que eles fundaram, exceto uma, Vila Barbara, atual cidade de Americana, no Estado de São Paulo, as demais não prosperaram e os remanescentes das levas de emigrantes pereceram na miséria, perdidos na Selva Amazônica ou em recantos remotos do país.

No que concerne às teses de Moniz Bandeira, assinala-se que lê mantinha a convicção de que o projeto que objetivava o envio de contingentes de negros

¹¹⁶ GOLDMAN, Frank op. cit. p. 263

¹¹⁷ Idem p. 269

¹¹⁷ BANDEIRA, Moniz Op. Cit. p 88 (Sobre o assunto ver a obra de Alicia Vilela Luz: *A Amazônia para os negros norte-americanos*. Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1968.

¹¹⁷ BANDEIRA, MONIZ Op. Cit. p. 95

americanos, depois do fim da Guerra Civil, ultrapassava as iniciativas particulares, como a de Fadeen Gaston. De acordo com a interpretação de Bandeira, o projeto possuía suporte institucional nos Estados Unidos. Após o término da guerra civil, verificou-se um movimento de propaganda liderado (...) *pelo tenente Mathew Fontaine Mauray que queria que os americanos colonizassem o Norte do Brasil, transportando para o vale do Amazonas parte da população negra dos EUA.*¹¹⁸ A idéia estava disseminada há algum tempo, pois o Secretário de Estado, H. Seward (...) *instruiu os diplomatas americanos, em 1862, para propor aos países situados dentro dos Trópicos que recebessem os negros dos Estados Unidos libertados pela guerra civil.*¹¹⁹ O Brasil se constituía num objeto da cobiça de alguns fazendeiros norte-americanos que viam como um país *escravagista e bem adaptado às principais colheitas dos Estados Unidos, como algodão, arroz, tabaco e cana de açúcar.*¹²⁰ Além de que, no país, as Leis não eram cumpridas. O Ministro do Brasil em Washington, Teixeira de Macedo, havia feito um relatório confidencial ao governo, denunciando o crescimento da ameaça à soberania brasileira na Região Amazônica, se referia à campanha liderada pelo Tenente Matthew Maury, que visava enviar “colonizadores” americanos para o Brasil. Neste meio tempo, alertado, o governo brasileiro não cedeu às propostas de grupos de armadores estadunidenses e recusou autorização para que a *Amazon Steam Navegation* operasse na região, enquanto que decidia entregar a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, o monopólio da navegação pelo Rio Amazonas, que seria operada pela *Companhia de Navegação e Comércio.*

Como já assinalai, o processo de americanização da política externa brasileira já vinha sendo conduzida desde o Segundo Reinado, impulsionada pelo crescente

¹¹⁸ BANDEIRA, Moniz Op. Cit. p 88 (Sobre o assunto ver a obra de Alicia Vilela Luz: *A Amazônia para os negros norte-americanos*. Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1968.

¹¹⁹ BANDEIRA, MONIZ Op. Cit. p. 95

¹²⁰ TOPIK Op. Cit. p. 410

comércio entre os dois países, concentrado na exportação de café para os Estados Unidos, que passaram a ser o maior comprador a partir de 1861, quando o produto ficou isento de direitos alfandegários.¹²¹ A exportações brasileiras que em 1850 *tinha sido de apenas oito milhões de dólares, quase triplicaram em 1870.*¹²² Este seria ano da fundação do Clube Republicano que mais tarde se transformaria no Partido Republicano, e cujos idealizadores era um grupo de jovens entusiastas do modelo americano, dentre os quais se destacavam Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Christiano Otoni. O estabelecimento do Partido Republicano poderia ser considerado como um novo impulso no processo de “americanização” da política interna e externa brasileiras.

Após o golpe militar que instituiu o sistema republicano, aquele processo tomaria um rumo incontido alcançando o seu momento de pique, durante a gestão do Barão do Rio Branco, como ministro das relações exteriores quando a tendência pró-Estados Unidos se tornaria a principal estratégia de política externa brasileira, na qual Joaquim Nabuco desempenharia um dos papéis principais.

2.4.- A visão de Joaquim Nabuco sobre os Estados Unidos: ... *uma torre de Babel bem-sucedida:*

Joaquim Nabuco dia 1º de janeiro de 1877, diplomata neófito, visitou a Casa Branca, para ser apresentando ao Presidente Ulisses Grant. O jovem diplomata se enfronhava na vida política da capital americana, meses depois da visita do Imperador Pedro II, àquele país. Dom Pedro II voltara para o Brasil, após seu périplo estadunidense, entusiasmado com o progresso tecnológico alcançado pelos EUA. Joaquim Nabuco, em suas anotações a respeito da visita do imperador, comentava a

¹²¹ TOPIK. Op. Cit. 411

¹²² TOPIK Op. Cit. 412

impressão recolhida nos altos círculos da capital americana, a respeito do soberano brasileiro .. *depois da recepção e do acolhimento em 1876, não era mais lícito duvidar de que para a inteligência culta do país a monarquia constitucional, representada por uma dinastia como a brasileira, era um governo muito superior às chamadas repúblicas da América Latina.*¹²³ O regime monárquico brasileiro tinha sido visto com desconfiança e com má-vontade por sucessivos governos norte-americanos. A visita do Dom Pedro II contribuiu para melhorar a imagem do governo imperial e aproximar os dois países americanos.

Após os primeiros meses de sua permanência entre Nova Iorque e Washington, Nabuco apurou a sua percepção a respeito da sociedade americana. O impacto inicial produziria a expressão que encima este capítulo, o que revela uma tendência crítica aos Estados Unidos, que estava fincada no seu pensamento entremeado pela sua formação clássica e pela cultura europeia marcadamente francesa,¹²⁴ e também pelas concepções políticas engenhadas pelos ingleses, o que sempre lhe fascinaram. Como um intelectual que Ricardo Salles, recorrendo à concepção de Gramsci, situaria na categoria de “intelectual clássico”¹²⁵ latino-americano, Joaquim Nabuco não fugiria à regra ao se permitir impregnar pelo modo de pensar e de ser da vertente europeia,¹²⁶ dominante na sociedade brasileira do seu tempo. Tanto é verdade que por sua própria escolha, ele jamais teria ido viver nos Estados Unidos, posto que seu desejo sempre fora o de

¹²³ SILVEIRA, HELDER Gordim apud *Minha Formação*. op. Cit. p. 133. Sobre a visita de D. Pedro II aos Estados Unidos pode-se ver GOUVÊA, Fernando *O Imperador Itinerante*. Recife: Editora Massangana-Fundaj.

¹²⁴ “O olhar de Nabuco sobre os Estados Unidos está, aliás, menos deformado pela sua origem brasileira do que pela sua experiência europeia, como reconhecerá em *Minha Formação*. Apud Evaldo Cabral de Mello in *Joaquim Nabuco Diários 1873 – 1910*. p. 87

¹²⁵ SALLES, Ricardo, *Joaquim Nabuco, um pensador do Império*. p. 124 Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

¹²⁶ “O olhar de Nabuco sobre os Estados Unidos está, aliás, menos deformado pela sua origem brasileira do que pela sua experiência europeia, como reconhecerá em *Minha formação*”. Evaldo Cabral de Mello in *Adido de Legação. Joaquim Nabuco - Diários vol. I*. p. 87.

retornar a Europa, onde havia experimentado uma longa e agradável estadia nos anos de 1873-74.¹²⁷

As notícias da Guerra de Secessão, a abolição da escravatura e a atração pela personalidade emblemática de Abraão Lincoln poderiam ter despertado o interesse do jovem Joaquim Nabuco. Porém, ele não denotava qualquer inclinação pelo estudo da história dos Estados Unidos¹²⁸ durante o período de sua formação e, mais tarde, quando de sua permanência naquele país. Também, se constata pela leitura das anotações do primeiro volume dos seus *Diários*, que Joaquim Nabuco alimentava pouca simpatia pela civilização estadunidense e desconfiava do papel que os Estados Unidos desempenhariam na História do Ocidente. Os seus textos datados daquele período, pelo contrário, demonstravam o ideário de um jovem inteiramente europeizado que diante do cenário político e do que se desenrolava na sociedade norte-americana, movia-se mais ainda em direção ao sistema parlamentarista inglês e abandonava as suas convicções republicanas.¹²⁹ Ao aceitar a sua nomeação para servir nos Estados Unidos, em abril de 1876, na qualidade de Adido de Legação, ele o fez principalmente em virtude da sua precária situação profissional e porque depois do regresso de sua viagem a Europa, Nabuco (...) *continuava marcando passo*¹³⁰. O ato de sua designação o encontraria em situação financeira complicada, pois estava desempregado, quando a Princesa Isabel o nomeou para exercer aquelas funções diplomáticas em Washington. Ao assumir o seu posto, Nabuco não havia se preparado ... *Ele não tivera contato com a obra*

¹²⁷ “Não conseguindo obter a nomeação para a Legação em Londres, que só virá a alcançar decorrido um ano nos Estados Unidos, Nabuco teve de contentar-se com Washington, que era então um posto de importância secundária, a ponto de, como seu chefe, Carvalho Borges, habitar ordinariamente em New York...” Apud Evaldo Cabral de Mello in *Joaquim Nabuco- diários 1873-1888*. vol I p. 85.

¹²⁸ (...) *Joaquim Nabuco, capaz de distinguir o que há de democrático nos Estados Unidos e lá na juventude já residente, pouco se refere a Alexis de Tocqueville, sequer uma única vez nos seus discursos em favor do federalismo no Brasil...*¹²⁸ VAMIREH CHACON. Op. cit. p. 51.

¹²⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. in *Prefacio; Joaquim Nabuco: Diários 1878 – 1888, p. 20. . Recife/Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi produções Literárias/Editora Massangana-Fundaj., 2005*

¹³⁰ VIANA FILHO, op. cit. p. 457.

*fundamental de Tocqueville, a Democracia na América...*¹³¹ Não tinha plano algum, exceto o de deixar passar o tempo regulamentar da permanência, para de obter mais tarde, uma transferência para Londres.

Mediante as anotações em seu diário, constata-se que a percepção de Joaquim Nabuco, a respeito dos Estados Unidos exibia matizes notadamente depreciativos: (...) *As democracias mercantis não me inspiraram admiração alguma(...)*.¹³² Porém, ao se defrontar com a agitação política decorrente das transformações pelas quais atravessava aquela República, Nabuco, ainda que superficialmente, foi obrigado a refletir sobre o desenrolar dos acontecimentos que vinham modificando a história política e social norte-americana, e também a respeito dos aspectos econômicos decorrentes das mudanças experimentadas pela recente industrialização do país.

Na década de 1870, vivendo mais em Nova Iorque do que em Washington, deliciando-se com passeios, jantares e namoros, Nabuco estava influenciado pelas concepções preconceituosas vigentes na Europa, sobre os Estados Unidos. Não encontrava ... *o menor sinal de que a elaboração do destino humano ou a revelação superior feita ao homem tenha um dia que passar para os Estados Unidos...*¹³³ Os europeus viam os estadunidenses como materialistas e pragmáticos em excesso e consideravam esses defeitos, produtos da natureza espúria da uma sociedade de massas. Por outro lado, nem o sistema político-eleitoral estadunidense e a forma republicana de governo, impressionariam positivamente o jovem diplomata Nabuco. Menos ainda, o desempenho dos líderes políticos que ele considerava rasteiros, desonestos e pouco expressivos, principalmente após testemunhar a crise da eleição de Samuel Tilden, para presidente dos EUA em 1876..

¹³¹ MELLO, Evaldo Cabral *in Adido de Legação - Diários*. vol I. p. 85.

¹³² JOAQUIM NABUCO. *Diários*. Vol I. p. 88.

¹³³ MELLO, Evaldo Cabral Op. Cit. p. 90

As suas reflexões sobre o sistema norte-americano e o modelo parlamentarista inglês seriam recorrentes e alimentavam suas críticas à política e à organização da sociedade nos Estados Unidos. A sua argúcia, menos de sociólogo que de espectador atento, se direcionava a uma crítica ao pragmatismo norte-americano: (...) *o homem aqui é uma máquina de ganhar dinheiro, o fim evidente da humanidade é enriquecer, o dólar é o Deus desta plutocracia de quarenta milhões de homens.* ¹³⁴ O país, conforme Nabuco pensava, só possuía um interessante: o progresso material e tecnológico. Nos EUA, também a arte e a cultura não possuíam representação alguma e a elites intelectual em nada influenciava. Os seus primeiros contatos com a civilização norte-americana o influenciaram negativamente e Nabuco continuou a menoscar os Estados Unidos, pelo menos até período de 1905, quando ele desembarcou em Nova Iorque para assumir o cargo de embaixador do Brasil em Washington.

Em 1877, ao iniciar seus trabalhos na capital americana, a primeira decepção de Joaquim Nabuco foi a de testemunhar a grave crise institucional decorrente da eleição presidencial de 1876. Washington era uma cidade em formação, com seus espaços vazios e edifícios em construção. A principal ocupação na capital americana, cidade de vida social insossa, era as confabulações políticas. Cercada de pântanos, assolada por nuvens de mosquitos, calorenta no verão, a cidade desgostava os diplomatas. No inverno, ao clima era insatisfatório, frio e úmido. Washington não oferecia muitas opções à população de funcionários públicos, lobistas e políticos que preferiam residir noutras cidades. Até o corpo diplomático se recusava a permanecer na capital, ¹³⁵ optando pelas delícias da grande metrópole, Nova Iorque.

¹³⁴ JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. I p. 127

¹³⁵ Nota: “Os jornais publicam hoje o seguinte tópico de Washington: ‘ A atenção do secretário de Estado tendo sido chamada para o fato de residirem permanentemente alguns ministros estrangeiros em New York. Supõe-se que o senhor Fish pedirá aos respectivos governos que mantenham seus representantes efetivamente na capital dos Estados Unidos’. “ *Diários.* . Vol I. p. 118

Em Washington, Nabuco desfrutava de um lugar privilegiado para fazer suas observações acerca do cenário político norte-americano. Ampliava seus contatos nos altos círculos da política americana ... *Fiz o conhecimento do general Banks, antigo speaker da Casa., homem muito agradável, que por uma coincidência curiosa estava estudando português em meu livro sobre Camões. À noite, fui ao floor (plenário) da Câmara, onde ele me cedeu cadeira, que depois foi ocupada pelo Sr. Borges,*¹³⁶ *apresentando-nos a vários deputados e, entre eles a Lamar e a Garfield.*¹³⁷ Embora residindo no luxuoso Hotel Buckingham, de Nova Iorque, Nabuco tinha a obrigação de acompanhar os acontecimentos políticos e diplomáticos na capital. Em 28 de fevereiro de 1877, ele anotou em seu diário ... *às 9:30 pelo Limited Express parti com o ministro*¹³⁸ *para Washington. Ao chegar fui imediatamente à Casa dos Representantes, [Câmara dos Deputados] onde se discutia o voto da Carolina do Sul.*¹³⁹ Meses depois, ele já se sentia ambientado em Washington, defrontando-se com as negociações no Congresso que sob o pano de fundo da “questão do sul”, isto é, a participação dos negros na vida política, exibia a patifaria dos políticos profissionais engolfados numa renhida luta que resultou na surpreendente eleição de Tides para a presidência dos EUA. O clima de pós-Guerra de Secessão era ainda muito tenso. Persistia o temor de que os estados confederados pudessem se recompor, e liderados por candidatos que tinham sido antigos *soldados da confederação*, ameaçarem novamente a União.

Naquela época, Rutherford Hayes, do Partido Republicano, inesperadamente, foi escolhido como candidato à presidência, visto que o partido não tinha alcançado êxito em impor o nome do General Grant como seu candidato à uma terceira reeleição. James

¹³⁶

¹³⁷ *James A Garfield sucederá Hayes na presidência nas eleições de 1880, morrendo assassinado no ano seguinte.* (nota: *Diários* Vol. I. p. 124)

¹³⁸ Conselheiro Antonio Pedro de Carvalho Borges, futuro barão de Carvalho Borges, Ministro Plenipotenciário do Brasil em Washington.

¹³⁹ JOAQUIM NABUCO *Diários*. Vol I. p. 122

G. Blaine, “The Plumed Knight”, o outro indicado, que era um dos favoritos à nomeação pelo partido Republicano, teve de enfrentar a acusação de que ele havia recebido suborno e isso destruiu suas chances de candidatura.¹⁴⁰ Finalmente, após crises e idas e vindas, o General Grant resolveu sair do páreo e concedeu seu apoio à candidatura de Rutherford Hayes, governador do estado de Ohio.

Em 1876, fazia dezesseis anos que o Partido Democrata não chegava ao poder. O partido, à época, tentando responder a um clamor nacional pela ética na política, nomeou o advogado Samuel J. Tilden, governador de Nova Iorque. O candidato era tido como um homem probo e dono de uma reputação nacional de reformador. Especulava-se que os democratas seriam vencedores, apesar da incerteza quanto à tendência de escolha dos eleitores no Sul do país. Mas, com a publicação dos resultados da eleição, Tilden obteve uma vantagem de 250.000 votos e a imprensa se apressou em proclamá-lo vencedor. Porém, em meio a crises e manobras políticas, a eleição permaneceu indefinida porque os republicanos alegaram que informações sobre os votos dos estados de Luisiana, Flórida e Carolina do Sul, áreas em que ainda encontravam estacionadas tropas federais para garantirem a ordem após a Guerra de Secessão, não tinham sido computados devido a irregularidades. Os votos daqueles estados e mais os de Oregon, totalizavam vinte votos para o Colégio Eleitoral. Tilde necessitava apenas de um voto para ser eleito, enquanto que Hayes precisava de todos os vinte sufrágios para alcançar o total dos 185 dos delegados ao Colégio Eleitoral votantes.

O Congresso, em 1876, diante do impasse, foi obrigado a tomar uma decisão em virtude do problema da alegada duplicidade de contagens de votos. A sua responsabilidade seria a de apontar a apuração correta, se a dos Democratas ou dos Republicanos. Não tendo

¹⁴⁰ HOLFSTADTER, MILLER, AARON. *The American Republic*. p. 57. New Jersey: Prentice Hall, Inc. 1959.

alcançado um acordo e em meio a tumultos generalizados e acusações de lado a lado, os dois partidos resolveram transferir a decisão para uma comissão a ser formada por cinco deputados, cinco senadores e cinco juizes da Suprema Corte. Os escolhidos teriam o encargo de resolverem o impasse. A maioria da comissão, composta de republicanos, em número de oito, votou unanimemente por Hayes, que, afinal, foi proclamado vencedor. Os democratas aceitaram a solução, mas sob condições, dentre as quais, exigiam que Hayes se comprometesse a levar adiante a retirada das tropas federais estacionadas nos Estados da Lousiana e da Carolina do Sul.

Os acontecimentos que conduziram à eleição de Hayes revelaram escândalos sobre a má conduta de muitos políticos eminentes. A corrupção estava institucionalizada nas esferas do poder. Um desses políticos, Horácio Seymour, chegou a afirmar em 1871 que desejava no governo, homens que não roubassem, mas não interferissem nas ações daqueles que roubam.¹⁴¹ A atmosfera política e a conduta dos homens públicos estadunidenses causaram uma péssima impressão no aprendiz de diplomata Joaquim Nabuco. Sobre aquela eleição presidencial, ele anotaria: (...) *A posição do presidente Hayes é a mais curiosa que jamais se viu. Ele chegou ao poder por fraudes sem iguais na história do país, empurrado até à Casa Branca por ‘politicians’ desesperados...*¹⁴² Nabuco estava convencido que a eleição tinha sido um processo abertamente fraudulento:

*... é certo que o presidente pode ser eleito por uma fraude ...*¹⁴³

... Esta campanha [presidencial] deve ser fatal aos Estados unidos. Antes a ilegalidade que a fraude vitoriosa. E, referindo-se ao processo eleitoral no Império brasileiro, acrescentava.... O Brasil é para mim o exemplo de que a fraude quando entra na organização política do país nunca mais o deixa, é o vírus contagioso que muitos anos ainda se há de fazer sentir na Constituição americana. O espírito de fraude resiste a

¹⁴¹ HOLFSTADTER, MILLER, AARON. The American Republic. P. 57. New Jersey: Prentice Hall, Inc. 1959.

¹⁴² JOAQUIM NABUCO. *Diários* Vol I. p. 176.

¹⁴³ JOAQUIM NABUCO. *Diários*. Vol. I. p. 96

*todos os recursos e a todas as leis. Reformando-se as leis, ele toma outra forma, nada mais.*¹⁴⁴

Certamente, Nabuco estava a par das negociações e dos conchavos de bastidores que então se desenrolavam na capital americana. O problema eleitoral causou um enorme impacto na vida política estadunidense. Nabuco procurava interpretar as variantes daquele tumultuado processo eleitoral e considerava que ... *os estados do Sul* ...[estavam] *sujeitos ao despotismo militar e à corrupção dos carpet-baggers e dos negros associados. A situação do Sul desonra a política americana dos últimos anos. Esse elemento decidirá provavelmente em favor de Hayes uma luta que, de outra forma, seria fácil de ganhar para Tilden.*¹⁴⁵ No texto acima mencionado, ele se referia ao problema da administração pública dos Estados do Sul, após a Guerra de Secessão. O governo do Norte trabalhava para acomodar os negros libertos à nova situação política dos antigos estados confederados. Após o conflito, verificando-se a falta de quadros preparados para administração pública, foram nomeadas pessoas oriundas da população negra, sem o necessário preparo. Igualmente, políticos profissionais, aventureiros, procedentes do Norte, se apropriaram de cargos políticos e passaram a comandar algumas a administração pública e alguns segmentos de negócios. Isso irritou os pequenos fazendeiros brancos a pregava a luta racial contra a população negra, o que haveria de resultar em graves problemas sociais e políticos no Sul dos Estados Unidos. O complicado processo eleitoral estadunidense causava má impressão a Nabuco. A sua análise da situação política dos Estados Unidos demonstra que ele também se encontrava aprisionado aos preconceitos vigentes contra a população negra, formada de ex-escravos:

¹⁴⁴ Idem. p. 118

¹⁴⁵ JOAQUIM NABUCO *Diários*. Vol. I p. 92

*Os efeitos políticos da guerra civil nos Estados Unidos seriam um belo assunto de crítica. O presidente dos Estados Unidos pode ser eleito por uma minoria de votos, pela divisão do país em estados. É um humilhação para a terra de Washington que a balança presidencial entre dois candidatos dependa, para subir, do voto negro.*¹⁴⁶

O texto acima poderá chocar o leitor acostumado às ideais abolicionistas de Joaquim Nabuco, porque suas palavras expressam um evidente menosprezo e uma desconfiança em relação à população negra. Na ambiência do Sul dos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão, a violência contra a população negra cresceu acentuadamente. Todos os meios eram utilizados pelos brancos numa tentativa de evitar que os negros alcançassem a igualdade cívica e social. Para combater essas ações de cunho racista, em 1870, seria aprovada uma lei que punia aqueles que procurassem privar os negros libertos de seus direitos civis. Mas, na prática, essa disposição legal não funcionaria. Após a aprovação da Lei de Anistia Geral que restaurou os direitos políticos de todos os cidadãos, evidentemente dos brancos que tinham se insurgido contra a União, os estados do Sul começaram um novo processo político ao elegerem membros do partido Democrático, expulsando os chamados governos “carpet-baggers”, mas continuaram a adotar medidas de intimidação destinadas a evitar que os negros votassem ou assumissem cargos públicos.

Joaquim Nabuco quando de sua permanência nos Estados Unidos, ainda prosseguiria as suas observações a respeito do processo eleitoral americano, assinalando a importância e o respeito atribuído pelo povo dos Estados Unidos às decisões da Suprema Corte, embora ressaltasse que após o processo eleitoral Hayes – Tilden, a situação havia mudado e a crise ética havia tomado proporções alarmantes, ele dirigia críticas severas ao comportamento dos juízes daquela Corte :

¹⁴⁶ JOAQUIM NABUCO *Diários*. VOL. I p . 96

...tudo isso era exato antes da Comissão Eleitoral, que veio provar que na corte Suprema mesmo não há juizes, mas partidários [...] os Estados Unidos atravessam hoje uma grande crise, da qual pelo menos a sua reputação não sairá ilesa. A União é uma aglomeração de corpos heterogêneos. Como se pode comparar uma comunhão tão adiantada como Massachussets com os estados entregues ao infame governo dos carpet-baggers apoiados sobre os mais desonestos negros.¹⁴⁷

Mais uma vez, Nabuco crítica a presença dos *mais desonestos* negros na condução político-administrativas dos estados do Sul. Assinale-se que o pano de fundo da crise política da eleição de 1876, se constituía na questão do voto negro dos estados do Sul dos Estados Unidos. A 14ª Emenda à Constituição, segundo a qual: (...) *Todos os nascidos nos Estados Unidos ou naturalizados, e sujeitos à jurisdição do país, são cidadãos dos Estados Unidos e dos Estados em que residem (...)* sofreria forte resistência de parte dos simpatizantes da causa dos Confederados. Todos os demais Estados do Sul, exceto o Tennessee, se recusaram a aprovar aquela Emenda que concedia cidadania aos negros libertos. A crise teria seu prosseguimento após a Guerra de Secessão. Naquela época, ocorreriam mudanças profundas na composição da elite política nos antigos Estados Confederados. Em diversos estados do Sul, os governadores e alguns deputados e senadores eram conhecidos como “carpet-baggers”, políticos que, utilizando-se de freqüentes alianças com os afro-americanos praticavam todo tipo de corrupção e má-gestão. Ressalte-se, no entanto, que entre esses líderes se encontravam reformadores comprometidos com o bem comum. Mas, a verdade é que, os políticos carreiristas e fisiológicos, literalmente, tomaram o poder. Sob a proteção das forças militares da União, estacionadas em alguns estados do Sul do país, aqueles políticos ascenderam para altas posições de comando. Nos estados sulistas, em processo

¹⁴⁷ Idem. p. 96

de reconstrução, no ano de 1868, dez dos quatorze senadores, vinte dos trinta e cinco deputados, e quatro dos governadores eram “carpet-beggars”,¹⁴⁸ o que demonstra a supremacia política daquele grupo na Região.

No dia da eleição do candidato Rutherford Hayes, Joaquim Nabuco anotou em seu diário.. *Fui ao Congresso. Grande excitação de filibusters*¹⁴⁹ *no voto de Vermont. À noite fui a um kettledrum*¹⁵⁰. *Às 4:30 da manhã Hayes foi proclamado presidente dos Estados Unidos por um voto.*¹⁵¹ E a seguir, ele comentava, em detalhes, nas páginas do seu diário, o processo espúrio que elegera Hayes e procurava enumerar os possíveis responsáveis pela eleição fraudada: ... *‘Quem é o pai da criança?’ Eis o problema que só no futuro se poderá resolver sendo que, por ora, ‘os pais são muito numerosos. O primeiro parece ter sido Zacharias Chandler. ... Depois o redator do Times..., da imprensa de New York... Depois, Grant com a sua célebre frase: ‘No man worthy’ * ... que cobria a ordem de mandar tropas e estadistas visitantes ** para Flórida*¹⁵²

Mais adiante, Nabuco completava as suas considerações sobre o assunto, lançando farpas contra as juntas apuradoras, isto é, a comissão designada para decidir a eleição. Mas, Nabuco reservou para Tilden, uma crítica voraz... *Mr. Tilden, [o candidato derrotado] por não ter defendido energeticamente o seu direito, e ter preferido sed derrotado com a opinião pública provocar, ainda que provavelmente sem resultado, a guerra civil.*¹⁵³

¹⁴⁸ Idem. Op. Cit. P. 27

¹⁴⁹ *obstrutores*

¹⁵⁰ *penelação*

¹⁵¹ JOAQUIM NABUCO *Diários*. Vol. p. 123

¹⁵² Idem. p. 123

¹⁵³ Idem. p. 123

*) “A citação completa, traduzido, é ‘Nenhum homem digno do cargo de presidente deveria querer exercê-lo se colocado ali através de fraude’.

**) “Menção aos emissários republicanos enviados ao sul, para obter a adesão de políticos democratas locais, que passavam a apoiar a eleição de Hayes contra a promessa de retirada da tropa nortista, que ainda se encontrava aquartelada em Estados sulistas e de não-implementação da emenda constitucional n.o 15, que garantia os direitos civis aos ex-escravos.” Apud *Joaquim Nabuco - Diários* Vol. I . p. 123

É verdade que abalo no processo da eleição presidencial de 1876, causou uma crise que poderia ter provocado uma guerra civil. Nabuco se refere aquele acontecimento, com preocupação: ... *Hoje fui ao congresso ver os destroços da véspera.*

Assinale-se a respeito dos problemas que envolveram a eleição presidencial de 1876, que em 1876, o Partido Republicano só controlava o governo em apenas três estados do Sul. Como parte da barganha que solucionou a disputa presidencial daquele ano em favor de Rutherford B. Hayes, os Republicanos prometeram acabar com a Reconstrução Radical, o que significou deixar nas mãos do Partido Democrata o controle da maior parte do Sul. Em 1877, o presidente Hayes retirou as últimas tropas do governo federal, tacitamente abandonando a responsabilidade da União de fazer valer os direitos civis dos negros.

Passada a borrasca, Joaquim Nabuco acompanhou as cerimônias de posse presidencial, que ele considerou *ridícula como todas as manifestações políticas do país...* A respeito do evento da posse do Presidente Rutherford Hayes, Nabuco afirmou que a festa pareceu pouco imponente e a assistência era composta de quatro quintos de negros. Mas, ele teve uma excelente impressão do Presidente... *Ouvi todo o discurso inaugural e Hayes pronunciou-o com a segurança de quem pensa fazer o que diz. ... com a maior convicção e firmeza. A fisionomia do presidente não revela grandes faculdades, mas é certamente a de um homem de bem e de princípios.*¹⁵⁴ Rutherford Hayes, tendo sido eleito fraudulentamente, demonstrou atitudes de um estadista, preferiu não se preocupar com a sua provável reeleição e passou a agir com independência e determinação, objetivando realizar um governo honesto. Nabuco analisou a mudança de comportamento (...) *Hayes, levado à presidência pelos piores*

¹⁵⁴ Idem. p. 125

*elementos de seu partido, descarta-se deles e considera-se eleito pela lei.*¹⁵⁵ Logo após a sua posse, Hayes propôs uma emenda constitucional que estendia o mandato presidencial de quatro, para seis anos sem reeleição. Nabuco comentou a iniciativa do presidente:

*...provém do medo que se tem de que as eleições presidenciais sejam tão disputadas por dois partidos que dividem em duas metades o país, como no último outono, e que os negócios de três em três anos tenham um ano de interrupção e de paralisia, como se tudo pudesse seguir à eleição do presidente.*¹⁵⁶

A esta reflexão, Nabuco adicionava a sua visão de que, no futuro, os americanos concordariam em alongar o período dos mandatos presidenciais. Justificava, ainda assombrado com a crise da eleição de 1876, que os estadunidenses talvez viessem a constatar o quanto mais seguro poderia ser um regime monárquico, com suas linhas dinásticas alongadas... *Assim a eleição crítica do chefe de Estado tenderá a ser o mais possível espaçada e não é impossível que a república americana se aproxime tão de perto ainda das monarquias eletivas que, vendo o perigo desta forma de governo, ela prefira a tranqüilidade das longas dinastias.*¹⁵⁷

Joaquim Nabuco, após o processo eleitoral, ainda procurava acompanhar o desenrolar dos acontecimentos políticos ... *Fui ao Senado onde ouvi a Morton, Thurman e outros. Blaine fez um discursos vigoroso para tomar de antemão posse da Hayes e impedir a política de reconciliação com o Sul.*¹⁵⁸ Acrescente-se que em uma recepção em Nova Iorque, ele presenciou o governador do estado chamar o presidente Hayes de “presidente fraudulento” e... *que espera não ter que de aguardar 1880 para pô-lo fora*

¹⁵⁵ JOAQUIM NABUCO. *Diários*. Vol. I. p. 205

¹⁵⁶ Idem. p. 125

¹⁵⁷ *Diários*. Vol I. p. 126

¹⁵⁸ Idem. 125

da Casa Branca.¹⁵⁹ Porém, Rutherford Hayes surpreendeu a todos com um governo destemido, capaz de romper com as conexões espúrias que permitiram a sua eleição. Joaquim Nabuco, passados alguns meses da posse do presidente Rutherford Hayes, anotava em seu diário de julho de 1877:

Chegando ao poder porém ele [Hayes] teve vergonha de tudo isso e cortou a calda por onde aliás ele mesmo tinha nascido. Os carpet-baggers sofreram a amputação da membrana que os ligava ao presidente eleito com eles, e por ele, e morreram da operação. Os politicians foram desprezados; o partido republicano snubbed (desprezado; os empregados públicos, que o elegeram pela machine e que pagaram as despesas, intimados a mudar de vida e a não dar mais um vintém para eleições; de sorte que de tudo isso se conclui que Hayes, assim como não quer ser mais eleito, entende que ninguém deve mais ser eleito como ele foi. Poucos homens teriam a coragem de fazer um tão admirável uso de um poder tão mal adquirido – e isso resgata quase a falta de coragem cívica que o levou a aceitá-lo.¹⁶⁰

Do seu posto diplomático, Nabuco foi testemunha da capacidade de superação de um regime democrático. Durante o mandato, Rutherford Hayes virou o jogo, afastou-se de compromissos eleitoreiros, livrou-se dos que controlaram a máquina da campanha, e agiu como um estadista, visando restabelecer a credibilidade da Presidência, a democracia e, igualmente, lutou para demover instabilidades que pudessem reconduzir o país ao perigo de uma nova guerra civil entre o Sul e o Norte. A evolução política americana prosseguiria sem maiores sobressaltos.

¹⁵⁹ Idem. 166

¹⁶⁰ JOAQUIM NABUCO *Diários*. Vol I, p. 177

2.5.- As lutas sociais na *democracia mercantil*.

Nos anos que se seguiram ao término da Guerra Civil, um acelerado processo de industrialização verificado nos Estados Unidos permitiu a entrada maciça de imigrantes nos EUA. No período de 1870 e 1900, o total de imigrantes recebidos no país, alcançou a espantosa cifra de 11.380.000.¹⁶¹ A ampliação do mercado de trabalho conduziu à formação de uma classe operária que, ganhando uma estrutura de organização, demandava a extensão dos seus direitos e forçava o embate capital versus trabalho, o que resultou em inúmeras greves, algumas de abrangência nacional. A *instabilidade* social acelerou o processo de mudanças experimentado pela sociedade americana dos finais do século dezenove. Diante da crise política, dos escândalos financeiros e das transformações que conduziram à formação de uma sociedade de massas, o diplomata Joaquim Nabuco, proveniente de um país escravocrata, essencialmente agrícola e que padecia sob um processo insipiente de industrialização, assombrou-se ao testemunhar a celeridade das transformações sociais, a violência das greves e a da reação policial. Nabuco, como se sabe, era um aristocrata, um cultor da ordem, que, pouco e pouco, abandonava as suas predileções republicanas e até mesmos reformista de juventude e iniciava um processo de repulsa à forma republicana de governo e adensava suas convicções políticas favoráveis a um regime monárquico do tipo inglês a que ele se apegaria, partir daquele tempo, irrenunciavelmente.

Nos anos de 1876-7, observa-se pelas notas do seu diário, que Nabuco evidenciava o seu desconforto em face da demanda pelos direitos civis, estes respaldados pela

¹⁶¹ HOFSTADER, MILLER, AARON. Op. Cit. p. 169.

Constituição americana, e pela liberdade concedida aos sindicatos. Verifica-se também que o pensamento de Joaquim Nabuco a respeito dos direitos civis dos negros norte-americanos se encontrava muito distante daquele que ele defendeu na juventude. Os seus pontos de vista serão muito diferentes dos que ele apresentaria quase dez anos mais tarde, na sua obra de marketing político, - *O Abolicionismo* -, e nos seus discursos da “Campanha Abolicionista” . Constata-se, naquela fase americana de Nabuco, um distanciamento entre o que pensava o estudante de Direito defensor de negros homicidas e das liberdades públicas e os seus comentários acerca das conseqüências das demandas sociais e políticas das massas de norte-americanos.

O Assinale-se que Joaquim Nabuco, embora freqüentando a elite de Washington e de Nova Iorque e possuindo informações privilegiadas sobre o que se passavam no país ¹⁶², demonstrava pouco interesse em analisar as questões raciais que abalavam os Estados Unidos naquela época. Refletia, no entanto, sobre o problema da escravidão no Brasil. Evaldo Cabral de Mello, no ensaio da edição dos *Diários*, afirma que ... *Nabuco em 1877, já divisa a prioridade das prioridades de sua agenda nacional: retomar a campanha da Abolição, no patamar e que a deixara a Lei do Ventre Livre.* ¹⁶³ Nabuco não havia abandonado as suas reflexões sobre as questões sociais do Brasil e tinha como necessária a retomada do movimento abolicionista, conforme se constata em seu texto datado de 17 de junho de 1877:

... No Brasil é necessário renovar-se a campanha abolicionista. A lei de 28 de setembro deve ser tomada como o primeiro passo. Não há contrato com fazendeiros de parar aí. É preciso destruir essa nódoa que nos envergonha aos olhos do mundo. A proposta de lei Teixeira Júnior, renovada de uma outra Wanderley ¹⁶⁴,

¹⁶² VIANA FILHO, Luís, Op. cit. p. 462

¹⁶³ CABRAL DE MELLO, EVALDO in *Diários* vol. I. p. 89

¹⁶⁴ “O projeto de Teixeira Júnior proibindo o tráfico interprovincial de escravos não seria aprovado. A medida só será adotada em 1885 pela lei Saraiva-Cotegipe, também chamada Lei dos Sexagenários, por haver alforriado os escravos de mais de sessenta anos.” Apud *Diários* vol. I. p. 169

*relativa ao tráfico costeiro de escravos, é muito patriótica. É preciso impedir o comércio de escravos de província a província e em cada província desanimá-lo. É necessário limpar o Rio de Janeiro, e organizar associações de negros. Essa é uma idéia que separa os dois campos, o liberal do conservador. Os escravocratas ultramontanos estão desgarrados entre nós.*¹⁶⁵

Acentue-se, no entanto, que as reflexões de Nabuco a respeito dos direitos civis dos negros norte-americanos estavam em desacordo com a sua percepção do problema de escravidão no Brasil e também com as futuras propostas, algumas muito avançadas socialmente, que ele viria a adotar como programa no decorrer da campanha abolicionista da década de 1880, conforme mencionado aqui. Constatase, pelo contrário, que Nabuco demonstrava opiniões conservadoras ao abordar o problema da população negra nos EUA e ao tratar da organização da classe operária naquele país. A partir de notas do seu diário, observa-se que ele atribuía um desvalor à participação dos negros na vida política estadunidense. (...) *É uma humilhação para a terra de Washington que a balança presidencial entre dois candidatos dependa, para subir, do voto negro.*¹⁶⁶ Contraditoriamente, ele que propugnava pela associação de negros e também celebrava o fim do tráfico interprovincial de escravos no Brasil, num texto datado de 1877, se mostrava um crítico das organizações sindicais norte-americanas, embora reconhecesse que ... *A crise do capital e do trabalho é uma das conseqüências inevitáveis da democracia ou antes do progresso, do bem-estar geral....* E estivesse convencido de que as tensões sociais haveriam de prosseguir... *A questão mesma não promete ter outra solução senão a da força e do número, se o capital, a inteligência, a educação, que serão sempre a exceção, não se submeterem ao direito que têm as*

¹⁶⁵ JOAQUIM NABUCO. *Diários*. Vol I. p. 169

¹⁶⁶ NABUCO, Joaquim *Joaquim Nabuco Diários 1873 – 1910*. Vol. I. p. 95. Rio de Janeiro/Recife: Bem-Te-vi Produções Editoriais/Editora Massangana-Fundaj. 2005.

- * grevistas, piqueteiros.
- ** bardeneiros
- *** escória.

massas de governar. ¹⁶⁷ Nabuco tinha percebido que o processo da rápida industrialização e da conseqüente evolução política desaguardariam num outro modelo de sociedade que haveria de substituir aquele mundo engessado no passado em que ele vivera. Vislumbra uma evolução social e política em pleno curso, naquela época: ... *a crise do capital e do trabalho é uma das conseqüências inevitáveis da democracia ou antes do progresso, do bem-estar, da facilidade de obter armamento. ... A questão mesma não promete ter outra solução senão a da força e do número, se o capital, a inteligência, a educação, que serão sempre a exceção, não se submeterem ao direito que tem as massas de governar.* ¹⁶⁸ Porém, o seu texto igualmente denotava um mal-estar face aos métodos empregados pelos operários em luta e à organização da luta sindical nos EUA. Todavia, Nabuco se inquietava ao testemunhar a violências das greves, a quebra da ordem, durante os grandes conflitos resultantes dos movimentos paredistas do final da década de 1870, nos EUA. A insurgência do que ele denominava da *mob* (turba) provocaria em sua mente, uma inquietação que está descrita nas páginas do seu diário:

Há três dias a strike das estradas-de-ferro está já durando. Barbaridade da mob americana, como de todas as mobs. ¹⁶⁹
As cenas destes últimos dias são das mais tristes e dão muito o que pensar. Os strikers são o centro à roda do qual a comuna tende a formar-se. Esses comunistas em toda a parte são os mesmos, antes de distribuírem a propriedade, tratam de destruí-la. Trabalhadores, tudo o que é resultado do trabalho lhes faz horror...Para salvar as instituições que fazem a espécie humana, é necessário afastar o sentimentalismo, desprezar todas as sutilezas e carregar a mão contra os rioters*. A mob*** só pode ser levada pela força; é este o único argumento que ela compreende e também o único de que se serve.* ¹⁷⁰

¹⁶⁷ Idem. p. 187

¹⁶⁸ Diários. Vol I. p. 187

¹⁶⁹ Ibidem. p. 187

¹⁷⁰ JOAQUIM NABUCO. Op. Cit. p. 189

As violentas greves de 1877, nos Estados Unidos, que Joaquim Nabuco considerava excessivas, tinham rebentado em face da exploração que sofriam os operários, obrigados a uma jornada de doze horas diárias de trabalho, percebendo míseros salários, os quais, desde 1875, tinham sofrido quatro reduções, que levaram os empregados das indústrias têxteis, mineiros e ferroviários, entre outros, a um estado de fome e miséria. As paralisações de 1877, que posteriormente se espalharam por vários estados americanos, resultavam de um novo anúncio de corte de salários, o que levou os operários à fome e ao desespero. A crueldade da repressão se traduziu em centenas de pessoas fuziladas nas ruas das grandes cidades americanas, como, por exemplo em Baltimore.¹⁷¹

Na qualidade de espectador privilegiado da agitação social resultante das greves nacionais nos EUA, Nabuco embora reconhecendo o direito do trabalhador de se organizar em sindicatos, considerava os militantes da causa operária como “baderneiros” e que, portanto, os patrões não deveriam dar emprego a qualquer empregado sindicalizado. O que na prática asfixiaria as organizações sindicais:

*O que será o futuro com a organização assim do trabalho, com as Trade's Unions, com esses exércitos de operários que têm como reserva ativa os desocupados de todos os ofícios, quando o trabalhador está nas mãos de sua associação, que pretende impor ao empregador os salários que ele quer dar ao empregado? Os operários têm o direito de formar tais associações, que socialmente são a organização da anarquia, mas os proprietários ou os capitalistas deviam por seu lado não empregar membro algum dessas associações.*¹⁷²

¹⁷¹ HOFSTADTER, MILLER, AARON. Op. Cit. pp. 209-7

¹⁷² JOAQUIM NABUCO. Diários. VOL. I . p. 189

Joaquim Nabuco era um aristocrata proveniente de um país da periferia do mundo, de economia quase inteiramente rural. E o diplomata brasileiro se surpreendia ao testemunhar os distúrbios e a repressão policial nas grandes cidades americanas. Ao refletir sobre as lutas operárias nos Estados Unidos, nos anos de 1870, Nabuco se escandalizava em face da força exibida nos embates sociais. Demonstrava, por lado, uma percepção das mudanças em curso, mas permanecia ainda reticente para aceitar as transformações que exibiam forças, às vezes, insatisfatórias, mas que conduziriam a uma sociedade mais plural: *A questão mesma não promete ter outra solução senão a da força e do número, se o capital, a inteligência, a educação, que serão sempre a exceção, não se submeterem ao direito que tem as massas de governar.*¹⁷³ Porém, o seu texto também denotava um mal-estar face aos métodos empregados pelos operários em luta e à organização sindical nos EUA. Nabuco possuía uma concepção de evolução das mudanças sociais, mas estava atado a uma conceituação de mudanças dentro da lei. Era um cultor da ordem.

Evidentemente, não poderia existir dúvidas a respeito das convicções antiescravistas de Nabuco já consolidadas no período em que ele viveu nos Estados Unidos. Porém, aqui caberia ressaltar que Nabuco se encontrava submetido aos *limites de classe* e a teorias “científicas” a respeito da inferioridade dos raças não-brancas, em voga naquele tempo. Anos mais tarde, numa conhecida página do *Minha Formação*, Nabuco ainda sentia a perda do seu mundo, da reminiscência idealizada do Massangana: ... *hoje que ela [a escravidão] está extinta, experimento uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown: a saudade do escravo.*¹⁷⁴

¹⁷³ *Diários*. Vol I. p. 187

¹⁷⁴ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. p. 187

2.6- . O abandono da diplomacia e o batismo na Política

Joaquim Nabuco após usufruir as facilidades que a vida diplomática podia oferecer , durante a sua longa estada nos EUA, conseguiu ser nomeado para as funções de adido em nossa Legação em Londres, onde pontificava o ministro, o Barão de Penedo. O seu pensamento que havia produzido algumas ações precoces de militância social durante o período de estudante na Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, somente voltaria a reaparecer após 1879, quando ele consegue ser eleito para Câmara dos Deputados e no período a seguir, da formulação do seu ideário da Campanha Abolicionista.

Na década de 1880, verificam-se a mudança de tom, da linguagem, o *desvio* ideológico que se operou no discurso de Joaquim Nabuco, quando as suas convicções de reformador se renunciaram. Caberia perguntar o que teria levado Nabuco, *um ativista de sua superação* a adotar um discurso evidentemente distanciado daquelas suas idéias da década de 1870. Possivelmente, a indagação poderia obter resposta ao se lançar um olhar sobre as razões que fundaram a trajetória político-intelectual de Nabuco, a partir do seu retorno dos Estados Unidos. Primeiro, o choque do falecimento do seu pai, o conselheiro Nabuco de Araújo, a complexa decisão de entregar-se à carreira política, a postulação a uma vaga na Câmara dos Deputados, a campanha eleitoral de 1878, as ações e o projeto de uma Abolição programada, apresentando em 1880, a derrota eleitoral em 1881, a estada em Londres e a produção d' *O Abolicionismo*, em 1883. A Campanha Abolicionista, o retorno à Câmara em 1885.

Verifica-se que o discurso de Nabuco, na fase da Campanha Abolicionista do Recife, estava intrapenetrados de ideias político-sociais avançadas, se constituía em um

ousada estratégia de *marketing*, objetivando, no âmbito do regime legal, a extinção da escravidão no país. Pode-se indagar se a mudança se constituía apenas, uma ação de propaganda, destituída de convicções pessoais, visando tão somente o carreirismo na política? Pode-se, em contrário, cogitar que, para um membro da aristocracia brasileira, o sucesso na política seria mais facilmente alcançado por meio de uma cooptação com os conservadores, os escravocratas, os antirenovadores. Uma leitura e a conseqüente interpretação dos seus textos datados daquela época, nos quais ele se referiu à sua atuação como deputado impulsionado pela experiência legislativa, poderiam nos indicar algum entendimento sobre a notável inflexão em seu pensamento:

*Por mais que eu viva, senhores, nunca hei de esquecer a impressão que produziu em meu espírito essa primeira sessão do parlamento em que tomei parte como deputado. Eu voltava dos Estados Unidos e da Inglaterra, com cujos partidos liberais havia me identificado.*¹⁷⁵

*Em 1879 quando tomei assento eu era apenas conhecido pelo meu nome e pelos meus escritos..Um ano depois senhores, eu podia ter orgulho disto: os homens mais eminentes deste país entendiam sem distinção de partido que eu tinha merecido ser reeleito, as prevenções converteram-se em adesão, o meu nome deixou de despertar a idéia de um indivíduo para despertar a de uma grande causa.*¹⁷⁶

O Joaquim Nabuco crítico da mobilização sindical e das lutas sociais nos Estados Unidos, ao desencadear a Campanha Abolicionista no Recife, na segunda metade da década de 1880, apresentou um discurso propugnando uma reforma social “radical”. Um exemplo dessa fase é a “Segunda Conferência no Teatro de Santa Isabel”, de

¹⁷⁵ NABUCO, Joaquim Op. Cit. p. 86

¹⁷⁶ Idem. P. 86

novembro de 1884.¹⁷⁷ Nela, Joaquim Nabuco abordou a questão das reformas sociais, apontando a escravidão como o maior entrave ao progresso cultural, material que experimentava o país, àquele tempo:

Desse regime social, nasceu fatalmente a política negativa que nos abate, porque ficamos sem povo. A escravidão não consentiu que nos organizássemos e sem povo as instituições não tem raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces. Sim, senhores, os poderes políticos deste país nunca exprimiram, nem podem exprimir, a vontade nacional, porque esta não existe. Não podem exprimir consciência da Nação Brasileira, porque essa consciência está ainda com muito pouco e a nação não está formada...¹⁷⁸ ... entre nós as reformas políticas não têm base e portanto não têm ainda razão de precedência, e que as reformas de que imediatamente necessitamos são as reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho, e dêem em resultado o bem estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a nação brasileira.¹⁷⁹

O texto que segue, poderia muito bem ser cotejado com as anotações do diário de Joaquim Nabuco, concernente às greves e agitações nos Estados Unidos. Aqueles seus escritos de datados de sua experiência americana, em que estão inseridos pensamentos contrários a uma luta da classe operária que provocasse a “desordem” e a anarquia, se contrapõem às de suas idéias expostas em comícios públicos durante a “Campanha Abolicionista no Recife”:

Senhores, eu sei bem que todo homem político que promove grandes reformas sociais, e que para isso tem de expor as extorsões e os abusos dos privilégios que ataca, e, por outro lado, de estabelecer a relação direta, causal, entre as injustiças denunciadas e o sofrimento, a miséria a triste condição dos oprimidos, arrisca-se sempre a

¹⁷⁷ Nabuco, Joaquim Campanha Abolicionista no Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; prefácio de Aníbal Falcão; estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa. 2ª ed. –Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

¹⁷⁸ NABUCO, Joaquim. *Campanha Abolicionista no Recife*. p. 32

¹⁷⁹ Idem. p. 32

acusações de provocar o derramamento de sangue e explosão de cóleras populares... ... durante o longo processo de toda e qualquer reforma social, o sangue, o crime digamos logo, resultado de impaciências que se não podem suprimir, intervim como elemento perturbador da luta, como que para ainda mais envenená-la. A história está cheia de situações dessas, em que homens de reforma, os mais humanos e até mesmo os mais tímidos, viram-se de repente paralisados pelo crime que, pretendo auxiliá-los, os obrigava a parar e perguntarem a si mesmos se estavam seguindo o verdadeiro caminho; mas em caso nenhum faltou a esses homens a acusação dos adversários de terem provocado o derramamento de sangue.

*... sangue, o crime digamos logo, resultado de impaciências que se não podem suprimir, intervim como elemento perturbador da luta, como que para ainda mais envenená-la.*¹⁸⁰

Ao refletir sobre sua experiência de Joaquim Nabuco nos Estados, nos anos de 1876-7, Joaquim Nabuco confessaria que ela foi insatisfatória. E lamentaria, ao término de sua estada nos Estados Unidos, que, em vez de estudar e de conhecer o país, deixou-se levar pelo que ele denominou de (...) *minha campanha social em New York*. E acrescentou que nutria um arrependimento por não ter transformado a sua viagem em algo útil ao seu crescimento intelectual:

*Eu cometi um grande erro vindo a este país, em vez de estudá-lo, de visitar suas instituições de caridade e de letras, de conhecer seus homens. Quis divertir-me com as mulheres; o resultado é uma impressão de tempo perdido. Posso, porém, ainda reparar o meu erro quando voltar e só então poderei dizer que estive nos Estados Unidos.*¹⁸¹

Após a decisão de entrar para a carreira política em 1878, e com a formulação e a condução da sua Campanha Abolicionista, tomaram todas as suas forças Nabuco abandonou as aspirações diplomáticas. Somente uma década após a Queda da Monarquia que o deixou sem rumo e desempregado, Nabuco, um monarquista convicto, superaria as suas ligações com o regime decaído e assumiria uma compromisso com o

¹⁸⁰ JOAQUIM NABUCO. Op. Cit. 168.

¹⁸¹ Ibidem. p.

governo da República. Aceitou em 1899, a sua nomeação para exercer as funções de advogado do Brasil nas *Questão da Guiana Inglesa*.

CAPÍTULO III

O Retorno de Joaquim Nabuco à Diplomacia: 1899

3.1.- Joaquim Nabuco e o Processo da Guiana Inglesa.

Ainda que a não tenha vinculação direta com a sua diplomacia americana, a abordagem do seu pensamento e suas ações durante o processo da Guiana Inglesa, 1899 a 1904, poderá ensejar uma alguma compreensão acerca das razões que produziram seu pensamento estratégico. Assim, sendo, julgo oportuno abordar o contexto internacional em que foram pronunciadas as Sentenças Arbitrais do Tribunal de Paris, 1899, (Processo Venezuela versus Inglaterra) e do Tribunal de Roma, 1904 (Processo Brasil versus Inglaterra). A conclusão tratará da Jurisprudência do Congresso de Berlim que respaldou as sentenças mencionadas. O esforço, porém, será direcionando numa tentativa para explicar a inflexão no pensamento de Joaquim Nabuco, a partir da sua análise da sentença arbitral de 1904, das suas conseqüências e do seu posterior direcionamento em defesa do pan-americanismo.

Enquanto os jornais ingleses, em 1899, se ufanavam pela decisão do Tribunal de Paris, favorável à Inglaterra, no caso do Litígio de Fronteiras entre este país e a

Venezuela, Joaquim Nabuco havia sido recém nomeado para a função de advogado na *Questão da Guiana Inglesa*.¹⁸² O conflito Inglaterra versus Venezuela estava inserido no contexto do imperialismo europeu e, por certo, despertou a atenção da diplomacia brasileira e interessaria a Joaquim Nabuco, principalmente porque na mesma época, o Brasil mantinha uma discussão em torno de uma área na Região Amazônica, preparando-se, no entanto, com atraso, para iniciar um processo de negociação de litígio com a Inglaterra.

Desde os meados do século dezenove, quando a Inglaterra adquiriu da Holanda, os territórios do Essequibo, o problema de fronteiras teve início, em virtude da ausência de uma demarcação definitiva de área limítrofe naquela região. A partir da década de 1880, a desinteligência entre os ingleses e venezuelanos se ampliou, quando a Inglaterra fez novas ocupações no território em disputa, recusando a negociação. O problema se encontrava sem solução, quando em 1884, o governo dos Estados Unidos da América resolveu intervir no caso, pressionando os ingleses em favor da Venezuela. As nações da Europa se colocaram em desfavor da atitude norte-americana.¹⁸³ A atitude do congresso americano tendia a respaldar uma ação contrária aos interesses ingleses, sustentando os postulados monroístas. Mais adiante, no entanto, questionou-se a oportunidade da ação, que colocava em risco as relações dos Estados Unidos com a Inglaterra, num momento crucial da história das relações entre os dois países.

No Brasil, em face da insolucionada questão de fronteiras com a Guiana Inglesa que se arrastava, o Congresso Nacional aprovou a atitude dos Estados Unidos em relação à Inglaterra.¹⁸⁴ Inicialmente, o governo inglês aceitou submeter a questão a um arbitramento. Porém, o Lord Salisbury, que havia substituído os liberais no Governo, passou a recusar a mediação dos Estados Unidos e se opôs a uma negociação com a

¹⁸² MENCK Op. cit. p. 145

¹⁸³ STEPHANIE DENNISON, Op. cit. p. 124

¹⁸⁴ Idem. p. 124

Venezuela. Em 1894, o presidente Grover Cleveland, novamente, tomou a iniciativa de pressionar a respeito do caso, desta vez, recorrendo aos postulados da Doutrina Monroe, para justificar as razões dos estadunidenses. O Processo envolvendo a disputa entre Venezuela e Inglaterra, colocava à prova as diplomacias européias e norte-americanas, o que tinha como pano de fundo, a defesa da Doutrina de Monroe. Após delongas, os ingleses, afinal, cederiam, concordando em submeter o problema a um tribunal arbitral no qual a Venezuela seria representada por juristas norte-americanos. Após um longo processo, a decisão do Tribunal de Paris, em 7 de dezembro de 1899, foi desfavorável aos venezuelanos. Houve preocupação no governo brasileiro, pois a sentença continha um agravante, a linha de fronteira demarcada passava sobre o território brasileiro. A chancelaria brasileira emitiu uma nota de protesto, enviada para os governos com os quais o Brasil mantinha relações, e se preparava para enfrentar o difícil processo de arbitramento da fronteira com a Guiana Inglesa.

Após dez anos, o regime republicano se consolidava. A guerra Civil de 1893-4, a Revolta da Armada, a Insurreição Federalista no Sul do país e a posterior reação do vice-presidente Floriano Peixoto a esses eventos, causaram um enfraquecimento da ordem institucional. Fazia-se necessário, naquela época, arregimentar forças para o fortalecimento do regime. Ainda no governo de Prudente de Moraes, que sucedeu Floriano Peixoto, o Chanceler Carlos de Carvalho havia oferecido a Joaquim Nabuco, um posto na diplomacia brasileira.¹⁸⁵ No entanto, somente em 1899, Joaquim Nabuco, confrontando os monarquistas radicais, resolveu aceitar o convite do Presidente Campos

¹⁸⁵ NABUCO, Joaquim *Diários* Nota: “Na presidência de Prudente de Moraes, Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, oferecera a Nabuco a chefia de uma legação, mas ele recusara. Campos Sales, eleito para suceder Prudente de Moraes, lera, por indicação do seu secretário Tobias Monteiro, o primeiro volume de *Um Estadista do Império*, e resolvera convidar Nabuco para uma função diplomática. Tobias Monteiro acenara-lhe com a nomeação para a Legação do Brasil junto ao Vaticano”. Vol. II. p. 158

Salles, ¹⁸⁶ para exercer um cargo no Governo da República. O seu processo de aproximação com os republicanos e a decisão de se colocar ao serviço da República foi demorado, conforme se constata pela leitura da carta de Nabuco a Francisco Pennaforte Mendes de Almeida, ¹⁸⁷ na qual ele se refere às razões que o levaram a aceitar a missão de defender as fronteiras do Brasil:

O apoio que encontrei e(política) e graças ao qual n'ella alguma acção foi primeiro de(...) independentes, depois de abolicionistas e republicanos, com quem fiz a campanha dos dez annos contra a escravidão, e do povo que sabe reconhecer o desinteresse, a lealdade, a coherência nos princípios e nos sentimentos. Com a acceitação em dias de angústias para o paíz quando a bandeira nacional já(...) para o funeral, do encargo de defender nossas fronteiras, o que quando foi, por exemplo que abalasse o ânimo público, mostrar ter outra religião senão a da independência e do levantamento da pátria.

*Eu disse uma vez que o instincto de nacionalidade seria o último adherente, mas chegou o momento em que esse insticto nos deve gritar a todos: esquecei vossas dissensões políticas, o Brasil está chegando ao grau de fraqueza do qual nenhuma nação se levanta e quando elle tiver cahido acreditais que ficará salva a vossa responsabilidade de Brasileiros com a resposta: Nós não tínhamos nada que fazer, nós éramos monarchistas. É tempo de cessar em todos os lábios o grito de quanto (peor), melhor. Um ponto mais é a bancarrota, e a bancarrota pode trazer a questão da perda da autonomia. Em três minutos a nação póde morrer. O insticto da integridade territorial é o último que uma raça deve perder. Acceitei essa missão, como teria acceitado nas actuaes condições do paíz, uma cadeira no parlamento. Com o (cessar) das minhas idéias monarchistas, posso entrar por toda a parte na república para defender a causa pública.(...) Ficarei tendo um só partido: a pátria.*¹⁸⁸

No texto, constata-se todo um projeto de ação política que Joaquim Nabuco levaria adiante. Nele, se encontrava a essência do seu pensamento em defesa da

¹⁸⁶ “Não quero que você saiba pelos jornais que aceitei o encargo de defender o direito na Questão da Guiana Inglesa. É um perigosíssimo sacrificio que faço, o d’essa viagem. Senti, porém que não o podia recusar sem quebra do dever para com o paiz. Não olhei para questão política, tratando-se de uma causa nacional.” Carta de Joaquim Nabuco para Souza Corrêa. Apud. Luís Viana Filho. Op. cit. p. 599

¹⁸⁷ Advogado em São Paulo e amigo de Joaquim Nabuco.

¹⁸⁸ Carta de Joaquim Nabuco a Francisco Pennaforte Mendes de Almeida. Cap. 11 – doc. 220 – Arquivo de Joaquim Nabuco. Cehibra- Fundação Joaquim Nabuco.

integridade territorial e da preservação do interesse nacional. Nabuco sustentava um entendimento de que o regime republicano enfraquecera o país (...) *Chegou o momento do descrédito na Europa das finanças de todas essas repúblicas e o Brasil não tem mais nada que o diferencie dessas pátrias de anarquia.*(...) ¹⁸⁹ e que era necessário que todos se unissem em torno de um só ideal, a pátria. Não se pode afirmar que ele enxergasse claramente o problema do imperialismo europeu, nem que suspeitasse que o território do Brasil pudesse vir a sofrer graves riscos. As reflexões sobre a vulnerabilidade do território nacional, somente tomariam vulto no pensamento de Joaquim Nabuco, no decorrer dos trâmites do processo da Guiana Inglesa, quando, convencido da precariedade de nossas forças de defesa, ele procurou utilizar a Doutrina Monroísta, intentando uma aliança com os Estados Unidos, para que se assegurasse a integridade do solo brasileiro. Lamentava que o Brasil, país que no Império, mantinha mais poderosa armada das Américas, superior à dos Estados Unidos,¹⁹⁰ estivesse, então, ameaçado pelo *tsunami* imperialista dos anos finais do século dezenove.

Ao se convencer da irreversibilidade da República, Joaquim Nabuco aceitou a nomeação para o serviço diplomático, embora tivesse a consciência de que a sua decisão abriria uma dissidência no grupo monarquista. Ele voltaria a se defender dos ataques de antigos companheiros adeptos da restauração monárquica, como já o fizera alguns anos antes, ao expor as suas convicções nas (...) *cartas trocadas entre Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguay ... publicadas no Jornal do Commercio em 15 de setembro e em 10 de outubro de 1895 respectivamente, onde se discute a “aceitação do novo regime por*

¹⁸⁹ JOAQUIM NABUCO . *Carta a Amigos* vol. I. p. 197

¹⁹⁰ MONIZ BANDEIRA.

parte dos elementos políticos e da oportunidade de uma reconciliação das elites do país, em torno do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. ¹⁹¹

A decisão política de Joaquim Nabuco foi permeada de complexidade e contradições. Ele, ao assumir o gesto, teria, irremediavelmente, de aceitar o regime republicano, sem abandonar suas convicções de monarquista. O argumento que utilizou para sustentar sua decisão, seria o de prestar um serviço à Pátria, independente do regime vigente, República ou Monarquia. ¹⁹² Mas, não se tratava unicamente de uma decisão difícil, no que diz respeito à sua condição de monarquista. A questão da Guiana Inglesa era também exageradamente complexa. O país teria que provar o seu Direito e os títulos não eram tão evidentes, ¹⁹³ quanto foram os do processo da Guiana Francesa cuja sentença havia sido favorável ao Brasil, Naquele processo que teve brilhante atuação, o barão do Rio Branco. ¹⁹⁴ Após aceitar a nomeação, Joaquim Nabuco, tendo ultrapassado a fase de incertezas e dúvidas ético-políticas, numa carta para José Carlos Rodrigues, Nabuco sustentava que esperava a conclusão do tratado de arbitramento sem maiores embaraços: (...) *estou tanto mais ansioso pela conclusão do Tratado quanto de escolha o árbitro dependerá também a escolha do lugar onde vá preparar a nossa memória, por que não se fez o mesmo trabalho para um alemão que para um sueco ou para o papa ou vice-versa(...)* ¹⁹⁵. No entanto, Nabuco sabia que este seria apenas o primeiro passo de um penoso e longo processo.

¹⁹¹ VALENÇA, Rachel in *Joaquim Nabuco O Dever da Política*. Org. José Almino de Alencar e Ana pessoa. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.

¹⁹² *É penosíssimo sacrifício que faço, o dessa viagem. Senti, porém que não podia recusar sem a quebra do dever para com o país. Não olhei para a questão política tratando-se de uma causa nacional. Seria mostrar-se ser estritamente sectário invocar uma incompatibilidade que o Governo não julgou de ver prevalecer o defensor da causa nacional ao campo adverso.* Carta de Joaquim Nabuco a Domingos Antônio Alves Ribeiro, datada de 8 de março de 1899, cap. 12. doc. 299 – Arquivo de Joaquim Nabuco – Cehibra – Fundaj.

¹⁹³ AMARAL GURGEL

¹⁹⁴ Ver: VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*. p. 216. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar. Gráfica Laemmert, Limitada

¹⁹⁵ Carta a José Carlos Rodrigues. Arquivo de Joaquim Nabuco: Cehibra Fundação Joaquim Nabuco. Cap. 13 Doc. 248

A tarefa de defender os interesses do Brasil demandaria extraordinário esforço. Antes da nomeação do Barão do Rio Branco para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, pelo presidente Francisco de Pádua Rodrigues Alves, num ofício dirigido ao Itamaraty, Nabuco se referiu às dificuldades que a defesa do Brasil demandava e solicitou ao chanceler que mandasse providenciar uma busca por documentação necessária à sustentação do nosso Direito, nos arquivos brasileiros e estrangeiros. A partir daí, ele passaria à montagem de sua equipe de colaboradores, dentre os quais se destacariam José Pereira Graça Aranha,¹⁹⁶ Silvino Gurgel do Amaral, José Manoel Cardoso de Oliveira, o cartógrafo Henri Trope e a tradutora Madame Luísa Ferreira.

Após os passos iniciais, o esforço prosseguiria e Joaquim Nabuco se desdobrava (...) *Desde então até a entrega da Primeira Memória em [26 de fevereiro de 1903] trabalho em meu gabinete o dia todo até depois da meia noite.*¹⁹⁷ O diplomata se entregava à leitura e ao estudo de cada documento e aperfeiçoava mais ainda, o seu estilo numa língua que ele dominava com maestria, o Francês. No momento determinado, Nabuco concluiu os catorze volumes da Memória do Processo, para, depois, finalizar os quatro restantes, o que totalizou dezoito volumes. A imprensa, intelectuais e diplomatas, desde o início, duvidaram do seu êxito, porque o Brasil não possuía todos títulos que provassem o seu direito ao território. Oliveira Lima, declarou em seu livro de memórias, que tinha advertido a Joaquim Nabuco quanto aos riscos que o *Processo* comportava.¹⁹⁸ Porém, autoconfiante, Nabuco enfronhou-se num trabalho exaustivo e ao entregar ao rei da Itália Vitor Emanuel III, os últimos volumes do processo, escreveu (...) *Havia quatro anos que eu nem direito tinha ao sono.*¹⁹⁹ Aguardava, ansiosamente, a decisão arbitral. Buscava, ao aceitar uma tarefa tão árdua,

¹⁹⁶

¹⁹⁷ Joaquim Nabuco ao Ministro Olyntho Magalhães, 14 de junho de 1901, Arquivo Histórico do Itamaraty *apud* José Theodoro Menck. Op. cit. p. 175.

¹⁹⁸ OLIVEIRA LIMA. Op. cit. p. 185

¹⁹⁹ NABUCO, *Diários* p. 296

reerguer a sua imagem de líder e de patriota celebrado, que o desvanecera no período da Campanha Abolicionista.

Para um melhor entendimento do significado da decisão de Joaquim Nabuco, em aceitar atuar no Processo da Guiana Inglesa, seria oportuno empreender uma análise detalhada do significado daquela questão para o governo brasileiro. O litígio entre o Brasil e a Inglaterra ocorreu a partir de discussão em torno da posse de uma região com aproximadamente trinta mil quilômetros quadrados de terra. Era uma região inóspita localizada junto à fronteira da Guiana Inglesa, à época, uma colônia britânica na América do Sul, e onde se encontrava o Rio Pirara, que a partir dali se abria para um corredor fluvial que comunicava o Rio Rupununi ao Tacutú e, assim, as duas bacias do Amazonas e do Essequibo. Os ingleses tendiam, numa manobra capciosa, desvalorizarem a região, para, aparentemente, diminuir a importância do seu interesse. O primeiro-ministro, o Lord Salisbury, afirmava que se tratava de uma área (...) *em que não existe uma vaca*”.²⁰⁰ Na verdade, era uma região crucial para o Brasil, e aí residia a nossa preocupação, pois os dois rios acima mencionados corriam em direção ao grande sistema fluvial do Amazonas. Se os ingleses obtivessem êxito em garantir a sua presença e domínio na região disputada, conseguiriam passagem livre aos seus barcos, numa área, àquela época, estrategicamente muitíssimo importante para o Brasil, em vista da exploração da borracha. Quanto a este tema, o leitor me permita mencionar, que os ingleses, há muito, procuraram tumultuar as linhas de fronteira naquela região, e os seus “exploradores” já tinham contrabandeavam as sementes de seringueiras para o Jardim Botânico de Kiel, de onde saíam para as plantações na colônia britânica do Ceilão.

²⁰⁰ LUIS VIANA FILHO. Op. cit. p. 655

A região em litígio havia sido explorada sucessivamente desde o século dezoito por Portugal, Holanda e, finalmente, pela Inglaterra. O problema, na verdade, teve seu início quando um explorador anglo-saxão, Roberto Schombrugk, que supostamente estaria realizando um trabalho filantrópico com os índios que habitavam no interior das regiões mencionadas, através de relatórios enviados para a Inglaterra, definiu uma linha fronteiriça que passava por sobre territórios cujas soberanias eram reclamadas pela Venezuela e pelo Brasil. A *Schombrugk line* foi considerada pelo governo inglês como limite oficial de sua colônia na América do Sul. Após aquela decisão, a Inglaterra intimou o governo brasileiro a se retirar da região. O Brasil se recusou e, em seguida, replicou. A Inglaterra cedeu. Em 1842, o território foi declarado neutro e somente nos finais do século dezenove, foi inserido na agenda de definição das fronteiras nacionais, mais tarde, levado a cabo pelo ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, quando seria reaberto o processo de litígio no qual se reclamava o direito do Brasil a partir da interpretação de doutrinas tradicionalmente utilizadas pela Inglaterra.

²⁰¹ O processo levaria quatro anos para sua conclusão, 1900 – 4, e a sentença arbitral foi desfavorável ao pleito brasileiro e até mesmo, à uma proposta de acordo, anteriormente apresentada pelo governo inglês, na qual a Inglaterra nos cederiam uma área maior do que aquela determinada pelo rei italiano.

As negociações iniciais mereceriam uma abordagem para que possamos alcançar uma compreensão a respeito do papel desempenhado por Joaquim Nabuco no processo. Certamente, ao se enfrontar no estudo do caso, ele aprofundaria os seus conhecimentos sobre o cenário internacional e as novas tendências da política estratégica na Europa

²⁰¹ “São elas a doutrina do *wathersed line*, utilizada pela Inglaterra na disputa com a Venezuela anos antes da questão da Guiana vir a tona, determina que a ocupação de um rio e seus afluentes em território vacante implica a dos sub-afluentes secundários e a doutrina do *ichoate title* segundo a qual a descoberta, acompanhada de afirmação pública de propriedade e seguida de explorações, ainda que esporádicas, e de estabelecimentos, mesmo temporários, sustenta a pretensão ao domínio” (FERNANDES, 1917, p.15) apud Paulo dos Reis Pereira, op. cit. p. 126.

daqueles tempos. Após a sua nomeação em março de 1899, muito haveria de ser resolvido para que o processo pudesse ter andamento. Até a forma que tomaria, arbitramento ou negociação direta, ainda não tinha sido esclarecida. Nabuco em uma carta para Francisco Ignácio de Carvalho,²⁰² seu velho amigo, o barão de Penedo, datada de 20 de dezembro de 1899, portanto, vários meses após sua nomeação, se mostrava preocupado em relação à situação do Brasil, referindo-se à vitória da Inglaterra na questão com a Venezuela:

Meu caro Barão,(...) Não sei nada do tratado pendente que ella talvez queira invocar. Os advogados há de querer falar. O Corrêa não julga impossível que queira voltar à negociação directa. Eu que aliás estimaria muito me vê desobrigado, (seria muito longo dar-lhe as razões porque o arbitramento seria para o advogado do Brasil muito perigoso e incerto sobre outra fronteira além da última que offerecemos), não creio que a Inglaterra aceite nunca, sobretudo depois da Victoria contra a Venezuela a última proposta do Brazil, além da qual não poderíamos ir. O que os ingleses ou tratarão de protelar até o fim da guerra do Transval, ou voltarão a idéia de um mesmo tribunal colectivo perante o qual possam empregar os mesmos advogados, juizes, peritos, etc., e de que façam parte os mesmos juizes, que na questão anglo-venezuelana. Está ahí o que conjecturo, isso muito entre nós dois, com o respeito do discípulo ao mestre a quem tanto deve.²⁰³

Nesta correspondência, Joaquim Nabuco expressava o seu temor de que o método a ser seguido viesse a ser o de um processo arbitral. Nesta caso, Inglaterra procuraria utilizar os mesmos postulados do Tribunal de Paris que arbitrara o litígio com a Venezuela, cuja decisão favoreceu os ingleses. No entanto, em vista da inexplicável posição do governo brasileiro em não fazer concessões, Joaquim Nabuco

²⁰² Francisco Inácio de Carvalho Moreira(Penedo, AL 1815 – Rio de Janeiro, RJ 1906), barão de Penedo, bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia em 1839 e doutor pela Universidade de Oxford, representou a sua província na 8ª legislatura, de 1849 a 1852; foi advogado no Rio de Janeiro e, tendo ingressado na carreira diplomática, exerceu diversos cargos perante vários países da Europa e da América, sendo o último enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha, onde permaneceu por vários anos. Apud José Almino de Alencar e Ana Pessoa, *in* Joaquim Nabuco – O Dever da Política, 2002.

²⁰³ Carta de Joaquim Nabuco a Francisco Ignácio de Carvalho, barão de Penedo. Arquivo Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco: Cehibra. Cap. 13. doc. 259

já mantinha a convicção que os ingleses recusariam a negociação direta, melhor para o Brasil, menos complicada, porque o país era uma república na “periferia do mundo” e em desvantagem diante de um litígio com a grande potência daquela época, o Império Britânico.

As providências relacionadas ao processo da Guiana Inglesa sofreriam atrasos. Inicialmente, a ausência do ministro inglês Joseph Chamberlain ²⁰⁴. Posteriormente, a mudança do ministro dos negócios Estrangeiros da Inglaterra. Diante dos impasses e atrasos, Joaquim Nabuco em carta ao presidente Manuel Ferraz de Campos Salles ²⁰⁵, procurou informá-lo a respeito do assunto. Em maio de 1900, ainda não havia sido resolvida a forma da negociação a ser aceita pelas partes. O processo estava emperrado. Nabuco comentava numa carta ao Barão do Rio Branco, os seus contatos com o então Chanceler Olyntho de Magalhães e reclamava que não havia recebido instruções do Itamaraty.

(...) Há dias estou escrevendo uma correspondência de que tenho que tirar cópia por ter estado o Graça Aranha. Estou agora em uma carta ao. Olynto [de Magalhães] pedindo instruções que não vieram, para o paiz do trat.(sic) de arbit.(sic) no caso de negociações directas (lord Salisbury disse ao o. Lima que um tratado directo regularia talvez melhor a questão). Estou lhe contando tudo o que se passou a respeito do seu projeto de tratado e citando-o largamente quando recebo as inclusas cartas de que não tenho tempo para tirar cópia e que por isso lhe mando pedindo que m'as devolva e que telegraphe (sic) o que devo incorporar da sua parte na carta que por tendo fazer seguir por este

²⁰⁴ Joseph Chamberlain, Estadista Inglês, nasceu em 1836. Em 1880, Gladstone fê-lo presidente da Câmara de Comércio, incluindo-o em seu Gabinete. Em 1895, foi nomeado Ministro das colônias, realizando uma política no sentido de despertar um forte espírito imperial ante os colonos, que culminou com a remessa de milhares de voluntários canadenses, austríacos e neozelandeses para lutarem na África do Sul. Em 1903, apresentou um projeto de lei que concedia privilégios ao comércio entre países do império Britânico. Faleceu em 1914.

²⁰⁵ (...) A mudança do ministro dos negócios estrangeiros e a ausência do ministro a quem a nossa questão especialmente affecta o das colônias, Sr. Chamberlain, depois das eleições, hoje mais poderoso do que nunca, fazem com que por ora nada se possa adeantar. Espero que a satisfação pelo esplendido acolhimento que encontrou em Buenos Aires o tenha já um tanto aliviado das impressões com que partio(...).

vapor e em que os manda cópia da sua carta ao Corrêa(que supponho agora e ele já ter e ser a carta a que se refere como primeira) e ultimamente a mim.(...) ‘ esta questão está des-complicando’, diz-me o Dr. Olyntho e eu acredito bem a cada uma a sua obra e quem sabe se a V. não caberá resolvel-a por fim? Porque no fim de contas tudo o que se fez nas negociações foi obra sua e a V. caberia tomar a responsabilidade da última proposta, se o governo se decidir por ella de preferênciã ao arbitramento, ao qual V. a declarou preferível. Eu não tenho opiniãõ formada se acceitaria ou não a responsabilidade de firmar um acto n’esse sentido. Como por esse tempo V. talvez tenha...²⁰⁶

Ao iniciar os estudos relacionados ao *Processo da Guiana Inglesa*, e diante da resposta do Lord Salisbury, o chanceler inglês na época, Joaquim Nabuco, mais uma vez, se interrogava sobre as vantagens da negociação direta ou arbitramento.²⁰⁷ Ele estava certo de que a Inglaterra talvez não aceitasse a negociação direta, em consequência da decisão do Tribunal de Paris, de 1899, que dera ganho de causa aos britânicos no litígio com a Venezuela. Os ingleses e os brasileiros estavam inicialmente favoráveis a um acordo direto, mas a vitória da Inglaterra no Tribunal de Paris, em 1899, havia mudado a situação.

A proposta para uma negociação direta seria prejudicada porque o Presidente Campos Salles proibiu qualquer concessão aos ingleses. Restando, portanto, o recurso ao arbitramento. Resolvido que o Brasil aceitaria a forma acordada, surgiu um problema inesperado. O árbitro a ser escolhido, o Grão-Duque de Baden, que tinha a simpatia de

²⁰⁶ Carta de Joaquim Nabuco para José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco. Datada de 15 de maio de 1900. Arquivo de Joaquim Nabuco:Fundação Joaquim Nabuco; Cehibra. Cap. 15 doc. 284.

²⁰⁷ (...)Nabuco, porém, sentia-se indeciso sobre qual das duas vias seguir, o arbitramento ou apostar no entendimento direto. Pediu instruções. Em resposta, Olyntho de Magalhães²⁰⁷ declarou que Nabuco deveria responder a nota de Salisbury nos termos sugeridos pelo barão do Rio Branco a Souza Corrêa, ou seja, deveria apresentar como transação à linha Maú – Tacutu a linha formada pelos rios Maú e Rupununi.²⁰⁷ Apud. José Theodoro Menck, op. cit. p. 164.

Nabuco ²⁰⁸, de Rio Branco e de Souza Corrêa e a quem se julgava que seria muito favorável ao Brasil, teve o seu nome indeferido pelo governo brasileiro, e não pela Inglaterra, visto se tratar de “um susserano e não de um soberano”.²⁰⁹ Este foi, possivelmente, o maior erro estratégico cometido pelo Brasil na Questão da Guiana Inglesa. Joaquim Nabuco se insurgiu (...) *se tivéssemos insistido na escolha do Grão-Duque de Baden como árbitro do processo da Guiana Inglesa, também aceito pela Grã-Bretanha na ocasião, poderíamos ter assegurado um bom êxito para nossa causa, pois o soberano era tido como simpático à causa brasileira teria sido aceito pelos ingleses.* ²¹⁰ Então, diante do problema, o chanceler Olyntho de Magalhães sugeriu, para substituir o Grão-Duque, os nomes do presidente dos Estados Unidos ou do rei da Itália. A escolha recairia no rei Vitor Emanuel III. Caberia a Joaquim Nabuco apenas a árdua tarefa de propor à Inglaterra a substituição do árbitro. O tratado de compromisso arbitral foi assinado aos 6 de novembro de 1901.²¹¹ O diplomata Nabuco ao ler o documento de arbitramento da Questão da Guiana Inglesa, confessou que ... “perdera todas as esperança”. ²¹² Desiludido, porém seguindo as instruções superiores, o advogado do Brasil, se apressou em enviar a resposta brasileira ao *Foreign Office*, por

²⁰⁸ NABUCO, Joaquim *Diários* vol II. p. 309 Nota: *O Grão-duque de Baden havia sido o preferido de Souza Correia, de Rio Branco e de Nabuco para ser o árbitro da questão dos limites; e com a indicação concordava lord Salisbury.(Mas o então ministro das relações Exteriores, Olinto de Magalhães, vetara.Nabuco ainda tentara convencer Olinto de Magalhães da conveniência da escolha do Grão-Duque, mas o Ministro não cedeu).*

²⁰⁹ “ A sugestão do nome do Grão-duque de Baden, governante filósofo, envelhecido no trato dos livros e dos sábios, embora com elevados atributos pessoais, não correspondia à nossa tradição de submeter questões territoriais somente ao julgamento de chefes de Estado, sobretudo, soberanos e não susseranos.” Olyntho Máximo de Magalhães, *Centenário do Presidente Campos Sales*, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941, pp. 145 e 146.

²¹⁰ VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui-Nabuco-RioBranco* p. 623 Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio. 1971

²¹¹ O Grão-Duque de Baden havia sido o preferido de Sousa Correia, de Rio Branco e de Nabuco para ser o árbitro da questão dos limites; e com a indicação concordava lord Salisbury. Mas o então ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, vetara, por motivos de hierarquia (o grão-duque não era soberano, mas súdito do Kaiser), sugerindo a escolha do presidente dos Estados Unidos, do rei da Itália ou do Imperador da Áustria. Nabuco ainda tentara convencer Olinto de Magalhães da conveniência da escolha do Grão-Duque, mas o Ministro não cedeu. V. carta a Evelina de 13.iv.1904. *Apud* Evaldo Cabral de Mello, *Notas aos Diários de Joaquim Nabuco 1873 – 1910*. vol. II. p. 309

²¹² JOSÉ THEODORO MENCK, *idem*, p. 164.

meio de Oliveira Lima,²¹³ então no exercício da Secretaria da Legação do Brasil em Londres.

3.2.- Joaquim Nabuco: A Jurisprudência do Congresso de Berlim de 1885.

Nabuco escreveu a *Memória* do Processo da Guiana Inglesa, após reunir um notável arquivo documental para sustentar o Direito do Brasil. Certamente, na qualidade de escritor com formação jurídica e historiador, ele procurou inteirar-se das jurisprudências vigentes à época, pois a condução da complexa questão o exigia. De 1900 a 1904, Nabuco se dedicou, em longas jornadas de estudos, à análise de documentos e de textos, assim como à composição das monografias, escritas do próprio punho.

O laudo arbitral de Victor Emanuel III, de anunciado em junho de 1904, encerrando a questão da Guiana Inglesa, invocava o princípio da (...) *efetividade da ocupação territorial*. Nos inícios do século vinte, essas eram as doutrinas do Direito Internacional Público em vigor, aceitas pelas quais se considerava que as terras sem dono, *res nullius*, do ponto de vista da soberania, eram aquelas habitadas por nativos que não “fossem capazes de se apresentar como um Estado do tipo ocidental”.²¹⁴ Porém, um outro delicado problema substanciava uma questão. Em que consistiria o conceito de soberania? A resposta geralmente aceita, esclarecia que a soberania era a tomada de posse efetiva, em que se instaurasse um poder com estabilidade, “agindo em nome de

²¹³ Nota: Seria pertinente registrar que Oliveira Lima, nas suas *Memórias*, afirma que aconselhou a Nabuco a (...) *não aceitar a defesa do nosso direito junto ao árbitro, que me não inspirava confiança por ser sympathico a Inglaterra(sic)*.

²¹⁴ JOSÉ THEODORO MENCK, op. cit. p. 334

um Estado”, num lugar determinado. Finalmente, o cerne da discussão é que a tese jurídica da Conferência de Berlim 1885 consistia no seguinte: “A soberania se adquire pela ocupação efetiva em nome do Estado.” Esta regra seria adotada de conformidade com o Art. 35 da declaração daquele congresso:

*As potências signatárias da presente Acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano, a exigência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos e, se for o caso disso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que essa liberdade foi estipulada.*²¹⁵

Havia, por outro lado, um consenso em torno de um conceito jurídico de que a posse permanente, efetiva e ininterrupta seria a condição para o reconhecimento da ocupação como de fato e direito. Neste ponto, o laudo arbitral não deixaria dúvida, como veremos mais adiante. A discordância surgida após a sentença, entre alguns juristas,²¹⁶ quanto a validade da jurisprudência de Berlim, consistia que, segundo o texto legal, aquela decisão somente poderia ser aplicada, exclusivamente, às costas do Continente Africano. Em segundo lugar, a regra era obrigatória somente para as potências signatárias do Congresso de Berlim: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Países-Baixos, Grão-ducado de Luxemburgo, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia.²¹⁷

A partir de uma interpretação liberal da tese jurídica do congresso reunido em Berlim em 1885, de “terra sem dono”, Joaquim Nabuco principiou a temer pela integridade do território brasileiro. Dois terços do interior do nosso país estavam “desabitados”, ou seja, possuía por nativos, índios, silvícolas, os quais não poderiam ser

²¹⁵ Apud. JOSÉ THEODOR MENCK,. Op. cit. p. 334

²¹⁶ “(...) o princípio da efetividade da ocupação foi formulado especificamente para ser aplicado apenas às costas do continente africano(...) era preciso excluir do alcance sua aplicação às terras situadas não apenas nos demais continentes, Ásia, América, Oceania, ilhas oceânicas, e mesmo as situadas no interior da África” Paul Fauchille, Apud José Theodor Menck, op. cit. p. 334.

²¹⁷ MENCK

reconhecidos por “não serem capazes de se apresentar como um Estado”.²¹⁸ A essa jurisprudência, Nabuco chamou de “direito africano”. Partindo das reflexões que o evento produziu no seu espírito, ele elaboraria um elemento essencial que serve à compreensão do seu pensamento, a questão do conceito de território, pois, considerando a sua experiência no referido processo, Nabuco se apercebera do risco a que estava exposto o imenso território do interior brasileiro. Ele estava convencido de o interior do Brasil teria de ser ocupado por colonos europeus patrocinados pelo governo, como única maneira de garantir a soberania nacional questionada pelas cláusulas do Congresso de Berlim. Sobre esse tema, Nabuco demonstraria uma recorrente preocupação, pois no seu entendimento os governos brasileiros desde 1822, não teriam demonstrado a necessária preocupação com a soberania territorial do país (...) *A moralidade da sentença é que devemos fazer mais atenção às nossas fronteiras do que temos feito. No tempo de colônia os Portugueses se interessaram mais pelos limites do Rio Branco do que os Brasileiros depois da independência.*²¹⁹

Após o longo processo com as apresentações de “memórias” e de um intenso trabalho de diplomacia pública, finalmente, chegou o dia do anúncio. Aos 14 de junho de 1904, o rei Vitor Emanuel III procedeu a leitura da sentença.²²⁰ A decisão real,²²¹ lacônica, não

²¹⁸ A Amazônia brasileira era a maior produtora mundial de borracha. O produto tinha uma importância estratégica que se poderia comparar à do petróleo, em nossos dias.

²¹⁹ Apud Paulo Pereira. “Carta de Joaquim Nabuco a Campos Sales”, 03/10/1904 - FUNDAJ). E pode-se ver essa idéia mais uma série de vezes na correspondência de Nabuco. Carta a Florence de Berends, 16/07/1904(FUNDAJ); Carta a Graça Aranha, 15/10/1904(FUNAJ0).

²²⁰ Nota: *O laudo arbitral de Vitor Emanuel III rejeitava a pretensão do Brasil de haver exercido posse efetiva sobre todo o território desde o período colonial e determinava que ele fosse dividido de acordo com o divisor de águas do monte Iakontipu às nascentes do Ireng (Mahu) e daí o seguindo o curso do rio Tacatu. Com uma referência lacônica, Nabuco encerra as alusões ao processo da Guiana Inglesa.. Joaquim Nabuco Diários vol. II.p. 311*

²²¹ “O árbitro, em seguida explicava, sem especificar os pontos da região nos quais haviam sido exercidos, no que consistiam os direitos de cada uma das partes podia fazer prevalecer: esses direitos decorriam, segundo árbitro, de títulos históricos e jurídicos, que não foram enumerados. Entretanto, se um direito à soberania, preciso e definido, só podia ser constatado em favor de uma ou de outra das partes, no que concerne somente a algumas partes do território contestado, não era possível, segundo o árbitro,

dava maiores explicações a respeito do que o movera àquela decisão. Na sentença, o rei da Itália adotou a linha dos rios Mau -Tacutu, decisão que prejudicou o Brasil,²²² pois na sua resposta à negociação direta, de 23 de agosto de 1900, a Inglaterra aceitava atribuir ao Brasil: 22.930km². Pelo Laudo Arbitral de 1904, o rei concederia ao Brasil, apenas, 13.570 km², ficando a Inglaterra em vantagem, ao receber, de acordo com o laudo do soberano italiano, 19.630km².²²³ O Brasil perdera 6.060km². Ao ouvir a leitura do veredicto, o advogado Joaquim Nabuco se apercebeu, amargamente, do prejuízo.²²⁴

Mais tarde, ao anotar em seu diário, o desfecho da Causa, ele no entanto, se mostrou contido (...) *Às 11 horas ao Quirinal, somos introduzidos o Embaixador inglês e eu; o*

decidir qual dos direitos do Brasil ou da Inglaterra era preponderante. Diante de tal situação, Vitória Emanuel III só viu um meio de fixar a fronteira entre os domínios dos dois estados: 'fazer a partilha considerando as linhas traçadas pela natureza e dar preferência à linha que, por ser a mais clara em toda a extensão do percursos, melhor se prestava a uma divisão eqüitativa do território contestado'. *Apud* José Theodor Menck Op. cit. p. 214.

²²² "Mas o soberano, apesar da evidência de nossas razões, preferiu conceder à guiana Inglesa uma saída fluvial para o Amazonas, dividindo entre ela e o Brasil, em 1904, uma região a que tínhamos inteiro direito" VIANA Hélio. Op. cit. 193

²²³

²²⁴ Laudo Arbitral do rei Vitor Emanuel III, sobre a Questão da Guiana Inglesa: Inglaterra versus Brasil. *apud* Evaldo Cabral de Mello in *Notas aos Diários de Joaquim Nabuco vol. II. p. 310*

O laudo de Vitor Emanuel III rejeitava a pretensão do Brasil de haver exercido posse efetiva sobre todo o território desde o período colonial e determinava que ele fosse dividido de acordo com o divisor de águas do monte Iakontipu às nascentes do Ireng(Mahu) e daí seguindo o curso do rio Tacutu. Com esta referência lacônica, o diário encerra as alusões à questão da Guiana. (...) Mas em cartas a D. Evelina, confessará: 'Foi um quarto de hora terrível o da leitura que o rei nos fez, ao embaixador inglês e a mim, da sentença que concluía pela vitória da Inglaterra. Nunca esperei que o rei desse aos ingleses o Tacutu como fronteira.[...] A consciência de ter feito o mais inspirou-me um desdém transcendente ao ouvir a sentença, mas se a inteligência desdenhava, o coração lamentava o desastre do nosso incontestável território, e a mão tremia-me quando tive que assinar o recibo dela. [...] Tendo feito todo o meu dever, estou com a consciência tranqüila, mas o coração sangra-me, parece-me que sou eu o mutilado do pedaço que falta ao Brasil, ao mesmo tempo, abate-me e eleva-me o espírito, conforme passo de um modo de ver para outro, a idéia que fui eu o representante do Brasil no pleito em que ele perdeu a margem direita do Tacutu'. E em carta ao barão do Rio Branco: 'pelo prazer que você teve com os seus laudos, calcule o meu desprazer'. Nabuco, porém, não culpou o rei, argumentado que 'a parcialidade que teve foi a parcialidade própria dos árbitros de contentar as duas partes que o escolheram. Infelizmente ele compreendeu mal o seu papel, supôs que era ele pessoalmente e não a Itália, que tínhamos encarregado de estudar a questão e constituiu-se ele próprio o juiz, ora, para isso era preciso que ele se dedicasse exclusivamente ao assunto durante longos meses e que julgasse sobre as próprias provas e não sobre relatórios de outros'.

*rei, depois de algumas palavras, faz-nos sentar cada um de um lado, ele no sofá, e dá-nos leitura da sentença. Jantamos todos da Missão em casa do Ramos Moreira.*²²⁵

O que teria se passado no espírito do Advogado do Brasil após a leitura da fatídica sentença? Que elaborações teriam permeado o seu pensamento em relação às conseqüências daquela fatídica decisão real. Sabemos que, naquele momento, Nabuco já vinha adensando suas percepções a respeito das mudanças observadas na tradicional Jurisprudência do Direito Público Internacional. Porém, ele talvez ainda não enxergasse com clareza, o que poderia suceder aos países “fracos”, desprotegidos, num mundo sob a égide do imperialismo.

Seria oportuno entender a reação de Joaquim Nabuco ao laudo arbitral de Victor Emanuel II, porque partir da compreensão do seu conteúdo jurídico, Nabuco, passou a direcionar a sua conceituação política estratégica. Ele não se daria vencido pelo sentimentalismo que grassou pelo país, após a decisão de Vitor Emanuel III. No Brasil, se verificou uma campanha de descrédito e de ataques ao rei da Itália, tido por muitos como parcial e submisso aos interesses da Inglaterra. Ainda que se preservasse a atuação meritória de Joaquim Nabuco,²²⁶ e até especialistas estrangeiros no Direito Internacional Público, criticaram Vitor Emanuel. Tempos mais tarde, no entanto, Joaquim Nabuco responsabilizou o presidente da corte que julgou o processo Venezuela – Inglaterra, o jurista Martens, que teria iniciado a jurisprudência que influenciaria os

²²⁵ Idem. p. 310

²²⁶ “Essa lição consiste em reconhecermos que o arbitramento não é sempre eficaz. Pode a causa ser magnífica, o advogado inigualável, e, como é o caso, ter-se uma sentença desfavorável.(..) Só devemos recorrer a ela [a *Arbitragem*] quando for de todo impossível chegarmos a um acordo direto com a parte adversa. Transigiremos, então, tendo em vista o interesse comum, mas não veremos possíveis interesses estranhos a nós, desconhecendo o nosso direito e até os princípios do direito internacional. (Barão do Rio Branco em artigo não assinado, por ocasião do laudo do rei da Itália acerca da Guiana Inglesa) – *apud* José Theodoro Menck. Op. cit. p. 219

juristas, conselheiros do monarca italiano.²²⁷ O diplomata Nabuco, à época do anúncio da sentença arbitral, por reserva, talvez, defendeu a isenção do rei, porque compreendeu que não se tratava de uma decisão de cunho pessoal mas que trazia em seu bojo algo muito mais sério, uma jurisprudência que substanciaria as decisões das potências européias, visando a ocupação e o controle de territórios em outros continentes. Assim sendo, Nabuco decidiu se aprofundar mais profundamente na questão, percebendo que o problema da decisão favorável aos ingleses estava inserido em algo que ultrapassava as idiossincrasias pessoais ou uma tendência *anglófila* de Vitor Emanuel III. Evidenciava-se, no entendimento de Nabuco, a formação de um pensamento político que lastreava uma estratégia imperialista o evidentemente havia influenciado as decisões do Congresso de Berlim, e que poderia justificar o direito das nações líderes da Europa de recolonizarem a América do Sul. Isto era o que importava considerar ao analisar a sentença arbitral de 1904.

Para Joaquim Nabuco, não interessava se deter numa discussão em torno das razões pessoais e do caráter do infausto rei italiano, que, mais tarde, tolerou e até apoiou o regime fascista italiano. Nabuco, como já mencionamos, tinha uma compreensão mais profunda dos motivos que conduziram à sentença do rei, os quais consistiam numa mudança conceitual do tradicional pensamento jurídico de Direito Internacional na Europa imperialista daquele tempo.²²⁸ O que movia, então, os pensamentos de Nabuco era a situação em que se encontravam os países “fracos”, diante de uma sentença que reconhecia o “direito” das nações européias a “civilizarem” e se apossarem de regiões pertencentes a outros países na Ásia, na África e, quem sabe, da América Latina, onde os ingleses mantinham várias possessões no Caribe, América Central e também na América do Sul: Guiana Inglesa, as Ilhas Malvinas e outros territórios dispersos pelo

²²⁷ Carta de Joaquim Nabuco a Rodrigo Otávio Cehibra- Fundaj CAp. 45 doc. 886

²²⁸ Idem . p. 217

Oceano Atlântico. Para Joaquim Nabuco, o resultado do Laudo Arbitral mereceria uma interpretação bem mais conseqüente (...) *O desenvolvimento deste pensamento não mandei, e é quanto a territórios da América é preciso aplicar a jurisprudência histórica tal qual resulta da atual repartição política dela, e não a nova jurisprudência para a partilha da África. Essa é equidade verdadeira sem o que a nação que pleitea (sic) hoje é objeto de uma inferioridade anacrônica.*²²⁹ Nabuco elaboraria suas idéias, levando em consideração as conseqüências relacionadas às jurisprudências que possibilitaram o laudo arbitral de 1904. Numa carta enviada para Lúcio de Mendonça, ele expressaria de modo mais esclarecedor, exibindo um entendimento quanto à questão que interessava ao Brasil, isto é, a expansão imperialista européia poderia não se contentar com o domínio da África e da Ásia, e talvez viesse a se expandir em ondas em direção às terras “desabitadas” da América do Sul:

Como lhe escrevo em confiança, direito tudo quanto aí se tem dito sobre a parcialidade do árbitro não tem fundamento. Os árbitros são em geral parciais para as duas partes que se constituíram, isto é, têm tendência natural para dividir o território entre eles, e a combinazione está no gênio político italiano, é o feito dele, mas dependência política submissão á Inglaterra por parte da Itália, ou interesse de aliança, é preciso afastar essa idéia. O rei é, pelo contrário, tudo que há de mais independente. A nossa infelicidade não foi essa mas a evolução do direito internacional europeu em matéria de ocupação de território (por causa da África) junto ao estudo imperfeito e superficial da discussão histórica entre as duas partes.

Os fundamentos do laudo, ou seja a sua jurisprudência, abalariam todos os títulos de posse existentes no nosso continente.

*No ano passado eu escrevia para o Rio [Branco]: ‘o receio que tenho não é da falta de imparcialidade, é de exame superficial, ou amateurisch, da questão, e de entrarem jurisconsultos políticos, de regras de direito ad hoc’. Assim foi, mas, como lhe digo, isto entre nós.*²³⁰

²²⁹ No borrão de sua carta, que se encontra arquivado do Itamaraty. *Apud.* José Theodor Menck. Op. cit. 222

²³⁰ Fundação Joaquim Nabuco, Arquivo pessoal de Joaquim Nabuco, Correspondência Ativa, pasta 25, doc. 493: Cap. 25/493.

Acrescente-se que a leitura do Laudo Arbitral, cujo teor viria a alterar o preferencial pensamento europeísta de Nabuco, conduzindo-o para uma nova formulação de uma estratégia de política externa inserida em um projeto americanista que viria a ser posto em prática, a partir de 1902, pelo barão do Rio Branco. A reorientação da diplomacia brasileira nos inícios do século vinte ²³¹ mudaria nossa história nas décadas seguintes e nos transformaria no mais importante parceiro dos Estados Unidos na América Latina.

Enquanto no Brasil ainda ferviam as discussões em torno da decisão do soberano italiano, Nabuco recebia o primeiro telegrama de Rio Branco, convidando-o para assumir o posto de embaixador em nos Estados Unidos: *Telegrama do Rio Branco oferecendo-me Washington.* ²³². Porém, como veremos adiante, somente após assumir a função de embaixador do Brasil em Washington, Joaquim Nabuco daria curso ao seu projeto de estratégia internacional, que, em princípio, talvez, já estivesse sendo engenhado desde o período da Revolta da Armada. É verdade, que Joaquim Nabuco ainda não formulara as bases seu pensamento pan-americanista, pois não encontrei nas pesquisas, nenhuma anotação no seu diário que nos indique os propósitos e os meios nos quais ele estava formando a sua adesão ao *monroísmo* durante os meses que antecederam a sua chegada a Washington, em maio de 1905.

²³¹ RÚBENS RICÚPERO – Obra Citada, 2005.

²³² JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol II. p. 310.

Capítulo IV

A Diplomacia de Joaquim Nabuco em Washington: 1905-1910

4.1.- O Brasil e América do Sul: 1900 – 1905.

Nos anos de 1902-5, o cenário na maioria dos países da América do Sul era de instabilidade política, o que sobretudo preocupava os responsáveis pela diplomacia brasileira. O Brasil achava-se naquela época ameaçado pela tentativa de um grupo

estrangeiro, o *Bolivian Syndicate*,²³³ uma espécie de *holding*, de se apropriar de uma grande área enquistada no centro da Floresta Amazônica,²³⁴ na atual região do Estado do Acre, mediante de negociações com o governo boliviano. A ação desse grupo estrangeiro poderia ensejar a irradiação de ações desestabilizadoras na região, no momento em que o Brasil se mantinha na posição de maior produtor de mundial de borracha, o que carregava grandes somas para Tesouro Nacional. O governo brasileiro se incomodava com a Bolívia, porque aquele país havia alienado parte do seu território ao *Bolivian-Syndicate*. Por outro lado, o Peru, naquele tempo, se armava contra o Brasil, argumentando que teríamos nos apossado de áreas que lhe pertenciam na região da fronteira. A Colômbia, enfraquecida e desorientada, não conseguia alcançar êxito na negociação com os Estados Unidos, no que se refere à cessão do Istmo do Panamá, o que resultaria na perda de parte do seu território e na posterior criação da República do Panamá, separada da Colômbia em 1903. A Venezuela recusava-se a pactuar com o Brasil, no sentido de definir a demarcação de suas fronteiras com o nosso país, após ter enfrentado um duro revés quando da decisão desfavorável no litígio de fronteiras com a Inglaterra, em 1899. Igualmente, estávamos passando por um difícil processo em relação às questões de fronteiras com o Império Britânico. Para agravar a situação, a visita que o presidente Campos Sales fizera a Argentina, se constituiu num ato que desagradou o principal aliado do Brasil na América do Sul, o Chile, provocando um mal-estar nas relações bilaterais entre os dois países. No Uruguai, o Partido Colorado se levantava contra o

²³³ Ver: GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas –Um Ensaio sobre a Formação das Fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²³⁴ “em 1899, o cônsul dos EUA no Pará escreveu que tais incidentes demonstravam amplamente a necessidade de que os industriais norte-americanos realizassem mais investimentos diretos e exercessem maior domínio sobre os territórios produtores da borracha”.²³⁴ Barbara Weinstein. Op. cit. Pág. 198

Brasil. Em Assunção, o nosso país havia perdido recentemente as suas prerrogativas diplomáticas.

Diante desses fatos, o barão do Rio Branco, a partir de 1904, introduziu na agenda diplomática, uma estratégia de aproximação com os Estados Unidos, que viesse a possibilitar ao Brasil, desempenhar um papel autônomo ao Sul do Continente Americano, no momento em que a Argentina, contrariando a sua tradição, buscava se distanciar dos países hispânicos da orla do Oceano Pacífico, declarando sua *condição atlântica* e voltando-se para a Europa,²³⁵ embora, sem ceder as suas pretensões de se tornar a nação líder sul-americana.

4.2 - A presença britânica na América do Sul e a investida comercial dos Estados Unidos.

Nos princípios do século vinte, a presença britânica no sul do Continente Americano era incontestável. Os países sul-americanos eram dependentes dos capitais e dos produtos ingleses. O Brasil, por exemplo, abastecia de café o enriquecido mercado norte-americano e com os recursos advindos das exportações, adquiria produtos fabricados na Inglaterra: (...) *Na primeira década do século XX, os brasileiros venderam aos Estados Unidos quatro vezes mais do que compraram. Formou-se no Rio de Janeiro um excedente de dólares que permitiu a aquisição de ampla variedade de artigos europeus.*(...) ²³⁶. Os investimentos maciços que os ingleses realizaram na América Latina, mormente no setor de infra-estrutura, como as ferrovias, transportes

²³⁵ HUGO RAÚL SATAS Op. Cit. p. 181

²³⁶ BURNS, Bradford, *Relações Internacionais do Brasil durante a Primeira República in História Geral da civilização Brasileira*, p. 378. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S/A, 1997.

urbanos e energia elétrica, transformaram aquela área do Continente Americano em um cliente do capital de origem britânica. Todavia, desde os anos finais do século XIX, a competição começava a se acirrar no disputado mercado internacional. A produção de carvão norte-americano e de outros insumos industriais já superava largamente a da Inglaterra, alçando os Estados Unidos da América para o lugar da maior potência industrial do globo. Igualmente, a Alemanha após o processo de unificação e da vitória em 1870 contra a França, passou a se industrializar velozmente, atingindo o patamar de potência com liderança mundial, e se lançava avidamente à procura de novos mercados.

237

O Brasil, embora tenha mantido, ao longo da sua História, laços estreitos e de dependência econômica em relação à Inglaterra, a partir das últimas décadas do século dezenove, iniciou seu processo de “americanização”, desprendendo-se, cautelosamente, da influência dos grandes países europeus. Uma estratégia semelhante não aconteceria com o nosso vizinho mais poderoso, a República Argentina,²³⁸ que preferiu sustentar a sua tradicional aliança com a Inglaterra, porque a competição entre os Estados Unidos e Argentina, na produção e comercialização de grãos, numa acirrada disputa pelo mercado internacional, dificultava as relações entre aqueles dois países. Por outro lado, a Argentina dissentia dos estadunidenses²³⁹ em matéria de política exterior, defendendo concepções divergentes, como no caso da chamada Doutrina Drago.²⁴⁰ O Brasil, talvez *escaldado* pela duras experiências dos tratados comerciais bragantinos com os britânicos, firmados nos período da formação da nacionalidade, passou a intensificar o

²³⁷ BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. p. 45. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2003

²³⁸ Para uma melhor compreensão desta questão, ver a obra de Hugo Raúl Ratas: *Uma Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Hyspamerica Ediciones Argentina S. A. 1987.

²³⁹ JOHN HALLADAY LATANÉ. Op. cit. p. 495 “Against President Roosevelt’s contention that the coercion of an American state was not contrary to the Monroe Doctrine, provided that it did ‘not take form of acquisition of territory by any non-American power’”, Signor Drago, minister of Foreign Relations of the Argentine Republic, vigorously protested in a note dated December 29, 1902”.

²⁴⁰ NOTA: Sobre a Doutrina Drago, ver OLIVEIRA LIMA, *Pan-Americanismo* p. 59. Brasília: Senado Federal. 1980.

seu comércio com os norte-americanos. Na segunda metade do século dezenove,²⁴¹ o Brasil inaugurou um processo de afastamento da Inglaterra, o que possivelmente definiria a política diplomática brasileira no decorrer do século vinte.

Os americanos mantinham, desde o fim da Guerra de Secessão, os olhos voltados para o potencial de mercado da América Latina. 1887, o Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland apresentou uma proposta aos países latino-americanos, a formação de uma união aduaneira. A ação estava inserida no projeto estratégico estadunidense de expansão dos seus interesses comerciais na América Latina. A delegação brasileira naquela reunião, rejeitou o projeto americano, em nome do Governo Imperial.²⁴² A política comercial norte-americana para a América Latina, havia sido desencadeada em 1881, quando o Secretário de Estado James G. Blaine articulou uma Conferência Pan-Americana, tendo como objetivo ampliar o comércio estadunidense para a região, porque desagradava aos líderes americanos, o fato de estarem importando duas vezes mais do que exportavam para a América Latina. Igualmente, não estava dispostos a tolerarem um agravante, oitenta e cinco por cento dos produtos latino-americanos entravam nos Estados sem taxaço.²⁴³ Aquela iniciativa não se realizou, em vista do assassinato do Presidente Garfield. No entanto, 1889, o Secretário Blaine, de volta ao poder, organizaria a Primeira Conferência Pan-Americana, à qual compareceram dezoito países. No entanto, os americanos novamente não obtiveram êxito, pois os delegados latino-americanos se recusaram a fazer maiores concessões ao Governo de Washington.

Após a queda do regime monárquico, teve início e uma reorientação da política externa brasileira direcionada para os Estados Unidos.²⁴⁴ No decorrer das duas

²⁴¹ BRADFORD BURNS. op. cit. 378

²⁴² BANDEIRA, MONIZ. *Argentina, Brasil, Estados Unidos*. p. 37. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2003.

²⁴³ AARON, J. HOFSTASDTER. MILLER. Op. cit. p. 327

²⁴⁴ HELDER GORDIM DA SILVEIRA p. 43

primeiras décadas de 1900, o país ainda continuava principalmente a depender dos capitais ingleses. Naquele período, a produção industrial inglesa já apresentava sinais de declínio, perdiam-se mercados diante da competição dos produtos americanos e da agressiva política comercial daquele país. Nos finais do século dezenove, os britânicos foram desbancados pelos estadunidenses. A participação britânica no comércio internacional declinou de 25% em 1880, para 16% em 1913.²⁴⁵ Porém, a primazia inglesa no setor financeiro era evidente. Na *City*, as casas bancárias tradicionais, o *Lloyds Bank*, o *Rotschild* e as companhias asseguravam a manutenção da notável liderança britânica nas finanças mundiais.

4.3 - O Brasil e a presidência de Theodore Roosevelt: 1901-1909

Em 1901, Theodore Roosevelt²⁴⁶ assumiu a presidência dos Estados Unidos, aos 43 anos de idade, após o assassinato do presidente William McKinley, em 1901. Posteriormente, na eleição de 1904, ele seria eleito para a Presidência, concluindo o seu mandato em 1909. Era um homem jovem, corpulento, agressivo e desfrutava de popularidade pelas ações empreendedoras durante o conflito com a Espanha. Ao analisar o envolvimento dos Estados Unidos naquela guerra, Roosevelt percebera que os interesses dos Estados Unidos somente poderiam ser preservados por meio de um incremento em suas forças militares, o que asseguraria a influência internacional do país na era do imperialismo escancarado. As consequências de sua estratégia política externa inovadora consistiram, principalmente, no maior envolvimento do seu país na política mundial e a sua atuação na política doméstica norte-americana foi ressaltada pelo que se chamou, na época, de “progressivismo”.

²⁴⁵ HELDER SILVEIRA. Op. Cit. p. 45

²⁴⁶ Theodore Roosevelt, 26º presidente dos Estados Unidos: 1901- 1909. Faleceu em 1919.

O período entre 1901 e 1916, compreendendo as presidências de Theodore Roosevelt e de William Howard Taft ficou conhecido como: “A Era Progressista”.²⁴⁷ A geração anterior, nos Estados Unidos, havia realizado a grande transformação econômica e industrial. A partir do governo de Roosevelt, instaura-se um tempo de mudanças, o chamado “Square Deal” do Partido Republicano e, mais adiante, viria a surgir a “A nova Liberdade”, do Democrata Woodrow Wilson. Esses movimentos tinham como lastro, o compromisso pelas reformas que sustentavam políticas mais democráticas, negócios mais responsáveis, sociedade mais justa e também inaugurava uma legislação antitruste e leis que protegessem o patrimônio natural, as florestas nacionais. Havia também entre os progressistas, aqueles que argumentavam que apesar da prosperidade, o país continuava injusto e se tornava necessária uma melhor distribuição da riqueza nacional, capaz de incluir os mais pobres que viviam em condições lastimáveis. Os menos favorecidos habitavam favelas e pardieiros, padecendo das mais diversas moléstias e sem perspectivas de melhoria em suas vidas. A maioria dos operários trabalhava de 54 a 60 horas semanais. Alguns eram obrigados a uma jornada de 72 horas por semana. Os negros, vítimas da escravidão no passado, eram negligenciados, aterrorizados e viviam sob um vergonhoso preconceito de cor.

No que concerne à atuação de Theodore Roosevelt no cenário internacional, destaque-se que, em 1905, o conflito russo-japonês assustava a Europa e prenunciava uma dissidência entre o Ocidente e o Oriente. A guerra entre o Japão e a Rússia marcaria o princípio da emergência da nova estratégia diplomática dos Estados Unidos, pois, naquele ano, iniciavam-se as negociações sob a iniciativa do Presidente Theodore

²⁴⁷ “Para muitos historiadores, o “Progressivismo” começa com a primeira administração de Theodore Roosevelt” APUD. AARON, . HOFSTADER. .MILLER. P. 375.

Roosevelt, visando alcançar a paz entre os Impérios Russo e Japonês. Os japoneses, exauridos pelo esforço de guerra, secretamente solicitaram a intervenção do Presidente Roosevelt. As negociações se iniciariam em Porthmouth, New Hampshire, em 9 de Agosto de 1905. O mediador do conflito russo-japonês seria o Presidente e não o Secretário de Estado, Elihu Root.²⁴⁸ Ao lado dessa iniciativa, Roosevelt igualmente exerceria um importante papel na crise do Marrocos²⁴⁹(...) *num assunto puramente europeu, extra hemisférico, na Conferência de Algeciras, após o incidente de Agadir, entre a França e a Alemanha, a respeito do Marrocos,*²⁵⁰ introduzindo de forma definitiva, no cenário internacional, os Estados Unidos, na qualidade de *World player*.

Ressalte-se que a atuação de Theodore Roosevelt para que a guerra russo-japonesa chegasse a seu término. O presidente estadunidense atuou como mediador entre as partes, no processo de paz que resultou no tratado de *Portsmouth* de 1905.²⁵¹ Embora os japoneses tenham expressado insatisfação com o acordo,²⁵² aquela participação do governo norte-americano no cenário internacional foi decisiva. Diga-se, se cabe aqui essa observação, que a desenvoltura dos diplomatas americanos chamaria a atenção de Joaquim Nabuco, naquele tempo, exercendo suas funções de embaixador em Washington, pois além do notável desenvolvimento econômico e o progresso das instituições sociais e políticas, Nabuco se apercebia que os Estados Unidos estavam preparados para assumir um novo papel na diplomacia mundial, em vista de se ter transformado na primeira potência industrial que se via obrigada a assumir suas responsabilidades em termos globais. Em uma carta ao Secretário Elihu Root, ele mencionava as negociações de paz como um grande acontecimento diplomático.

²⁴⁸ Nota: Curiosamente, John Halladay Latane, em sua obra *American Foreign Policy* p. 571. New York: 1927. assevera: “Although Elihu Root was at the time Secretary of State, he appears to have had very little to do with Roosevelt’s great adventure in world politics”.

²⁴⁹ Ver: *Na Illustrated history of Modern Europe 1789 – 1974*. Denis Richard MA. Sussex: Logman Fellow 1974.

²⁵⁰ PAULO PEREIRA. Op. Cit. p. 78

²⁵¹ [Tratado de Porthmouth](#)

²⁵² LATANÉ. Op. cit. p. 570.

*Portsmouth: (...) acontecimento, que espero ilustrará no verão de 1906 o prestígio dos Estados Unidos e do seu Presidente na mesma maneira clara e convincente em que a paz de Portsmouth (sic) * ilustrou-os no de 1905.*²⁵³ Numa outra correspondência ao Secretário Elihu Root, o embaixador Nabuco também se deteria ao analisar o cenário mundial diante das iniciativas diplomáticas patrocinadas por Theodore Roosevelt ... *A Inglaterra declara a sua própria amizade com ela será indestrutível. O Imperador da Alemanha, veja sagacidade e poder o mundo inteiro reconhece, França, Rússia e Japão, todos podem ser seus aliados, juntos lutam pela simpatia dos Estados Unidos. A paz de Portsmouth foi o ponto culminante deste maravilhoso prodígio.*²⁵⁴

A política isolacionista havia sido defendida no decurso da história estadunidense. Até a doutrina de Monroe, de 1823, estava permeada por este espírito, porque nela estava inserida a disposição de se “isolar” a América, todo o continente americano, do *contágio* europeu. Igualmente, se percebia na Doutrina Monroe, a idéia de dois hemisférios separados. A ação diplomática de Theodore Roosevelt na primeira década do século passado, romperia de vez com aquela doutrina. No seu posto de embaixador, Joaquim Nabuco, certamente se aperceberia da importância da iniciativa de Theodore Roosevelt, em termos de política externa.²⁵⁵

Seria pertinente assinalar que, no contexto das mudanças desencadeadas por Theodore Roosevelt, no exercício da presidência dos Estados Unidos, dar-se-ia a criação da embaixada do Brasil em Washington que ensejaria a implantação de uma

²⁵³ Correspondência de Joaquim Nabuco para Elihu Root, datada de 8 de janeiro de 1906. Arquivo pessoal de Joaquim Nabuco Cehibra – N° 4992[CA P 36 Doc. 702] –Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco.

* Tratado de Paz ente Japão e Rússia, chancelado pelos Estados Unidos, em 1905.

²⁵⁴ Correspondência de Joaquim Nabuco para o Secretário Elihu Root. Arquivo Joaquim Nabuco. N° Acesso 4992 {CA P36 DOC 702} Cehibra – Fundaj.

²⁵⁵ Correspondência de Joaquim Nabuco para o secretário Elihu Root datada de 8 de janeiro de 1906.: “(...)o prestígio dos Estados Unidos e do seu presidente na mesma maneira clara e convincente em que a paz de Portsmouth ilustro-o no de 1905.” CEHIBRA-FUNDAJ Arquivo Joaquim Nabuco N°. Acesso 4992 [CA P.36 DOC 701]

política americanista conduzida pelo Barão do Rio Branco e exercida por Joaquim Nabuco, de 1905 a 1910.

4.4.- A criação da embaixada do Brasil nos Estados Unidos: 1905.

O barão do Rio Branco, no seu empenho para dar prestígio ao Brasil e assegurar a nossa liderança na América do Sul, em 1904, havia adiantado as negociações para a criação da embaixada em Washington, conforme se constata pelas mensagens trocadas entre ele e Joaquim Nabuco, que apesar de afirmar sua preferência por um posto em Londres, também não declinou o convite do ministro Paranhos .²⁵⁶ O Chanceler brasileiro igualmente nutria planos para estreitar os laços diplomáticos com os Estados Unidos a fim de garantir a sua almejada “aliança não-escrita”, com aquele país, o que poderia proteger o território brasileiro da ganância européia, pois, segundo pensava o barão do Rio Branco ... *Se os Estados Unidos convidarem, por acaso, governos da Europa para exploração de terras da América do Sul e para impor a completa liberdade do Amazonas, dificilmente recusarão o convite.*²⁵⁷ A partir da criação da embaixada, em 1905, a dupla composta por Rio Branco e Nabuco,²⁵⁸ cada um

²⁵⁶ “Continue tranqüilamente ultimando trabalhos Missão para o que pode dispor alguns meses. Como sabe posto mais importante para nós é Washington precisamos ali homem valor se o puder aceitar diga-me urgência para que regule por ali movimento projetado(...)[criação da embaixada] se tem preferência Londres retiro esta consulta” Carta de Rio Branco a Joaquim Nabuco, 18/06/1904. Arquivo de Joaquim Nabuco - (Fundaj).

“Perplexo assunto tal modo vital ignorando condições e propósitos mudança respondo fazendo-o meu procurador. Se você tem plano para cuja realização me supõe o mais próprio não leve em conta preferência que circunstâncias ordinária eu teria Londres. Dado realce notório novo posto remoção a ninguém pareceria desfavor”. Carta de Joaquim Nabuco a Rio Banco. 21/06.1904. Arquivo Joaquim Nabuco – Fundaj.

²⁵⁷ BUENO, Clodoaldo. *Política Exterior de Rio Branco*. in Revista Anais de História Ano IX, p. 1260. Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. 1977

²⁵⁸ “Os Estados unidos são das primeiras, senão a primeira nação do mundo. A sua boa disposição para conosco é por si só um grande objetivo para nós; não devemos exigir que eles nos demonstrem a nosso modo”. Carta de Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco, 15 de abril de 1905. Cehibra – Fundaj [259/451 N. acesso 4534[CA p. 31 Doc. 61]

trabalhando a seu modo e em ritmos diferentes, passaria a atuar para direcionar o Brasil, do europeísmo para o americanismo, no início do século vinte.²⁵⁹

A estratégia diplomática do barão do Rio Branco coincidia com os ditames do governo estadunidense que se mostrava, naquele tempo, especialmente voltado para a construção de uma política externa que contemplasse os seus interesses na ampliação dos negócios com a América Latina.²⁶⁰ Essa estratégia de política internacional vinha sendo engenhada pelos americanos deste há algumas décadas. No prosseguimento desta ação de política diplomática, o presidente Theodore Roosevelt, na sua mensagem anual de 1904, embora ressaltando que a Doutrina de Monroe pregava que nenhuma potência européia poderia alargar seu território à custa de nações americanas, exibia os pontos fundamentais do seu “corolário”, que consistiam numa espécie de gerenciamento dos países que não atendessem às expectativas dos Estados Unidos e alertava que não poderia dar garantias a nenhum país da região não castigá-lo, caso se conduzisse mal, mas alertava que esse castigo não tomaria forma de aquisição de território por nenhuma potência.²⁶¹

O chanceler Rio Branco ao se inteirar da linguagem agressiva do governo norte-americano em relação às nações do Caribe, não expressava preocupação, pois entendia que aquelas sanções não atingiriam o Brasil, considerando-se que o nosso país se comportava bem em relação ao pagamento de sua dívida externa, cumprindo sem maiores delongas seus compromissos internacionais. Estávamos, portanto, livres das ameaças contidas no Corolário Rooseveltiano.²⁶² Rio Branco acreditava que

²⁵⁹ Clodoaldo Buenos, Rubens Ricupero, João Frank da Costa.

²⁶⁰ MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima e a construção da nacionalidade. p. 115. Bauru(SP): EDUSC Editora da Universidade do Sagrado Coração. 2001.

²⁶¹ SATAS, Hugo Raúl. *Una Política Exterior Argentina*. P. 172. Buenos Aires: Hispanamérica Ediciones Argentina S. A. 1987.

²⁶² “Corolário Rooseveltiano da Doutrina de Monroe. (6 de dezembro de 1904):

Quando se tornou evidente que potências européias poderiam intervir na República Dominicana para receber dívidas de que eram credores seus nacionais, o presidente Theodore Roosevelt empregou sua mensagem anual de 1904 para enunciar o que mais tarde veio a ser conhecido como corolário Rooseveltiano da Doutrina

poderíamos nos aproximar, ainda mais, dos Estados Unidos sem comprometer a nossa segurança, pois o foco da atuação ameaçadora dos norte-americanos teria lugar na região do mar do Caribe, enquanto que na América do Sul, o Brasil teria liberdade para exercer nossa influência ou até uma hegemonia que a ser delegada pelos americanos. Porém, o Barão estava ciente da vulnerabilidade do Brasil. Essa possibilidade de uma sub-hegemonia agradava ao chanceler, porque, na verdade, não possuíamos forças armadas suficientemente preparadas para defenderem o nosso território, o que nos mantinha numa posição desvantajosa diante da ameaça do imperialismo europeu e das pressões dos argentinos.

Os nossos vizinhos sul-americanos, exceto o Chile ²⁶³ não se mostravam simpáticos às causas brasileiras. Ressalte-se que excelentes relações do Brasil com os chilenos vinham do tempo do Segundo Reinado. Com aquele país, não tínhamos fronteiras, o que se constituía numa vantagem quando ainda não havíamos solucionado nossos problemas lindeiros com a maioria das nações sul-americanas. Ao Chile, por seu lado, também

Monroe. No ano seguinte, os Estados Unidos assumiram a administração dos direitos aduaneiros dominicanos e o pagamento das suas dívidas. Seguindo a ratificação de um tratado entre os dois países, em 1907, os Estados Unidos se retiraram de Santo Domingo e, em 1930, repudiaram o corolário Roosevelt.”

Mensagem de Theodore Roosevelt ao Congresso dos Estados Unidos: *...Não é verdade que os Estados Unidos sintam fome de terra ou acalentem projetos em relação às outras nações do hemisfério ocidental, salvante os que visam o bem-estar delas, Este país não deseja senão ver os vizinhos estáveis, ordenados e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduz bem pode contar com nossa cordial amizade. Se uma nação mostra que sabe agir com razoada eficiência e decência em assuntos sociais e político, se mantém a ordem e paga suas obrigações, não precisa temer a interferência dos Estados Unidos. Malfeitorias crônicas, ou a impotência que resulta num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada podem na América como alhures, exigir finalmente a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçá-los, ainda que com relutância, em casos flagrantes de malfeitorias ou impotência ao exercício de um poder de política internacional. Se todo país banhado pelo mar das Caraíbas mostrasse o progresso em estável e justa civilização que, com a ajuda da emenda Platt, Cuba tem mostrado desde que nossas tropas deixaram a ilha, e tantas repúblicas em ambas as Américas mostram constante e brilhantemente, toda e qualquer interferência desta nação em assuntos estaria encerrada. Nossos interesses e os de nossos vizinhos do Sul, na verdade, são idênticos. Eles possuem grandes riquezas naturais e, se dentro das suas fronteiras prevalecer o reino da lei e da justiça, por certo serão prósperos. Enquanto assim obedecerem às leis fundamentais da sociedade civilizada, poderão descansar sossegados de que serão tratados por nós com um espírito de cordial e prestimosa simpatia. Só interferiríamos na sua existência em último recurso e, assim mesmo, se se tornasse evidente que sua incapacidade ou relutância em fazer justiça interna e externamente vioa os direitos dos Estados Unidos ou representa um convite à agressão estrangeira em detrimento de todo o corpo de nações americanas. É um truismo dizer-se que toda nação na América ou em qualquer outro lugar que deseja manter sua liberdade... precisa finalmente compreender que o direito à independência não se separa da responsabilidade de fazer bom uso dela...” Apud Harold C Syrett(org.). Documentos Históricos dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Cultrix. 1995.*

²⁶³ BRADFORD BURNS. Op. cit. p. 394

interessava manter um relacionamento preferencial com o Brasil, pois se encontrava cercado por desafetos e inimigos, a Argentina, a Bolívia e o Peru. Diante desse quadro de instabilidade nas relações internacionais, e sob a ameaça constante do imperialismo europeu, alguns segmentos da população brasileira sustentava: (...) *que ao Brasil não havia alternativa afora a íntima aproximação com os Estados Unidos. Sendo o país rodeado por vizinhos evitados de prevenções...*²⁶⁴ A suposta posição de co-garante do Brasil estava substanciada na suposição do barão do Rio Branco que o apoio do Brasil às ações do governo norte-americano na América Central, nos daria a autonomia para agir na América do Sul como país líder, uma espécie de mandatário do *pan-americanismo* estadunidense. A percepção dos nossos vizinhos a esse respeito desse tema, levou o jornal argentino *La Nación* a afirmar que: (...) *o Brasil exerceria a hegemonia sul-americana por delegação norte-americana...*²⁶⁵, o que, evidentemente, aos invés de dissolver tensões, as agravava. Sabe-se que eram constantes as pressões de diplomatas latino-americanos contra o Brasil. A Argentina em via de se tornar uma potência econômica havia se transformado em nosso grande rival. A perspectiva do Brasil em ocupar o lugar de cogestor da América do Sul, sob a égide estadunidense, continuava sob suspeita e em permanente discussão nos meios influentes dos países sul-americanos.

O projeto para estabelecer a embaixada do Brasil em Washington, mereceu críticas e análises em nosso país²⁶⁶ e também nos Estados Unidos.²⁶⁷ Notáveis intelectuais e políticos brasileiros, tentando resguardar seus interesses, se aferravam às

²⁶⁴ BUENO, Clodoaldo. *Política Exterior de Rio Branco p. 108* in Revista Anais de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. Ano IX. P. 1260.. Ano 1977

²⁶⁵ Idem. P. 110

²⁶⁶ *Gazeta e Notícias*. Sexta-feira 17 de março de 1905. Notas e Notícias. Embaixadas. In Cadernos do CHDD. Ano IV – Número 7 . 2º Semestre 2005. p. 209

²⁶⁷ Herald Tribune: "All South America expects the USA to pay an attempt to play an important role in policing turbulent republics. Brazil has no fear on this score, as it is an enlightened and progressive government, but serious complications affecting all South America may develop at any time as a result of the Monroe Doctrine and Brazil desires to be in a position of prestige at Washington." Jan. 12. 1905 N. 35 Telegrama Notícia Herald Tribune 26 dezembro 1904.

suas conexões britânicas. Rui Barbosa era um deles, pois em 1905, recomendado pelo influente senador Pinheiro Machado, conseguiu ser contratado para o cargo de advogado-chefe da poderosa empresa anglo-canadense *The Light and Power Company*.

²⁶⁸ Havia outros interesses envolvendo políticos, o governo e intelectuais, que visavam diminuir o ritmo da aproximação com os Estados Unidos. O ex-ministro da fazenda Joaquim Murinho, que obtivera vitória na renegociação da dívida brasileira, com banqueiros ingleses, recusou o convite para integrar a delegação brasileira à conferência Pan-americana de 1906.²⁶⁹

Porém, é verdade que o estabelecimento dos laços diplomáticos a nível de embaixadas seria bem recebido por parte da imprensa dos Estados Unidos, como revela um telegrama de Gomes Ferreira, encarregado de Legação em Washington, para o ministro Rio Branco.²⁷⁰ No dia 19 de junho de 1905, portanto, apenas cinco dias após a leitura da sentença arbitral do rei da Itália, o que encerrou a questão da Guiana Inglesa, Nabuco recebia uma mensagem do barão do Rio Branco convidando-o para o cargo de embaixador em Washington. O texto: *Esta manhã [19 de junho de 1905] um terremoto, o telegrama do Rio Branco oferecendo-me Washington. Vou pensar muito antes de responder,*²⁷¹ assombrou o novo embaixador.

O barão do Rio Branco já estava cogitando o nome de Joaquim Nabuco para o posto nos Estados Unidos antes mesmo anúncio da sentença do monarca italiano em junho de 1904.²⁷² Se o leitor permitir, acrescentarei que poderiam estar equivocadas algumas

²⁶⁸ AZEVEDO. Op. Cit. p. 120

²⁶⁹ Idem. p. 120

²⁷⁰ “Antes mesmo de ver Hay [Secretário de Estado] o Presidente me mandou dizer para o seu Secretário informasse Vossa Excelência idéia circulada aqui jornais é extremamente agradável e está pronto para realiza-la imediatamente. Amanhã, verei Hay a fim de completar combinação. Entreguei minhas credenciais dia 28 de janeiro de 1905. Telegrama de Gomes Ferreira para o Barão do rio Branco. Arquivo Histórico do Itamaraty. Maço 235.2.14- Nº 1432.

²⁷¹ NABUCO, Joaquim *Diários* vol. II 1889 – 1910. p. 324. São Paulo/Recife: Bem Te Vi Produções Literárias/Editora Massangana. 2005.

²⁷² PAULO DOS REIS PEREIRA Op. Cit. P. 20

interpretações recentes, a respeito da transferência de Nabuco, de Londres para o novo posto em Washington, o que poderia ser vista como um castigo pela “derrota” de Nabuco no processo da Guiana Inglesa.²⁷³ Pelo teor de uma correspondência do barão do Rio Branco, datada de 29 de dezembro de 1904, portanto, sete meses antes do anúncio da sentença, ele já deixava a critério de Joaquim Nabuco, aceitar ou não, as novas funções de embaixador nos Estados Unidos. Ademais, Rio Branco alimentava dúvidas quanto ao interesse de Nabuco em aceitar a designação e procurou Graça Aranha, amigo comum, para aconselhar-se.²⁷⁴

No decorrer das negociações sobre a sua transferência para Washington, Nabuco proporia a conjunção das duas mais importantes representações do Brasil no Exterior, a de Londres e Washington. Algo inexequível. Tratava-se de uma idéia inoportuna que não parecia ser factível. Joaquim Nabuco considerava que Londres representava muito pouco em termos diplomáticos. Nisso estava certo, porque eram principalmente as negociações financeiras que haviam concedido importância à representação brasileira. Naquele tempo, sabe-se que o Brasil mantinha uma Legação e não de uma Embaixada, e assim sendo, a ação dos diplomatas era limitada e (...) *hoje financeiramente não serve quase nada por não haver contato direto entre a legação e o ministro da Fazenda.*²⁷⁵ Nabuco, talvez, alimentasse a esperança de que, logo, a representação do Brasil na Corte de *Saint James* pudesse vir a ser elevada à categoria de embaixada. Nesse caso, ele realizaria um alentado projeto, ocuparia o cobiçado posto naquela capital que tanto admirava.

²⁷³ Correspondência do Barão do Rio Branco para a Legação do Brasil, em Washington: Data 29/12/1904: “Desejamos nomear para ahi Nabuco. Presidente elevaria à embaixada a nossa Legação se esse governo quizesse eleva na mesma ocasião a sua aqui”. Correspondência de Rio Branco para a Legação em Washington. Datada de 29 de dezembro de 1904. Arquivo Histórico do Itamaraty - N° 1432.

²⁷⁴ AZEVEDO. Op. Cit. p. 118

²⁷⁵ JOAQUIM NABUCO. *Cartas a amigos* vol. II.p. 93. 1949.

O convite a Joaquim Nabuco, para exercer o cargo de primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos, possivelmente, também compreendia, entre outros motivos, a amizade e a admiração que lhe dedicava o presidente Rodrigues Alves e aquele gesto presidencial pareceu um reconhecimento pela sua atuação no processo da Guiana Inglesa: (...) *A proposta do Ministro do Exterior deve ser interpretada (...) como uma honra para Nabuco, com o espírito de confiar-lhe a direção de uma nova política americana, e não como uma consequência da necessidade de removê-lo de Londres.*²⁷⁶ Mas a decisão estava permeada pelos elementos formadores da nova diplomacia, o conceito de estratégia internacional concernente ao imperialismo europeu e a necessidade de um deslocamento do eixo da diplomacia brasileira em direção aos Estados Unidos, o que era de interesse do Barão do Rio Branco, conforme se pode atestar pela sua correspondência, datada de 29 de dezembro de 1904.²⁷⁷

Ainda que tenha sido uma estratégia do governo brasileiro, baseada na interpretação que propiciou o desfecho do Processo da Guiana Inglesa, a criação da embaixada em Washington não seria bem recebida por parte da imprensa. É verdade que alguns dos grupos mais influentes do país se colocaram a favor daquela decisão de política diplomática.²⁷⁸ O editorial da *Gazeta de Notícias* de 17 de março de 1905 expressou parecer que a iniciativa era “um programa em uma palavra”, e apontava, implicitamente, para uma aliança tácita entre os (...) *dois maiores e mais populosos países do continente*. A linha editorial do jornal também procurava acompanhar o projeto diplomático de Rio Branco que trazia como objetivo... *dar prestígio ao país*,

²⁷⁶ JOÃO FRANK DA COSTA. Op. Cit. P. 52. 1968.

²⁷⁷ Nota: “Nesse nosso desejo verá o governo americano o que temos... se estreite cada vez mais as relações de amizade entre as duas maiores repúblicas do continente, quase iguais na extensão, embora desiguais no poder. “Correspondência do Barão do Rio Branco para a Legação do Brasil em Washington. Data 29 de dezembro de 1904. Arquivo Histórico do Itamaraty Nº 1432.

²⁷⁸ Telegrama Nº. 37 - de Rio Branco para a Legação em Washington. 8 de Janeiro de 1905. Arquivo Histórico do Itamaraty

para fortalecê-lo diante dos nossos desafetos sul-americanos.²⁷⁹ Nota-se que Joaquim Nabuco levou a sério a instrução do barão do Rio Branco para “dar prestígio ao Brasil”. Em agosto de 1905, ele remeteu para Chancelaria, no Rio de Janeiro, a Nota Fiscal referente a despesas que tivera no Hotel Waldorf Astoria, para pagamento de um jantar oferecido a oficiais da marina norte-americana e a convidados da sociedade de Nova Iorque para celebrar a visita de oficiais de um navio da Marinha brasileira. O montante da despesa alcançou a cifra de US\$ 827,75 que se corrigido para a data atual, atingiria um valor astronômico.

Retornando ao assunto do estabelecimento da embaixadas em Washington e no Rio de Janeiro, vejamos, em suma, o que expressa a *Gazeta de Notícias*, a respeito da abertura da embaixada:

*A embaixada em Washington ‘é um programa em uma palavra’, na frase do eminente diplomata brasileiro.(...) Ela vai lembrar à Europa que o Brasil e os Estados Unidos, os maiores e os mais populosos países do continente procuram concorrer para a estabilidade da paz, para a boa harmonia dos povos da América e também para o equilíbrio universal que representa grandes interesses comuns.*²⁸⁰

O *Jornal do Commercio*, edição de 16 de março de 1905, igualmente, acompanhava a linha editorial da *Gazeta de Notícias* e se referia à influência e *fascinação* que os Estados Unidos exerciam no Brasil. No seu editorial, intitulado, *A Embaixada*, mostrava-se favorável à decisão, concedendo ênfase à escolha dos Estados Unidos para sediar no Brasil sua primeira embaixada na América do Sul: (...) *Pela primeira vez uma grande potência dá à sua representação no Brasil um caráter excepcionalmente elevado.(...) A América do Norte exerce sobre nós uma*

²⁷⁹ Despacho da Embaixada do Brasil para a Chancelaria. Data 16 de agosto de 1905. AHI.

²⁸⁰ In Cadernos CHDD. Ano IV, Nº 7, 2º Semestre 2005. p. 210.

grande fascinação.²⁸¹ *O Paíz*, outro jornal de prestígio naquela época, fez a seguinte análise, a propósito da entrega de credenciais pelo embaixador norte-americano (...) *o que se fazia era efetivamente uma aproximação mais estreita entre as duas maiores nações do continente, que assim queriam significar ao mundo o propósito recíproco de cimentar a sua amizade antiga de modo mais íntimo e formal.*²⁸²

A recepção ao embaixador Joaquim Nabuco em Washington,²⁸³ pelo presidente Theodore Roosevelt e a transcrição dos seus discursos constaram da edição do *Jornal do Commercio* de 26 de maio de 1905, numa referência favorável ao ato diplomático. O jornal destacava algumas palavras do presidente norte-americano, pronunciadas à parte do discurso oficial ... *Confia [o presidente] que o Brasil há de ser outro guarda e defensor da doutrina Monroe.*²⁸⁴ O citado jornal, na seção: *Várias Notícias*, informou (...) *O Sr. Barão do Rio Branco recebeu ontem do Dr. Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil em Washington, o seguinte telegrama: ‘Rogo V. Exa. Transmitir ao presidente e aceitar pessoalmente as minhas sinceras felicitações pelo modo por que o Brasil foi acolhido na Casa Branca. Considero a data de 24 de maio de 1905 tão grande na nossa ordem externa quanto à de 13 de maio de 1888 na nossa ordem interna.*²⁸⁵

O teor do telegrama de Joaquim Nabuco suscita curiosidade porque Nabuco ao chegar a Washington, havia afirmado que não sabia ao certo o que iria fazer nos Estados Unidos. Porém, como se explicaria que apenas algumas semanas depois, na

²⁸¹ *Jornal do Commercio: A embaixada americana in Cadernos do CHDD – Ano IV Volume 7 – 2º Semestre de 2005. p. 203.*

²⁸² *Gazeta de Notícias* Sexta-feira 17 de março de 1905. p. 209

aís. A Solenidade de ontem in Cadernos do CHDD. Ano IV – Volume 7 – 2º Semestre de 2005. p. 207

²⁸³ Despacho N. 4030 – de 30 de maio de 1905. De Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco. AHI. Nota: O discurso de apresentação de credenciais de Joaquim Nabuco estava escrito em francês, mas, a sua leitura na Casa Branca, foi feita na língua inglesa.

²⁸⁴ *Jornal do Commercio. 26 de maio de 1905: Estados Unidos in Caderno do CHDD Ano IV – 7 Volume – 2º Semestre. 2005.*

²⁸⁵ *Cadernos do CHDD. Ano Iv 7 Volume 2º Semestre. 2005 p. 227*

data da apresentação das credenciais ao presidente Theodore Roosevelt, o novo embaixador já demonstrasse a convicção de que a sua estada na capital americana já representava muito para a sua carreira, e, para o Brasil, um acontecimento histórico semelhante ao da Abolição da Escravatura. Por outro lado, Nabuco também daria a entender que se percebia como um protagonista de um feito semelhante ao que culminou com assinatura da Lei Áurea.

Numa tentativa para melhor compreender a inflexão do pensamento de Joaquim Nabuco no que concerne à sua atuação nos Estados Unidos e a respeito das razões que levaram a diplomacia brasileira a engessar a aproximação com os Estados Unidos, proponho uma breve interpretação dos significados dos conceitos de pan-americanismo no pensamento do embaixador Nabuco e do chanceler Rio Branco.

4.5.- Conceitos de Pan-americanismo: Rio Branco versus Joaquim Nabuco.

O Pan-americanismo de Rio Branco.

O ministro Rio Branco era um político de idéias conservadoras, um monarquista convicto, ainda quando a serviço da República. Toda a sua formação tinha sido permeada por conceitos europeizantes e Paranhos Junior não alimentava simpatias pela sociedade norte-americana, mesmo tendo conhecido bem o país quando de sua permanência entre os anos 1893-95, ao desempenhar as funções de representante do Brasil no processo do arbitramento de Palmas-Missões. Evidentemente, a sua vitória no complicada questão de fronteiras com a Argentina, cuja sentença do Presidente Grover Cleveland favoreceu o Brasil, e, depois, o apoio norte-americano à solução do problema

do Acre, poderiam ter convencido o barão do Rio Branco, do acerto do projeto de estratégia diplomática que ele formulou para aproximar o Brasil dos Estados Unidos. O estofado daquele projeto estava no seu conceito de patriotismo e consistia em um esforço para fortalecer a posição do Brasil na América do Sul e no mundo.²⁸⁶ Do mesmo modo, o ministro Rio Branco tinha a percepção de que os Estados Unidos, nos inícios do século vinte, já se constituíam na maior potência econômica do planeta, com a qual o Brasil necessitava estreitar laços, pois o país mantinha com os americanos trocas comerciais que geravam superávites. Além disso, o Brasil e Estados Unidos possuíam territórios de grandes dimensões e um potencial que os recursos naturais asseguravam uma importância geopolítica no concerto americano e pontos de formação histórica em comum.²⁸⁷

O Barão do Rio Branco, ao assumir a chefia do Ministério das Relações Exteriores, tinha pleno conhecimento de que o Brasil estava cercado de desafetos, aos quais o chanceler dirigia sua desconfiança. Embora procurasse, simultaneamente, melhorar as nossas relações com os países da América do Sul, o chanceler Paranhos se empenhou em tornar mais estreitos nossos laços com os Estados Unidos, numa tentativa de *instrumentalizar* o entendimento com os americanos, para garantir a liderança do Brasil no Sul do continente, numa tentativa de neutralizar a competição argentina no espaço geopolítico onde o Brasil considerava que tinha direito à liderança naquele tempo, mais rica e possuidora de um poderio militar superior ao do Brasil.

²⁸⁶ Nota: “Se parecessem ahi terça ou depois artigos de aprovação nossa embaixada, telegrapho resumindo trechos elogiosos Brasil. Hoje, editorial do “Paíz” diz “nem era possível dar ao mundo maior demonstração de *sympatia* amizade entre as duas grandes repúblicas do continente, ligadas por sólidos interesses comerciais que se desenvolvem progressivamente, tendo destino uma ação paralela, líderes naturais das duas partes do continente, a amizade estreita entre elas é um fato que decorre naturalmente da situação que cada uma ocupa”. Acrescenta, que este fato concorrerá para dissipar injustas prevenções que em certas repúblicas latinas da América têm sido alimentadas contra os EUA.” Telegrama do Barão do Rio Branco para a Legação do Brasil em Washington. Arquivo histórico do Itamaraty Maio 235.2.14 Nº 37 Datada de 8 de janeiro de 1905.

²⁸⁷ AZEVEDO, Helena Castro. *Um Senhor modernista. Biografia de Graça Aranha*. pp. 117-8 Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras 2002.

A política de aproximação do Brasil com os Estados Unidos compreendia uma neutralização da influência do imperialismo europeu no seu momento mais intenso. A elite brasileira possivelmente havia se apercebido perigo que representava a ganância das potências européias, dividindo entre si os territórios ocupados na Ásia e África. A imprensa se agitava, e o barão era sempre suscetível às críticas da imprensa, e procurava se antecipar decisões e atitudes, algumas delas precipitadas, com no caso da canhoneira *Panther*.

Paranhos Junior pertencia a uma geração que tinha verdadeiro pavor das ameaças das potências extra-americanas ao território brasileiro. Como observamos anteriormente, aproveitando-se da corrida pela hegemonia e preponderância comercial na América Latina, que mobilizava os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em campos opostos, Rio Branco redirecionou a política externa brasileira, aproximando-se dos Estados Unidos.

Não há como desconhecer que o projeto estratégico da diplomacia americanista foi traçado por Rio Branco, mas, sofreu inspiração do grupo que estava em seu redor. Graça Aranha, sem, porém, apresentar documentos, atribui a idéia do redirecionamento a Joaquim Nabuco pois, ainda de acordo com Aranha ... *tal mudança, de Londres para Washington, foi inspiração de Nabuco, 'e de alguém que vivia na sua maior intimidade e que sugeriu a Rio Branco esta inovação'*.²⁸⁸ A afirmação não parece fundamentada, porque, conforme mencionei, Nabuco ao ser indicado embaixador em Washington, confessava ter dúvidas quanto à sua missão nos estados Unidos.

O pan-americanismo de Rio Branco tendia relevar as atitudes agressivas do governo norte-americano na América Latina. O Barão via com muito preocupação a instabilidade política e as revoluções sucessivas na América Latina. Monarquista, orgulhoso dos feitos do Império, do qual o seu pai, o Visconde do Rio Branco, foi uma

²⁸⁸ AZEVEDO. Op. cit. p 118

mais notáveis estadistas, o Barão, homem da ordem, entendia que essa anarquia fragilizava as nações latino-americanas e colocava em perigo o nosso país diante do poder das potências imperialistas por terras. Neste particular, Rio Branco se mostrava muito mais próximo das ideias de Theodore Roosevelt, de que Joaquim Nabuco, que, pro seu lado, não hesitou em criticar, por carta a Rio Branco, a diplomacia do *big stick*.

A diplomacia de Rio Branco encontraria ressonâncias nos Estados Unidos. O governo norte-americano via com interesse uma atuação mais afirmativa do Brasil no cenário da América do Sul e em face dos países instáveis do Caribe, conforme se especulava em artigos da imprensa norte-americana.²⁸⁹ A este respeito, o texto do jornal *Chicago Tribune* traz um resumo do que se entendia como a política de Theodore Roosevelt para a América do Sul. No artigo, ao se comentar uma declaração de Joaquim Nabuco, percebe-se mediante suas palavras que o embaixador do Brasil se esforçava para esclarecer que o Brasil e as repúblicas da América do Sul não necessitavam da “proteção” dos Estados Unidos. Nabuco fazia uma tentativa para deixar evidente que o seu pan-americanismo não era uma política de submissão aos interesses estadunidenses. Porém, as suas preocupações diante das frágeis defesas do Brasil em vista da agressão imperialista da Europa, conduziram-no a supor que a doutrina pan-americanista poderia ser instrumentalizada pelo Brasil para garantir a proteção americana a possíveis ameaças europeia ao nosso território. Acrescente-se que o mal-estar entre dois competidores na produção de grãos, Estados Unidos e Argentina, à época, tomava vulto porque os argentinos procuravam dificultar a presença dos estadunidenses na América

²⁸⁹ *Chicago Tribune July, 10, 1905.*

By John Colon O’Laughlin

Latin Republics now independent take to heart Roosevelt’s lesson ready to enforce the Monroe Doctrine without American Mediation.

Joachim Nabuco(sic), new Ambassador from Brazil, says Southern Nations are no longer in need of sponsor . The President wants to make South America responsible for the enforcement of the doctrine and leave The United States free from the cores which it imposes. If the nations of the Southern Continent can be brought to the point of themselves championing the integrity of American territory this country will be relieved not only of necessity of defending South America from European aggression, but will enter upon a period of closer relations with these republics trough the removal of jealousy and suspicion which now exist. AHI -

Latina, em virtude de suas alianças comerciais e financeira com a Grã-Bretanha. Este fato, evidentemente, favoreceu o Brasil, no seu propósito de se constituir no líder sub-regional.

A este respeito, note-se que o jornalista do *Chicago Tribune*, no seu texto, acentua que o propósito dos Estados Unidos era o de se eximirem da tarefa de protegerem a América do Sul da agressão européia. O jornal ainda afirma que, se as nações sul-americanas demonstrarem capacidade para se defenderem, os Estados Unidos poderão ficar mais à vontade para melhorar as suas relações com os países da América do Sul. A visão esboçada no citado artigo contradiz a percepção de Joaquim Nabuco, que se voltava para a formação de uma aliança com os Estados Unidos, objetivando a justamente uma proteção do território brasileiro, enquanto, de acordo com o texto mencionado, os norte-americanos não pareciam interessados em assumirem tal responsabilidade.

Rio Branco, ao que parece, pretendia moderar o entusiasmo de Joaquim Nabuco pelo total alinhamento brasileiro à doutrina Pan-americanista, visto que, nas suas funções de ministro da relações Exteriores, Paranhos teria que se preocupar em manter uma política multilateral, contemplando os laços tradicionais com a Europa e América Latina, permitindo, deliberadamente ou não, que Nabuco, assumindo seus próprios riscos, avançasse nas suas propostas e ações junto aos governo dos Estados Unidos. Paranhos impunha seus limites àquela política, mas, por outro lado, quando considerava necessário, pressionava Joaquim Nabuco, para que ele agisse de pronto, a fim de, utilizando suas conexões em Washington e obtivesse o apoio do governo americano para assuntos pontuais da política externa brasileira, sobretudo aquelas relacionadas com a nossa atuação na América do Sul. Frequentemente, por caráter ou estratégia, Rio

Branco avançava e, silenciosamente, recuava. Esta estratégia limava as relações entre os dois diplomatas, porque Nabuco sendo de temperamento mais sensível, entendia as atitudes de Rio Branco como gestos pessoais de despreço pessoal ou de desprestígio à sua ação diplomática na capital americana.

Diga-se, porém, que embora não houvesse no plano do entendimento jurídico uma aproximação entre o pensamento de Roosevelt, intervencionista e o do Chanceler brasileiro fiel à tradição do liberalismo jurídico, percebia-se uma atitude de simpatia diante das ações de controle de polícia exercidas por Theodore Roosevelt na região do Caribe, conforme mencionei acima.

Outra variante dessa política estava assentada no interesses da elite cafeeira que mantinha grandes negócios de exportação para os EUA e, finalmente, na utilização de uma diplomacia de resultados com os Estados Unidos, numa tentativa para utilizar o pan-americanismo em favor dos interesses hegemônicos do Brasil na América do Sul. No que tange à integridade do nosso território, Rio Branco foi muito bem sucedido e, igualmente, quanto a sua política de aproximação com os Estados Unidos tornou-se um paradigma para as relações exteriores do Brasil até o meado do século vinte.

4.7 - O Pan-americanismo de Joaquim Nabuco: *a nova feição do monroísmo*.

No que se refere ao pan-americanismo de Joaquim Nabuco, seria oportuno sustentar que ele, na qualidade de embaixador, não poderia ter levado adiante sua diplomacia americanista independentemente do projeto do governo brasileiro. Isto é, do Barão do Rio Branco. É certo que Nabuco imprimiu um caráter pessoal à sua ação diplomática nos

EUA, desfrutando de um prestígio sem precedência nos Estados Unidos,²⁹⁰ inclusive no meio acadêmico.²⁹¹ Todavia, ele não seria capaz de impor uma diplomacia pan-americanista de caráter pessoal, se não tivesse conhecimento dos objetivos inseridos no projeto de política externa do barão do Rio Branco.²⁹² Naquela época, em que o telégrafo já encurtava distâncias, Rio Branco poderia rapidamente deter ou conter algumas iniciativas de Joaquim Nabuco que viessem a contrariar abertamente seus objetivos, mas parece que preferia, talvez manhosamente, deixar espaços para que Nabuco agisse sob liberdade vigiada.²⁹³

Para um melhor esclarecimento a respeito do ideário pan-americanista de Nabuco, salientamos que o embaixador do Brasil, numa entrevista ao *Chicago Tribune*, explicou o que compreendia por Doutrina de Monroe.²⁹⁴ Acrescente-se que um diferencial do pensamento pan-americanista Nabuco em relação ao de Rio Branco, era o da independência com que o embaixador podia formular seus conceitos e desenvolver ações que no seu entendimento, aproximariam o Brasil dos Estados Unidos. Não tendo

²⁹⁰ *Senhor Joaquim Nabuco was a prominent imperialist under the old regime in Brazil and is now ranked as one of the government's foremost public man..* Ofício W. 23/01/1905. Anexos Nº 1412 – Recorte do *New York Herald*.

²⁹¹ *When Brazil created her first embassy in the United States in 1905, Senor(sic) Nabuco was recognized as the man for the position. His stay in this country has warranted his selection as he was chosen president of the Third Pan-American conference and received the honorary degree of LL.D. from Columbia University, as an acknowledgement of his merit. YALE NEWS, New Haven. CONN. Tuesday, May 5, 1908.*

²⁹² Nota: “ Considero data 24 de maio de 1905 tão grande nossa ordem externa ... Mr. Loomis comunicou ao Sr. Gomes Ferreira a grata impressão que o presidente guardará do meu discurso. É que ele viu pela primeira vez de modo irrecusável que a Doutrina Monroe é tida por nós como a fórmula exterior de independência do nosso Continente como a lei da nossa órbita internacional à parte da do Velho Mundo, que ela nos é tão cara quanto a este país... O meu discurso não contém sentimento que não estivesse subentendido no do nosso presidente ao receber o embaixador americano; no coração desta embaixada, e na minha designação para ella. Esses sentimentos há muito que V. Exa. os conhece e os ouve de mim; expliquei-me para eles a minha nomeação para este posto e não devido a um intento de que a minha atitude na Casa Branca, em 24 de maio de 1905, terá merecido a aprovação de V. Exa. assim como do presidente Roosevelt, quando disse que este, discursando: Washington, Monroe e Lincoln’ No vosso cargo, Sr. Presidente, há horas que se tornam épocas, gestos que ficam sendo atitudes nacionais imutáveis”. Despacho de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco de 30 de maio de 1905. Arquivo Histórico do Itamaraty . maço 234.1.3

²⁹³ PAULO PEREIRA. Op. cit. p. 80

²⁹⁴ *Chicago Tribune July, 10, 1905., b John Collon O’Laughlin:*

- *What do you call the developments of the Monroe Doctrine>*
- *What you call the developments of the Monroe Doctrine has reference, I think, to the policy of the United States towards other nations of this continent. Well, that does not affect the separateness of our American orbit, and this alone is Monroe Doctrine. (Joaquim Nabuco).*

as responsabilidades executivas de Rio Branco, que necessitava, até por estilo,²⁹⁵ manter um controle maior sobre suas iniciativas no Ministério das Relações, no que tange à política diplomática a ser seguida no que se refere ao jogo de influências na América do Sul.. O embaixador, decerto, era capaz de elaborações mentais refinadas²⁹⁶ e havia percebido a oportunidade para desenvolver a sua política pan-americanista, embora um tanto personalista, mas que correspondia, no seu entendimento, aos interesses do Brasil. Ele também possuía uma vantagem sobre Rio Branco, isto é, um melhor acesso às informações que circulavam entre os EUA e a Europa, e estas, possivelmente, chegavam atrasadas e escassamente ao chanceler Rio Branco que residia na sua cidade localizada na periferia do mundo, o Rio de Janeiro. Isto talvez impedisse o ministro de usufruir de uma visão mais ampliada dos fatos e dos acontecimentos que se desenrolavam nas grandes capitais do mundo. No entanto, deve-se, também, assinalar que Rio Branco, por dever de ofício estava atrelado aos cuidados da totalidade da política externa do Brasil, enquanto Nabuco se mantinha circunscrito às suas atividades diplomáticas nos Estados Unidos.

Outro aspecto que afastava o pensamento de Nabuco, das concepções de Rio Branco, era a sua defesa de um projeto para intensificar, unilateralmente, as relações do Brasil com os EUA,²⁹⁷ apartando o Brasil das nações latino-americanas, principalmente da Argentina

²⁹⁵ Nota: Rio Branco possuía um temperamento introspectivo desde a juventude. Ver referência sobre o relacionamento de Joaquim Nabuco e Sizenando Nabuco, com o jovem José Maria Paranhos Junior, em: JOAQUIM NABUCO. *Cartas a Amigos* Vol I. p. 141: “O jovem Paranhos, futuro barão do rio Branco, fizera-se cedo amigo dos filhos do senador Nabuco. primeiro o foi do mais velho, Sizenando, cuja idade se aproximava da sua e depois de Joaquim Nabuco. Sempre fora porém um temperamento muito reservado, um tanto inacessível mesmo aos mais próximos. Durante o longo período passado na rotina do serviço consular, dos quais dezessete no consulado de Liverpool, não foram muitos os que tiveram ocasião de lhe conhecer o preclaro merecimento e poder prever o alto destino que sua capacidade lhe poderiam garantir...”

²⁹⁶ RICÚPERO, Rubens.

²⁹⁷ Nota: “A criação desta Embaixada, o interesse que V. Exa. manifestou em obtê-la sugeriu de certo ao Presidente Roosevelt a primeira idéia de apoiar-se no Brasil, na América do Sul. Pode-se talvez dizer, pelo interesse igual que ele mostrou, que os dois pensamentos se encontraram no momento azado. Ouso dizer que a

Os argentinos faziam jogo duplo em Washington. Pareciam atrair os Estados Unidos, utilizando-se dos postulados da doutrina Drago, mas, por outro lado, procuravam se aproximar dos Estados Unidos, como provam os discursos e ações verificados durante a visita do secretário de Estado Elihu Root, a Buenos Aires, em 1906, conforme o texto que abre este trabalho.²⁹⁸ Neste particular, considero que Nabuco agia acertadamente, pelo que se constata do interesse argentino de desbancar o Brasil, na busca por uma maior aproximação com os americanos, o que pode ser constatado pela leituras dos documentos diplomáticos referentes à viagem de Root a Buenos Aires, em 1906. Outro aspecto que não deve ser ignorado, da estratégia de Joaquim Nabuco, seria o de garantir as preferências dos estadunidenses pelo Brasil. Vejamos o que Nabuco revelou a Rio Branco, a respeito do tema:

Nunca em minha opinião, um brasileiro teve tanta responsabilidade nos destinos do nosso país como você ante os dois caminhos que se lhe deparam: o americano e o outro, a que não sei como chamar, se de latino-americano, se independente, se de solitário. Eu, pela minha parte, sou francamente monroísta, e é uma pena estar fazendo tanto aqui, se estou trabalhando em vão, para nada. Eu não quisera enganar, mas talvez me engane, ou esteja enganado. Note você que eu não acompanho as idéias de Mr. Roosevelt sobre ocupação norte-americana, ou outra, de alfândegas, etc., de países sul-americanos. [grifo nosso] O meu monroísmo é mais largo e não me prende a esses expedientes que ele imagina para “justificar” (é a expressão de Mr. Root, “expediente” é a minha a doutrina de Monroe perante a Europa, a qual o aperta todos os dias por causa dessa “doutrina”, e sempre em torno de Venezuela. Para mim o que quero é uma espécie de aliança tácita, subentendida, entre os nossos dois países; que vamos nesse caminho tão longe e quanto nos seja possível, e que fiquemos desde já certos um do outro. Eu quisera pois receber quanto antes uma palavra sua, destacando a ida de Mr. Root da reunião do Congresso. (...) Tire-me quanto antes dessa ansiedade, que é politicamente cruel, como nos tempos da Abolição o receio de ver o Imperador chamar um ministério escravocrata, quanto o fim me parecia

linguagem do Embaixador, às vezes todas que me pronunciei em público ou que me encontrei com o Presidente e os secretários de Estado, deu ao governo Americano a impressão de que os EUA poderiam contar com a amizade sincera do Brasil e com a conformidade de nossas ... políticas em relação à Doutrina Monroe. Correspondência de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco, datada de 23 de dezembro de 1905. Arquivo histórico do Itamaraty. Arquivo particular de Rio Branco. correspondência para o Barão do Rio Branco Lata. 832 -

²⁹⁸ FRANÇA, Humberto. *Joaquim Nabuco e Elihu Root: A Viagem Pan-americana - 1906*

*já à vista. Não estou trabalhando para mim. Será uma fatalidade, se nós não concordamos em encarar o futuro do nosso país do mesmo modo, porque da concordância podia nascer um grande acontecimento, uma nova era nacional.*²⁹⁹

No que concerne à proposta que Joaquim Nabuco denominou de “uma aliança tácita”, esta se afastava do tipo de projeto defendido por Rio Branco, isto é, o chanceler não defendia a formulação política de aliança com os EUA. Mas, desejava uma aproximação estreita, que lhe facilitasse o apoio dos estadunidenses na questão de definição de fronteiras e, também, para dar um maior prestígio ao Brasil, o que, implicitamente, seria um espécie de mandato dos americanos para que fosse exercida na América do Sul, uma “supremacia compartilhada”. A concepção de pan-americanismo de Joaquim Nabuco também se distanciava do que pretendia o Barão em mais um outro tema, pois Rio Branco desejava manter uma aliança que, de acordo com o seu entendimento, não ferisse o mínimo interesse do Brasil, e que pudesse ser acionada quando aprovesse ao país, enquanto que o embaixador trabalhava por um entendimento permanente. A preocupação de Joaquim Nabuco estava voltada, principalmente, para uma aproximação com os estadunidenses que contemplasse uma “entente”, “inteligência perfeita”, que servisse à manutenção de uma possível “proteção” do nosso território contra as potências européias, em caso de necessidade. Numa correspondência a Nilo Peçanha, Joaquim Nabuco enfatizou a questão da segurança territorial, como um propulsor da sua defesa do pan-americanismo:

Para mim esse é o interesse máximo. Sem exército e sem esquadra, que nunca se pudesse proporcionar à magnitude do problema, qual seria a sorte do nosso país também sem política externa? Nós estamos em um período histórico em que as antigas ficções de direito perdem sempre terreno e a força... Ora o Brasil é um mundo sobre o qual cada dia mais se dirigem as cobiças das

²⁹⁹ JOAQUIM NABUCO. Carta ao barão do Rio Branco. 19/dezembro/1905. *Cartas a Amigos*. Vol. II. pp. 238-9. (1949)

*nações que têm fome de terra, das Raças que precisam expandir-se.*³⁰⁰

Embora tenha havido alguns elementos de vaidade pessoal que gravaram o pensamento de Nabuco, nisto ele não estaria sozinho, pois Rio Branco, por uma questão de estilo, também se deixava levar pelo gosto do poder. Ambos, cada um ao seu modo, Nabuco³⁰¹ mais idealista, Rio Branco, um pragmático, percebiam a importância do relacionamento com os norte-americanos para a preservação dos interesses econômicos do país, porque naquela época, os EUA compravam 37,9% da nossa produção de café. Diga-se, igualmente, que 94,5% das exportações brasileiras entravam nos Estados Unidos, livres de impostos, sendo que do lado brasileiro, nenhum produto norte-americano gozava de isenção e, se a média de tarifa para os produtos brasileiros internalizados nos Estados Unidos era de 4,8%, a dos produtos norte-americanos que entravam no Brasil era de 45%. Essa situação permitia ao nosso país um acúmulo de dólares que gerava um superávit notadamente elevado.³⁰² Ademais, a riqueza gerada pela extração da borracha alcança números estratosféricos.³⁰³ No período em que Nabuco exerceu as funções de embaixador em Washington, a Amazônia produziu 400.000 toneladas do produto. Em 1910, eram produzidos 200.000 automóveis por ano, nos Estados Unidos. Cada carro exigia 4 pneus e 1 estepe, produzidos de borracha brasileira.³⁰⁴

³⁰⁰ Carta de Joaquim Nabuco para Nilo Peçanha, datada de 15/10/1906. Cehibra Fundaj. Cap. 38. doc. 758. a 4g2.

³⁰¹ “Eu acredito estar chocando para você e o Presidente (nós diplomatas nunca passamos de simples agentes) um ovo de águia, mas tenho medo de que levado para aí saia gorado por falta de calor monroísta no governo e no país. Veja em que você me meteu. Você dirá que não me encarregou disto, é certo, mas a simples criação da embaixada criou aqui esperanças e expectativas, que a escolha de um monroísta (declarado em cartas a você) como eu ainda aumentou e que minha linguagem nunca desaprovada levou ao auge.(...)” *Cartas a Amigos*. p. 237. (1949)

³⁰² PAULO PEREIRA. op.cit. p. 58

³⁰³ Ver Tabela N° 5. Apud Barbara Weinstein in *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 – 1920)*. p. 210. São Paulo: Hicitec-USP.1993.

³⁰⁴ BARBARA WEINSTEIN. Op. cit. p. 191.

4.7.- As raízes e os desdobramentos do pensamento pan-americanista de Joaquim Nabuco.

O pensamento de Nabuco no que se refere à sua definição de *pan-americanismo* revelam contradições e imprecisões. Em alguns trechos de sua obra - *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta da Armada* -, se observa, ainda que residualmente, um certo antiamericanismo. Igualmente, Nabuco exibiu algumas críticas aos norte-americanos em anotações nos seus diários, datadas da época da guerra civil, entre os anos de 1893-94.³⁰⁵ Observe-se que, logo em seguida, na obra *Balmaceda*,³⁰⁶ Nabuco também se mostrava inclinado à defesa de uma concepção de um pan-americanismo latino³⁰⁷ (...) *a solução do problema tem (...) que ser procurada dentro mesmo de cada dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou (...) registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum.*³⁰⁸

Ressalte-se ainda que o trajeto do pensamento pan-americanista de Nabuco teria início ainda nos anos anteriores ao seu retorno à diplomacia em 1899, quando ele, embora continuasse um europeísta, desconsiderava, porém, que a Europa viesse a

³⁰⁵ JOAQUIM NABUCO. *Diários*. Vol II. p. 81

³⁰⁶ NABUCO, Joaquim, *Balmaceda*. São Paulo: Editora Instituto do Progresso Editorial, 1949

³⁰⁷ O pan-americanismo de cunho latino tem em sua proposta um conceito de universalismo e busca entendimento com outras regiões do globo a partir de uma união latino-americana. O monroísmo é excludente, isto é, quer separar a América das outras regiões do mundo, para manter a hegemonia norte-americana.

³⁰⁸ Idem. apud. Helder Gordim Silveira op. Cit. p. 246

induzir um novo processo civilizatório na América. Aqui, assinalo também, que Nabuco, nos meados da década de 1890, descartava a possibilidade da re-colonização européia, em oposição às suas futuras preocupações sobre os riscos do imperialismo europeu que ameaçariam a América Latina, a partir da jurisprudência da Conferência de Berlim. Vejamos o que Joaquim Nabuco escreveu a esse respeito na sua obra *Balmaceda*:

*(...) é difícil imaginar uma alteração no equilíbrio europeu que forçasse a Europa a reconquistar a América [Latina] ou a sujeitá-la, como fez com a África e com a Ásia, à sua direção e ao seu governo. Pode-se ter como certo (...) Que a Europa deixará o Novo Mundo [latino] fazer bancarrota com os capitais e interesses que ela lhe houver confiado, sem pensar um só instante em compensações territoriais ou em estender (...) a sua área de influência.*³⁰⁹

Retomando uma análise do tema, verifica-se que na concepção pan-americana de Joaquim Nabuco, os Estados Unidos aparecem como modelo e *protetor* das nações latino-americanas. Ainda neste contexto, Joaquim Nabuco entende que os estadunidenses diferem dos europeus. Isto é, os Estados Unidos não teriam uma política agressiva de ocupação territorial e colonização direta, visto que, segundo entendia ... *a nação americana está convencida de que todo acréscimo de população, de hábitos, de crenças, e índole inteiramente outras, causaria um profundo desequilíbrio em seu sistema de governo e uma incalculável deterioração de sua raça.*³¹⁰ Portanto, mesmo diante da ocupação americana em Cuba, Porto Rico, República Dominicana e Filipinas, ele mantinha sua crença na contenção do impulso dos americanos em se tornarem colonialistas, digamos, do modelo clássico.

³⁰⁹ NABUCO, JOAQUIM. *Balmaceda*. p. 184

³¹⁰ JOAQUIM NABUCO. Op. cit. p. 185

O texto de Nabuco, do seu livro *Balmaceda*, curiosamente, demonstra que ele não detinha compreensão mais aprofundada dos riscos que a América Latina poderia sofrer diante da expansão colonialista européia. Porém, somente, após a sua atuação no processo da Guiana Inglesa, como já ressaltamos, surgiram os sinais mais evidentes de sua proposta de “instrumentalização” dos conceitos da Doutrina Monroísta.³¹¹ Acrescente-se, porém, que Nabuco, bem antes da sua nomeação para o cargo de embaixador nos Estados Unidos já anunciava o seu compromisso com o monroísmo: ... “Rio Branco me quer lá [Estados Unidos](...) terei portanto que ir estudando desde já a doutrina Monroe”.³¹² Noutra correspondência ao Barão do Rio Branco, datada de 1902, Nabuco afirmava (...) *sou um forte monroísta*³¹³. Mais tarde, diria também ... “manifesto-me monroísta”.³¹⁴ No decorrer das negociações em torno da Questão do Acre, Nabuco já expressava sua inclinação americanista:

*Estou mais satisfeito agora com a linguagem sobre o Acre, sobretudo com a linguagem oficiosa em relação aos Estados Unidos. Eu sou um forte monroísta, como lhe disse, e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu fosse Ministro do Exterior e o Presidente consentisse, caminharia firme n'esse sentido, e em vez de pensar em mim para o succeder. E d'aqui a dois annos, deveria talvez de pensar em fazer-me collaborar seu n'aquella política(unindo as duas legações de Londres e Washington é o que devem ser porque é uma só política, hoje a Inglaterra sendo a mais Norte-americana das nações, mais tanto não proponho, porque a novidade é para estudar, mandando-me a Washington estudar o terreno.Deixemos, porém, o futuro por ora. Basta o dia de hoje.*³¹⁵

A nota acima revela que o pensamento de Joaquim Nabuco, três anos antes de assumir as funções de embaixador em Washington, já continha uma nítida tendência

³¹¹ SALLES, 2002. p. 309

³¹² JOAQUIM NABUCO. Carta a Gastão da Cunha, 14/12/1904- Arquivo de Joaquim Nabuco, Cehibra, FUNDAJ.

³¹³ Carta de Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco, 07/07/1902. (Cartas a amigos, vol II, 1949, p. 132)

³¹⁴ Carta de Joaquim Nabuco a Gastão da Cunha, 14/12/1905. Cehibra Fundaj.

³¹⁵ Carta de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco. Londres, 7 de setembro de 1902. Cap. Doc. 385 – Cehibra- FUNDAJ.

para a formulação de uma política estratégica baseada no pan-americanismo. Em pleno curso dos trabalhos em torno da defesa dos interesses brasileiros no caso da Guiana Inglesa, Nabuco também já se colocava à disposição de Rio Branco, para se (...) *fazer colaborador seu naquella política.* ³¹⁶ Ressaltamos, anteriormente, que a experiência adquirida no Processo da Guiana Inglesa gerou em seu espírito uma inflexão que o conduziria a se aproximar dos conceitos de pan-americanismo, o que haveria substanciar as suas idéias diplomáticas do pós-1899. Uma das razões que produziram modificações em suas concepções de política estratégica aponta para o fato de que ele acreditava na superioridade dos valores anglo-saxões transplantados para os Estados Unidos ³¹⁷ e que, assim sendo, os norte-americanos por, “impossibilidade histórica”, não se voltariam para uma política de colonialismo direto, nem de protetorado, isto é, conquista territorial.

Joaquim Nabuco, através de sua ação diplomática e de sua concepção de um pan-americanismo, tentou uma apropriação dos conceitos da Doutrina Monroe, sobretudo, quando reafirmou sua convicção de que:

(...) teria sido a Doutrina de Monroe inspirada pelo mero receio de que a Europa estendesse suas esferas paralelas de influência, como mais tarde as estendeu para a África e como já quase conseguiu estendê-la sobre a Ásia, vindo a pôr em perigo vossa [dos Estados Unidos] posição solitária? Ou teríeis sido movidos também pela intuição de que este mundo novo nasceu com um destino uno? ³¹⁸

(...) creio fortemente que a Doutrina de Monroe inspirou-se mais ainda nesse instinto americano – uso aqui a palavra no seu sentido continental – do que em qualquer receio de perigo para os Estados Unidos. Sem dúvida essa doutrina trazia em esboço toda uma política externa, da qual este país nunca se desviou, de Monroe a Roosevelt, de Clay e Blaine e a Root. Tal constância, tal continuidade é a melhor das provas de que vossa política americana obedece a um profundo instinto continental e

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ HELDER GORDIM DA SILVEIRA op. cit., pp. 244-5

³¹⁸ *Camões e assuntos Americanos* op. Cit. P. 466 Apud. Helder Gordim da Silveira.

*não é apenas medida de precaução nacional e de defesa própria. A Doutrina de Monroe vos manteve afastados do labirinto da política européia, no qual, sem ela, teríeis provavelmente sido induzidos a entrar.*³¹⁹

*(...) a América, graças à Doutrina de Monroe, é o continente da Paz e esse colossal bloco pacifista, que afeta profundamente outras regiões da terra(...) forma o Hemisfério neutro a equilibrar o outro hemisfério(...) Quão verdadeiramente profética foi a palavra de Canning sobre a sua obra, que foi obra também de Monroe: ‘chamei à existência um novo mundo para restabelecer o equilíbrio do antigo’. Os Estados, sem a Doutrina de Monroe, não teriam restabelecido este equilíbrio.*³²⁰

A partir deste texto, observam-se os interesses recorrentes de Nabuco pelas premissas contidas na Doutrina de Monroe. Destaque-se a necessidade dos Estados Unidos manterem a integridade e a defesa do seu território, a partir das primeiras décadas pós-independência, afirmando a separação de um mundo novo, o americano: “uma zona neutra de paz”, do continente belicoso, Europa, conforme entendia.

Acentue-se que Joaquim Nabuco tinha uma concepção da Doutrina Monroe que a atrelava a um eixo paradigmático de política externa norte-americana mantida durante um longo período da história americana, desde Monroe até Blaine, Roosevelt, Clay e Elihu Root. O monroísmo teria afastado os Estados Unidos da contaminação (...) *da política européia, no qual, sem ela (...) teríeis provavelmente sido induzidos a entrar.*³²¹ Finalizando, Nabuco entendia que a América seria (...) *um continente de Paz e esse colossal bloco pacifista, que afeta profundamente outras regiões da terra (...).* Tem pertinência observar que este mesmo conceito havia sido pronunciado no seu discurso de entrega de credenciais ao governo norte-americano, em 24 de maio de 1905. Igualmente, numa carta para Barbosa Lima, datada e 21 de

³¹⁹ Camões e Assuntos Americanos op. Cit. p. 466- Apud Helder Gordim da Silveira. p. 248

³²⁰ Idem. p. 249

³²¹ Idem. 249

julho de 1906, Nabuco o instava a apoiar a integração do Brasil a um (...) *núcleo sólido de paz e harmonia continental, a que todas as outras [nações latino-americanas] possam aderir...*³²² Ao tomar para si, esta interpretação de “zona de paz”, Nabuco possivelmente queria enfatizar, porém, sem declarar publicamente, a necessidade de proteção do território nacional. Ele pensava no interesse nacional do Brasil.

4.8-. A Diplomacia de Joaquim Nabuco. A Embaixada: 1905-10

Após os primeiros meses no “purgatório” em Washington, Joaquim Nabuco iniciou a sua adaptação à nova vida nos Estados Unidos: *E aqui é preciso ser americano como em Roma, romano.*³²³ E, no período seguinte a maio de 1905, ele adentrava, com surpreendentemente, desenvoltura, na vida diplomática da capital, enfrentando ainda nos primeiros meses de sua estada em Washington, um difícil caso diplomático, quando se viu forçado a desempenhar um papel controvertido na solução do incidente da canhoneira *Panther*. Instado por Rio Branco, o embaixador procurou um entendimento com o Departamento de Estado, atitude que seria injustamente tachada de pedido de socorro, pela imprensa brasileira. Os jornais acusaram Nabuco de ter ido pedir, intempestivamente, ajuda aos americanos, o que ele, parece não ter feito. A sua atitude esteve circunscrita a informar o incidente ao Secretário Elihu Root, de acordo com instruções que recebera de Rio Branco, conforme se poderá constatar pela leitura do seu telegrama de 16 de dezembro de

³²² Carta de Joaquim Nabuco a Barbosa Lima Sobrinho. 21 de julho de 1906. Cap. 37. Doc. 735 – Cehibra-Fundaj.

³²³ JOAQUIM NABUCO. *Diários*. Vol. II. p. 353.

1905, ao Barão.³²⁴ No entanto, a movimentação diplomática de Nabuco foi mal-interpretada pela chancelaria brasileira e o embaixador foi pressionado a apresentar explicações pela sua atitude. Diga-se que Rio Branco havia se precipitado com suas insustentáveis ameaças a Alemanha quando surgiu o incidente da canhoneira, como veremos mais adiante.

O entusiasmo que tomou conta de Joaquim Nabuco, após os emses iniciais em Washington também poderia ser explicado pela notícia da aprovação pelo Congresso brasileiro, do Acordo Aduaneiro assinado pelo Brasil e os Estados Unidos. Na ocasião da assinatura do tratado, Nabuco comentou: *‘ Imprensa e congresso repetem sempre Estados Unidos são nosso melhor freguês e nada³²⁵ recebem em troca. Não retaliará porém se tarifa não discriminou contra eles’³²⁶* Acrescente-se a existência de um conteúdo pessoal influenciando as suas concepções, isto é, a aproximação de Nabuco com o Presidente Theodore Roosevelt e com o Secretário Elihu Root. Destaque-se que bom entendimento entre o embaixador e o presidente tivera início com a impressão favorável despertada pelo embaixador, na cerimônia da entrega de credenciais. Igualmente, parece que o chanceler Elihu Root nutria admiração e simpatia pelas idéias de Joaquim Nabuco (...) *A idéia da ida de Root [ao Brasil] foi espontânea dele, mas essa espontaneidade resultou da sympathia e confiança que lhe inspirei no Americanismo do Brazil. (...) ³²⁷ Hoje, depois do jantar, o presidente*

³²⁴ Telegrama de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco. 16/12/1905: *Neste mesmo dia fui ao Departamento de Estado e não encontrando Mr. Root, informei do que havia acontecido ao sub-secretário Mr. Bacon - não lhe pedi de forma alguma que intervisse, nem mesmo com palavras ditas ao embaixador alemão no sentido de nos ver dada reparação completa. Preveni-o para o que pudesse ocorrer e para poder lhe compreender acção do nosso Governo. Metendo a porque a “Panther” estaremos em guerra com a Alemanha, e como o telegrama mesmo de V.Exa.deixou ver em tal emergência deveríamos poder contar com a opinião Americana. Telegrama: Foi hoje oficialmente anunciado na Câmara dos Deputados que o incidente da “Panther” não foi objeto de uma comunicação oficial do Embaixador do Brasil em Washington..ao Departamento de Estado. AHI.*

³²⁵ Idem. p. 356

³²⁶ Ibid.. p. 356

³²⁷ Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima. Washington, 19 de dezembro de 1905. Cap. JN. 35 doc. 688. 4g2.Cehibra- Fundaj.

*me disse que se eu não tivesse vindo a Washington, Mr. Root não iria ao Brasil, porque a resolução dele de ir proveio da impressão que eu causei nele.*³²⁸ Segundo se pode constatar pela nota em seu diário, Nabuco já desfrutava da confiança dos líderes norte-americanos: *'You can flirt with all, but I hope you will marry us'(*) eu a Root esta noite.*³²⁹ O certo é que foram interlocutores.

Em Washington, o embaixador Nabuco passou a desfrutar de prestígio a ser reconhecido no circuito intelectual e universitário estadunidense.³³⁰ Em fevereiro de 1906, 7 meses após assumir o posto, ele recebeu um convite para realizar uma conferência no *Lincoln Dinner*, em *Grand Rapids*, Michigan, cujo título era emblemático: “A influência de Lincoln no mundo”. A partir deste reconhecimento, Nabuco passaria a se convencer de que lhe era destinado um importante papel a ser desempenhado nos Estados Unidos. Ao seu prestígio como diplomata, somava-se o de homem de Letras. Em junho de 1906, ele anotou no seu diário:(...) *O presidente disse-me que minha estada em Washington marcava uma época não só nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil como entre os Estados Unidos e as nações todas do continente. Quis dizer com isso que eu muito concorri para fazer a América Latina adotar outra atitude para com os Estados Unidos: o exemplo do Brasil foi decisivo, não forçou somente, convenceu.*³³¹ Mas nem tudo era um “mar de rosas”.

4.9.- Dúvidas em Washington

³²⁸ *Diários*. vol. II. p.356

³²⁹ *Ibid.* p. 359

(*) “Você pode flertar com todos, mas espero que se case conosco”..

³³⁰ Ver Nota p. 128

³³¹ JOAQUIM ANBUCCO *Diários* vol. II .p. 365.

Na ocasião de sua chegada a Washington, Nabuco experimentou muitas vicissitudes e criticava a ausência de instruções de parte do chanceler Rio Branco.³³² Afirmava, surpreendentemente, que estava ainda tentando interpretar as razões do chanceler Rio Branco: (...) *não sei ainda o que se quis com tal decisão em Washington.*³³³ No decorrer dos meses finais de 1905, começariam aparecer os sinais da compreensão do papel que ele tentaria desempenhar nos Estados Unidos e das possíveis aproximações que haveria de fazer para apreender as formulações do ideário de Theodore Roosevelt e do seu projeto pan-americanista. Na edição do *Jornal do Commercio* de 23 de setembro de 1905,³³⁴ encontra-se a tradução de um artigo sobre as intenções pan-americanistas de Joaquim Nabuco: (...) *acerca da aplicação futura da doutrina de Monroe e as idéias do nosso embaixador nos Estados Unidos a respeito dessa doutrina.*³³⁵ A nota do *Jornal do Commercio* informa que: (...) *o artigo foi escrito em Washington pelo correspondente do [sic] Chicago Tribune naquela cidade, depois de sua entrevista com o Sr. Joaquim Nabuco.*³³⁶ Ao se referir à atuação de Roosevelt, o articulista dava a entender que o governo americano não colocava a questão da América Latina como prioritária, pois afirmava que o presidente estaria ocupado com as questões da guerra russo-japonesa e com os problemas europeus e esperava se livrar dos assuntos latino-americanos:

(...) *tem estado a trocar idéias com os Estados sul-americanos em relação aos meios a se empregar, no futuro, para fazer valer a doutrina Monroe.[...] Que o presidente tornar a América do Sul responsável pela execução dessa doutrina e deixar os Estados unidos livres dos cuidados que ela impõe. Se se puder conseguir que as nações do continente meridional possam defender a integridade do seu território, esse país ver-se-á aliviado não*

³³² Carta de Joaquim Nabuco Arquivo e Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco. Cehibra. Cap. 35. doc. 688.

³³³ JOAQUIM NABUCO. *Cartas a Amigos*. Vol. II. p. 202. 1949.

³³⁴ Nota: Artigo: *O Sr. Joaquim Nabuco e a Doutrina Monroe* in *Cadernos do CHDD*. Ano IV Volume 7 – 2º Semestre. 2005. pp. 263-3-4

³³⁵ *Idem*. p. 262

³³⁶ *Ibidem* . p. 263

*somente da necessidade de proteger o território sul-americano de agressões européias, como também entrará em uma fase de relações mais estreitas com estas repúblicas após o desaparecimento das invejas e suspeitas ora existentes.*³³⁷

É importante notar que no texto estão inseridas duas das concepções mais caras a Joaquim Nabuco. A primeira, a defesa do território nacional, das agressões européias e a segunda, o que soava mais grato ao Barão do Rio Branco, a posição de co-garante, de co-gerente da política pan-americanista na América do Sul. No texto do jornal há referências à posição de Joaquim Nabuco como interlocutor do presidente Theodore Roosevelt.³³⁸ No prosseguimento da matéria veiculada, o jornalista ainda informa que Roosevelt pensava em atribuir aos governos sul-americanos a tarefa para administrarem a adoção daquela política. Mais surpreendente ainda é a constatação de que o governo estadunidense não pretendia assumir a responsabilidade pela defesa da América do Sul. Se assim era, como estaria Nabuco convencido de que poderia o Brasil contar com os Estados Unidos para assegurar a defesa daquele território contra a ganância européia.

No curso da entrevista concedida por Nabuco ao *Chicago Tribune*, ele ressaltaria que (...) *A razão é esta ... Washington representa as idéias de independência e de liberdade política, de cuja combinação nasceram, uma após outra, todas as nações do novo mundo (...)*³³⁹. Igualmente, Nabuco enfatizava que os Estados Unidos, por meio da aplicação da doutrina Monroe, estariam dispostos a garantir a integridade e a independência das nações americanas. Note-se, ainda, que o embaixador do Brasil demonstrava sua visão de que havia um processo de internacionalização, ao qual os norte-americanos pareciam querer resistir: (...) *A política, como sabeis, está se tornando em toda parte cada vez mais internacional. O problema principal de todos*

³³⁷ Ibidem. p. 263

³³⁸ Nota: Ver *Diários*. Vol II. P. 358

³³⁹ Ibidem p. 263

*os países do mundo, exceto o vosso, é o problema estrangeiro.*³⁴⁰ Poderíamos indagar a que problema Nabuco estaria se referindo. Ao imperialismo europeu? Parece que sim, pois, ele se expressou nestes termos (...) *Embora isso fosse sempre assim, todavia, a gente do décimo nono século sentia-se mais garantida por trás das ficções do direito internacional que qualquer outra geração da história.*³⁴¹ Nabuco, ao acentuar ... *as ficções do direito internacional*, estava se referindo à jurisprudência Conferência de Berlim de 1885, em voga nos foros internacionais.

Evidentemente, ele procurava esclarecer que a inclinação monroísta do Brasil não representava um anti-europeísmo: (...) *Não encaramos absolutamente a doutrina de Monroe com o espírito de desconfiança ou de antagonismo para com a Europa.*³⁴² Neste particular, o diplomata Nabuco estava em harmonia com a política executada pelo chanceler Rio Branco, que tencionava manter uma diplomacia equilibrada entre a recente aproximação com os Estados Unidos, sem abandonar a tradição de ligação do Brasil com a Europa. Nabuco procurava refletir a propósito da existência do bloco Europa-África e Ásia, que se constituía num super-continente formado por nações colonizadoras e colonizadas, em que se incluíam as denominadas nações “fracas incapazes de se auto-governarem”. E, ele acrescentava (...) *para tão poderosa combinação, é bom que uma parte do globo permaneça fora dela como terreno neutral. É um imenso benefício para toda a humanidade.*³⁴³ Nabuco estendia a sua compreensão procurando interpretar a política monroísta, que, naquele período, estava sendo adotada pelo presidente Roosevelt. Nabuco mantinha a convicção de que as ameaças do Presidente Roosevelt deixava de fora, as nações cumpridoras dos seus compromissos, e, neste bloco, evidentemente, se

³⁴⁰ Ibidem. 263

³⁴¹ Ibid. p. 263

³⁴² Ibid. p. 263

³⁴³ Ibid.. 264

incluiria o Brasil. Quanto este ponto, vejamos o que Nabuco afirmava(...) *A declaração de que os Estados Unidos não protegerão as nações latinas de quaisquer medidas coercitivas, tomadas contra elas, quando essas medidas não transgridam a doutrina Monroe, uma nova afirmação da doutrina e, demais, trata as outras nações deste continente unicamente como devem ser tratadas, isto é, como nações soberanas.*³⁴⁴

Mais adiante, o embaixador Nabuco, em consonância com a linha de reflexão adotada pelo barão do Rio Branco, assegurava que o Brasil estava infenso aos problemas de intervenções norte-americanas, como as ocorridas em alguns países do Caribe,³⁴⁵ ressaltando que... *Isto não é, todavia, questão que preocupe muito o Brasil. Havemo-nos sempre de acordo com a responsabilidade inerente as uma nação livre e submetemo-nos às conseqüências da nossa conduta, como faz toda nação livre. Toda e aquela outra concepção seria fatal ao sentimento de responsabilidade e, portanto, ao caráter nacional.*³⁴⁶

Veja o leitor, que no final da entrevista, nota-se uma evidência da concepção de Joaquim Nabuco no que tange à sua visão de política estratégica: (...) *Não temos para nós a doutrina Monroe como garantia de irresponsabilidade: mas, pelo contrário, como tornando as nações, que ela une, duplamente responsáveis perante o direito internacional. A nossa concepção de monroísmo pode ser assim definida: ‘Não temos dominadores estrangeiros’. É bem diverso desta fórmula: ‘Teremos a*

³⁴⁴ Ibid.. 264

³⁴⁵ “Não vejo motivos para que as três principais nacos da América do Sul, o Brasil, o Chile e a Argentina – se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt(...) ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer “bom uso da sua independência”(...) As outras s Repúblicas latino-americanas que se sentirem ameaçadas pela’ política internacional ‘ dos Estados Unidos tem o remédio em suas mãos: é tratar de escolher governos honestos e previdentes e, pela praz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força” apud. PAULO PEREIRA Op. Cit. P.2

³⁴⁶ Ibidem. p. 265

*liberdade de zombar dos mandamentos do direito internacional'. Respeitamos muito estes mandamentos.*³⁴⁷

Ainda em relação à matéria, chamamos a atenção para as palavras de Joaquim Nabuco que exprimem um cuidado para não se confundir a adesão ao monroísmo, como uma forma de submeter a independência e a autonomia do Brasil ou das demais nações Latino-americanas, aos desígnios e à controvertida política exterior do presidente Theodore Roosevelt. O que Nabuco sustentava como alternativa, era a formação de um bloco independente da Europa, sob a liderança dos Estados Unidos, e, também, propugnava por um projeto de estratégia diplomática mútuo-defensiva que afastasse quaisquer ações de re-colonização, (...) *Para nós a escolha está entre o monroísmo e a recolonização européia. O equilíbrio dos dois mundos não permite mais a existência de nacos isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem, e a única proteção da América é o sea-power que só os Estados Unidos tem nela. Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir.*³⁴⁸ O embaixador Nabuco pensava que no tema se inseria o objetivo pan-americanista dos Estados Unidos, que, no entendimento do embaixador, seria também o de assegurar a formação de um bloco que poderia se opor ao imperialismo europeu, cujos projetos, para garantir a integração dos continentes submetidos à sua dominação, tinham por objetivo interligar os continentes submetidos, implantando as ferrovias Berlim - Bagdá e Cairo - Cidade do Cabo.³⁴⁹ Para equilibrar este poderio, do lado das Américas, se propunha a construção da ferrovia Pan-americana³⁵⁰ como uma forma de integração continental. Parece que diante de cenário internacional, à época,

³⁴⁷ Ibidem p. 265.

³⁴⁸ NABUCO, Joaquim. *Diários vol. II*. pp. 346-7. Rio de Janeiro: Recife; Bem Te Vi Produções Editoriais/Editora Massangana. 2005.

³⁴⁹ JOAQUIM NABUCO, *Diários*. Vol II. p.

³⁵⁰ HALPERIN DONGHI. *Op. Cit.* 171

Nabuco não atentava para os desígnios evidentemente pragmáticos dos estadunidenses, isto é, a implantação de um “projeto pan-americanista”, sem alianças formais entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, porque o empenho estadunidense visava, principalmente, promover o avanço de suas ambições comerciais nesta região do globo.

Em Washington, Nabuco percebendo o que os Estados Unidos já representavam no concerto internacional e do papel estratégico que desempenhavam, passaria a arquitetar com desenvoltura e, até, com independência, um projeto que objetivava uma *instrumentalização do monroísmo*, no qual estava contido o seu propósito patriótico de assegurar a defesa e a integridade do território brasileiro. Isto é, o Brasil, na qualidade de possível co-garante do pan-americanismo, se utilizaria dos postulados do monroísmo rooseveltiano, para se defender e liderar as nações sul-americanas. Em troca, receberia o apoio irrestrito dos estadunidenses à manutenção da integridade territorial. Mas, também é verdade que ele tencionava fazer a propaganda para que as nações latino-americanas se amoldassem ao modelo de civilização dos norte-americanos. Porém, ressalta-se uma contradição no pensamento pan-americanista de Joaquim Nabuco, após os primeiros contatos diplomáticos na capital. Ele pretendia realizar um projeto diplomático ambicioso, e, embora se orgulhasse do seu prestígio: (...) *Minha posição aqui, “com seu apelo a Mr. Root”, disse-me o O’Laughlin, ‘ o senhor elevou a posição do seu país aqui à primeira classe’*(...) estava ciente de que não possuía autonomia para conduzir uma política independentemente da Chancelaria brasileira ... *Não sei que apreço o Rio Branco terá dado a esse meu trabalho preliminar, tão bem sucedido que semelhante*

movimento veio espontaneamente (sic) e ao secretário de Estado. ³⁵¹ Nabuco tinha consciência de que (...) *a política tem que ser feita no Rio.* No entanto, tentava implantar uma estratégia de política externa que, talvez, pudesse ser encampada pelo governo brasileiro e utilizada para construir uma aproximação entre os dois países, aproveitando-se da determinação monroísta dos americanos (...) *Gozar de uma vantagem como o Monroísmo sem o reconhecer é mesquinhez.* ³⁵²

Nos meses seguintes à sua chegada a Washington, embora já estivesse se enfronhando para colaborar na preparação da III Conferência pan-americana, prevista para ser realizada em 1906, no Rio de Janeiro, Joaquim Nabuco ainda se ressentia da ausência de instruções de parte do Chanceler Rio Branco: (...) *Desejo que o Root se encontre com Afonso Pena. Até hoje o Paranhos não me escreveu uma linha e eu tomo como instruções a declaração que lhe fiz muitas vezes, que ele, se quisesse criar uma política americana, me mandasse para cá.[...].* ³⁵³ Na ocasião, ele se mostrava inquieto com a possível ausência de sintonia que poderia se verificar entre o seu discurso monroísta ³⁵⁴ e o da Chancelaria brasileira ³⁵⁵, quando da programada visita de Elihu Root ao Brasil. Vejamos (...) *Por ocasião da visita do secretário de Estado o Embaixador desaparece e ele se acha frente a frente com o presidente – com os dois presidentes, pois o que lhe diga o que então estará a sair só terá real valor endossado pelo que estará a entrar, e se a linguagem do governo não for tão calorosa e convencida como a minha, a visita será uma decepção.* ³⁵⁶

Desejava que o governo fosse tão entusiástico do pan-americanismo quanto ele, e,

³⁵¹ Carta de Joaquim Nabuco para Oliveira Lima. Washington, 19 de dezembro de 1905. Cap. 35 doc. 688 4g2-Cehibra Fundaj

³⁵² JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. ii. P. 347

³⁵³ Idem. p. 347

³⁵⁴ JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. II p. 347

³⁵⁵ Ofício de Joaquim Nabuco para o Barão do rio Branco. Datado de 23/dezembro/1905- AHI.

³⁵⁶ JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. II p. 347.

acrescentava (...) *Eu não ir é tirar importância política da visita*³⁵⁷, incomodado pela falta de notícias do Brasil e com a incerteza quanto vir a ser autorizado por Rio Branco, a viajar para o Rio de Janeiro, a fim de se fazer presente na conferência, em 1906.

Contudo, ainda devemos salientar que situação pessoal de Nabuco em Washington, nos seus primeiros meses, era incômoda e a isto se acrescentava o aparente descaso de Rio Branco, proposital ou não, para com os seus esforços inaugurais junto ao governo estadunidense. Entre as principais iniciativas, encontrava-se a da realização da Terceira Conferência Pan-americana que tinha como objetivo uma maior aproximação entre os dois países em torno da doutrina monroista: (...) *Se a política americana não for resolvida aí com a visita de Mr. Root, eu me sentirei mal em Washington, a não vir outra esperança em futuro próximo.*³⁵⁸ No decurso dos primeiros meses, embora já se ambientando, era evidente a insatisfação de Joaquim Nabuco em relação à vida na capital estadunidense (...) *Meu moral é que está hébété [abestalhado] com a mudança, não vejo claro. Parece-me claro que com toda a boa vontade não poderei ficar senão pouco tempo(...). Não quero blasfemar, mas nunca, nunca na minha vida, passei um tempo igual, isto é, vi-me por tal forma fechado em uma situação da qual não sei como sair. Meu desejo, meu ardente desejo, é que me solte, me dê liberdade, me deixe viver o resto dos meus dias em uma atmosfera menos oficial e estranha do que esta. (...)*Suponho , portanto, que não ficarei mais do que esta administração.³⁵⁹ Impacientando-se ainda mais, em 13 de junho de 1905, portanto, menos de um mês

³⁵⁷ Idem. p. 347

³⁵⁸ Ibidem. p. 347

³⁵⁹ JOAQUIM NABUCO. Op. Cit. P. 352

após apresentação de credenciais ao governo estadunidense, Nabuco fazia planos para deixar Washington, em breve:

Devemos contar com um ano de Washington, depois licença e a remoção, ainda que eu vá sozinho, ou só contigo e Carolina, ao Brasil para obtê-la. [...] Não faço plano algum de demorar-me neste país.³⁶⁰ Preços excessivos, clima intolerável, alimentação péssima e nenhuma adaptação possível; (...) Não vejo nada que eu possa fazer aqui. O que há de fazer é durante anos e anos seguir a mesma política e para esta diplomacia puramente social ou estética, em que se precisa mais um marco do que outra coisa, não me sinto o mais próprio no meu estado de saúde. (...) A minha vida desde que cheguei é uma luta contínua comigo mesmo para não deixar este posto... É somente pelos filhos que o não faço.³⁶¹

Nos primeiros tempos em Washington,³⁶² Nabuco ainda se mostrava confuso (...)*não vejo nada claro quanto à minha permanência aqui.[...] Estou com medo de ter feito uma grande tolice aceitando este posto, uma grandíssima tolice da qual me custará muito tirar-me com vantagem.*³⁶³ Mas, emendava ... *Não nomearam um autômato, nem um antimonroísta.*³⁶⁴ Nos meses seguintes a maio de 1905, Joaquim Nabuco, pouco e pouco, se ambientava na capital norte-americana e iniciava um relacionamento que, mais tarde, se transformou numa sólida amizade com o chanceler estadunidense, Elihu Root. Graça Aranha, num texto famoso, assinala a mudança: *No tempo de sua missão em Washington eram Roosevelt presidente e Elihu Root secretário de Estado. Estes três homens entenderam-se e ligaram-se.* Nabuco chegava a afirmar que ... *Há sínteses de Root que deviam ser cunhadas em medalhas de ouro...* Enfim, personalidade de Root, um espírito refinado, se diferenciava do tipo psicológico de Roosevelt ... *combatente, lutador, ousado e meio bárbaro ...* Eram tipos diferentes, mas

³⁶⁰ Idem. p. 354

³⁶¹ JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. II. P. 354

³⁶² “Esta manhã procurou-me em New York, Mr. Barrett, Ministro americano nomeado para Bogotá. Disse-me ter estado ontem com o presidente e que este lhe dissera que não deixasse de travar conhecimento comigo. É um colecionador de legações sul-americanas e um monroísta convicto, entusiasta. Acha que há maior corrupção nos Estados Unidos que na América do Sul.”. *Diários* vol. II - p. 338

³⁶³ JOAQUIM NABUCO *Diários* vol. II p. 351

³⁶⁴ Apud Maria Helena Castro Azevedo. *Opc. Cit.* p. 123

se completavam. Joaquim Nabuco ficou embevecido com as atenções que o novo cargo lhe proporcionava e pela aproximação com aqueles estadistas e ... *foi fascinado por ambos.*³⁶⁵

Os textos do seu diário demonstram que Joaquim Nabuco não possuía um plano de ação diplomática, nem havia se preparado para sua vida profissional em Washington e, possivelmente, não tinha sido oficialmente informado pela chancelaria brasileira dos detalhes a respeito do projeto pan-americanista de Rio Branco. Ao lado de seu mal-estar físico e psicológico, além das agruras financeiras, ele não enxergava qual seria sua tarefa, nem o que a diplomacia brasileira esperava dele. Premido por problemas pessoais, à sua chegada na capital dos Estados Unidos, Nabuco não conseguiu pensar de modo produtivo sobre assuntos de Estado. Porém, ao se passarem os primeiros meses, ele iniciaria, com evidente disposição, o seu projeto diplomático, com o qual encerraria sua vida pública.

É difícil compreender certas afirmações de Joaquim Nabuco, naquele tempo. Por exemplo, ele afirmava desconhecer os propósitos de sua missão em Washington. Então, como se explicaria que logo após os primeiros seis meses de sua chegada a Washington, ele tenha se convertido em um defensor do *pan-americanismo*. É verdade que ele, desde há algum tempo, revelava o seu interesse pela Doutrina Pan-Americanista, (...) *Rio Branco me quer lá (...) terei portanto que ir estudando desde já a doutrina Monroe.*

³⁶⁶ Porém, conforme mencionamos, somente depois do desfecho da Questão da Guiana Inglesa, Nabuco passou a se mostrar mais atento no que concerne à formulação de uma estratégia de política externa. Em 1904, ao receber o telegrama do Barão do Rio Branco, indicando-o para exercer o cargo de primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos,

³⁶⁵

³⁶⁶ Carta de Joaquim Nabuco ao Barão de Albuquerque, 05/01/1905(*Cartas a Amigos*, vol. ii, p. 199. (1949)

Nabuco escreveu ... *Esta manhã um terremoto, o telegrama do Rio Branco oferecendo-me Washington. Vou pensar muito antes de responder.* ³⁶⁷

Ademais, aqui ocorre uma dificuldade na compreensão do pensamento de Joaquim Nabuco, pois as notas dos seus *Diários*, dos meses que antecederam a sua apresentação ao presidente Theodore Roosevelt, não contêm reflexões sobre os projetos a respeito da importância do seu cargo, assim como ele não expressava um entendimento claro no que concerne ao papel dos Estados Unidos e à nova estratégia diplomática encetada pelo Barão do Rio Branco.

A lacuna em seus escritos dificulta o entendimento dos motivos pelos quais Nabuco teria se convencido, tão profundamente, em promover, mesmo com as reticências e o silêncio do Barão do Rio Branco, uma ação diplomática, quase independente, em Washington. Em 22 de junho de 1905, o embaixador ainda se mostrava irritado com o novo posto, reclama do custo de vida em Washington, e confessava (...) *se o governo me der meios, irei ficando até poder renunciar.* ³⁶⁸ Sim, Nabuco pensava em abandonar a embaixada. Contraditoriamente, o seu discurso de apresentação ao presidente Theodore Roosevelt, em 24 de maio do mesmo ano, se constituía num plano de ação estratégica em que se destacariam o seu apreço pelo monroísmo e pela posição de liderança dos Estados Unidos nas Américas no mundo e propunha a manutenção de um certo isolacionismo que protegesse o continente americano da ameaça bélica européia. Vejamos uma frase síntese daquele texto... *Votos do Brasil são por aumento da influência moral dos Estados Unidos qual se revela pela existência pela primeira vez no mundo de uma vasta zona neutra de paz e livre competição humana.* ³⁶⁹

³⁶⁷ JOAQUIM NABUCO *Diários* vol. II. p. 324

³⁶⁸ JOAQUIM NABUCO *Diários* vol II. P. 332

³⁶⁹ JOAQUIM NABUCO *Diários* vol. II. p. 329

Em 30 de julho de 1905, Nabuco exibia um claro afastamento de suas dúvidas iniciais das primeiras semanas em Washington e igualmente evidenciava as suas expectativas em relação aos desdobramentos futuros das relações Brasil - Estados Unidos (...) *Trabalharemos para juntos tentar aproximar nossos dois países o máximo possível, no verdadeiro espírito da unidade americana.*³⁷⁰ Alguns meses mais tarde, numa carta ao secretário Elihu Root, referindo-se a uma entrevista que concedera a um jornal norte-americano, Nabuco procurava enfatizar sua fé monroísta:

*(...)Permita-me enviar-lhe a entrevista que tive com ele e que o meu governo enviou agora para todas as nossas legações, bem como para esta Embaixada. Ela conduz à Doutrina Monroísta. Uma coisa ela mostra bem, a cordialidade dos nossos sentimentos com relação aos Estados, nossa consciência e gratidão para com ele, pois eles são a única defesa visível do vosso sistema Americano Independente.*³⁷¹

No decorrer do ano de 1905, apesar do mal-estar que ainda lhe despertava a capital americana e ressabiado diante das transformações pelas quais passaram os Estados Unidos nas últimas três décadas, o embaixador Nabuco anotaria em seu diário (...) *Como mudou esse país! Como é diverso do que era! Todos mudaram, é certo, mas não com tanta fúria e de modo tão completo. Por ora, só vejo aqui um Noé, o presidente; no mais o dilúvio dos trustes, isto é, do dinheiro.*³⁷² Ainda que esta nota contenha uma crítica à sociedade de competição nos Estados Unidos, também demonstra que se tratava de veras de um outro país, diverso daquele que Joaquim Nabuco conhecera em meados dos anos de 1870. O seu encontro com uma sociedade americana transformada pela rápida industrialização, haveria certamente de influenciar a formulação do seu

³⁷⁰ JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. II. p. 333-4

³⁷¹ Carta de Joaquim Nabuco para o Secretário Elihu Root. Cehibra -Fundaj Arquivo Joaquim Nabuco. Nº acesso 4884 [CA P34 DOC 671].

³⁷² JOAQUIM NABUCO. *Diários* vol. II p. 354

pensamento americanista. Graça Aranha que o conhecia intimamente, procurou interpretar a inflexão do pensamento de Nabuco:

*o homem de ação despertou em Joaquim Nabuco. A melancolia, a tristeza, a nostalgia mesmo foram calcadas ao fundo da alma, e o que fulgurou desde logo foi um brilho ascendente de todo o ser, um movimento em que a harmonia essencial do espírito obedeceu à influência do acelerado ritmo americano. Nabuco multiplica-se. Todo ele parecia querer absorver a força do novo mundo e transforma-la em luz intelectual vinda do inconsciente latino. É um pensador político que descortina no horizonte a tragédia das nações que dez anos depois encheu de pavor o mundo.*³⁷³

Nas cartas datadas dos princípios da sua ação diplomática, Nabuco comentava com entusiasmo a personalidade do Secretário Elihu Root. Entusiasmava-se com os artigos que lhe eram favoráveis, veiculados na imprensa norte-americana:

*Acabo de ler o seu artigo ao meu respeito, assinado pelo senhor, é para mim um magnífico testemunho para no futuro considerar, quando tiver que lembrar a minha permanência aqui. A nossa entrevista, pelos vistos, agradou tanto ao Governo que foi enviada como circular a todas as nossas legações. Sim o Sr. Root é um homem encantador e cativante e nenhum presságio poderia ser tão bem vindo para mim quanto esse este seu de que ele iniciou uma amizade comigo (ou fui eu com ele?).*³⁷⁴

Com o passar do tempo, Joaquim Nabuco se afirmava no seu posto, já sondando o terreno com o objetivo de exercer sua liderança entre os diplomatas sul-americanos pois naquela ocasião, nenhum deles detinha o título de embaixador, e, assim sendo, não poderiam ter acesso direto ao presidente da república, Theodore Roosevelt. Enquanto isto, Nabuco se movimentava, não perdia tempo, procurava angariar o apoio do

³⁷³ GRAÇA ARANHA. Obras Completas. p. 723

³⁷⁴ Carta de Joaquim Nabuco para Sr. O'Laughling. Arquivo de Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco Cehibra – CAP. 34. doc. 672 .

chanceler Elihu Root para suas idéias. Por exemplo, fazia críticas ao formato da composição da Assembléia Pan-Americana, que dava um voto a cada membro:

*Digo-lhe francamente que no momento a nossa Assembléia não tem estrutura proporcional. É um sistema onde os corpúsculos (átomos) têm a mesma representação ou expoente como o próprio sol, é claro que a individualidade de cada corpo deve ser notável nele, mas uma vez que os votos são contados apenas, e não pesados, isto é; sem qualquer significação de proporção introduzido neles, não haverá veracidade e por essa razão nenhuma vida no negócio. Teria uma imagem (imitação) não um organismo.*³⁷⁵

O embaixador, enquanto procurava compreender o seu papel de “líder” diplomático nos Estados Unidos, tratava do problema do distanciamento dos Estados Unidos em relação à América Latina, intentando compreender um novo significado para a sua missão diplomática em Washington: (...) *Nada foi feito até agora para interessar este País na América Latina, nem a América Latina a este País, como gente destinada a um patrimônio comum (direito de progeneração) da civilização, a uma mesma Lei Pública Internacional.*³⁷⁶

Nos primeiros meses do ano de 1906, Joaquim Nabuco movimentava-se com indiscutível liberdade e tentava oferecer uma colaboração mais substancial, para a organização da III Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro. Numa carta a Elihu Root, o embaixador reitera o seu conceito de Pan-americanismo, o qual está fundado, segundo suas palavras, na posição de liderança dos Estados Unidos dentre os países americanos, que poderiam regar a planta latino-americana que cresceria à sombra do pan-americanismo:

³⁷⁵ Carta de Joaquim Nabuco ao Secretário de Estado Elihu Root. Arquivo e Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco Cehibra. Cap. 34. doc. 673.

³⁷⁶ Carta de Joaquim Nabuco ao Sr. Shannon. Arquivo de Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco Cehibra. Cap. 34. doc. 678.

Com relação à América o maior serviço prestado pela Doutrina Monroe é a da liberdade garantida para o desenvolvimento das forças de cada nação americana sem violências externas e impestificáveis, cada País americano pode atingir o ápice da cultura sob a sombra desta “doutrina” que teve na história das idéias políticas um destino raro e surpreendente. Raramente foi visto uma simples “Doutrina” ou princípio alterar o rumo de outras correntes consideradas mais naturais, e para a simples expansão das nações fortes, para a eliminação das mais fracas, para a ocupação de regiões inabitáveis, que era a teoria dominante desde que as descobertas dos séculos, progrediram, na América pelo menos, o princípio de respeito à independência e soberania de todas as nações, um princípio que a Inglaterra atuou com Canning e só foi abandonada depois da guerra com o Transvaal, mas a América do Sul pode ver sem alarme a transformação da Política Inglesa, visto que a doutrina Monróica não é uma abstração: tem o seu fundamento principal na prodigiosa ascendência dos Estados Unidos.³⁷⁷

Conclui-se, pela leitura do texto, que Joaquim Nabuco entendia o pan-americanismo como um projeto inteiramente norte-americano, e que as nações sul-americanas deveriam aderir àquela política, para auferirem da “prodigiosa ascendência dos Estados Unidos”. Neste texto, essencial para uma compreensão da mudança do pensamento de Joaquim Nabuco, poucos meses após ter assumido o seu posto em Washington, também se constata a demonstração da confiança do embaixador na política externa dos Estados Unidos. Nisto se subentende que ele desejava uma aliança tática com os norte-americanos, o que poderia, a seu ver, proporcionar a necessária segurança ao Brasil e às demais nações latino-americanas:

A América latina não tem nada a temer da América Anglo-Saxônica. Os Estados Unidos são uma nação de origem inglesa, que herdou os princípios ingleses favoráveis à civilização de outros países. De fato, o sentimento de individualismo é tão profundamente arraigado na raça que o Imperialismo Inglês ou Norte-Americano(sic). Se este último surgir, não poderá ser nunca da mesma espécie do Imperialismo latino ou

³⁷⁷ Carta de Joaquim Nabuco para Elihu Root. Arquivo de Joaquim Nabuco . Fundação Joaquim Nabuco Cehibra. Cap. 35. doc. 702.

Germânico que destruí tudo para construir com as incompatibilidades mais irreconciliáveis o mesmo tipo de Estado em todas as regiões do mundo.

Em nada, absolutamente nada, na política dos Estados Unidos poderá ocasionar inquietação à(sic) sentimento nacional dos outros países americanos, longe disso, eles apenas têm encontrado na preponderância da 1ª nação do Continente, esteio para os seus motivos e aspirações, se alguma vez algum país se mostrou desgostoso com a República Americana foi quando o Presidente Roosevelt proclamou que a doutrina Monróica não poderia servir de bandeira à política de malogros nacionais e piratagens internacionais.³⁷⁸

Encontra-se no texto, igualmente, todo um projeto de entendimento com os norte-americanos³⁷⁹ e a sua convicção de que os estadunidenses não teriam planos colonialistas para a América do Sul. Neste aspecto, conforme já mencionamos, o pensamento de Joaquim Nabuco se aproximava das convicções do Barão do Rio Branco que não se mostrava preocupado com as intervenções dos Estados Unidos, no Caribe. Pelo contrário, o Chanceler as apoiava. E nem por isso, foi acusado de *too american*, como o epíteto que se pregou a Nabuco, por força de campanhas na imprensa empreendida pelos seus adversários, como Oliveira Lima. O embaixador Nabuco, no entanto, não esclarecia quais as necessidades políticas e de segurança que os Estados Unidos teriam para firmarem uma aliança com o Brasil. Este ponto delicado do relacionamento diplomático entre os dois países parece nunca ter constado da agenda dos norte-americanos. Talvez, exclusivamente por estratégia. Por seu lado, o Secretário de Estado, Elihu Root, evitando ofender os argentinos, negava qualquer referência à possibilidade de se celebrar uma aliança *preferencial* com o Brasil.³⁸⁰ Entretanto, ao mencionar, capciosamente, em conversas com o embaixador do Brasil com a possibilidade de um entendimento preferencial, o diplomata americano procurava

³⁷⁸ Carta de Joaquim Nabuco para Elihu Root. Arquivo de Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco. Cehibra. Cap. 35 doc. 702.

³⁷⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Elihu Root. 16/11/1905. Cehibra – Fundaj. Cap. 34. doc. 671 a4g2.

³⁸⁰ STEPHANIE DENNISON Op. cit. p. 173

agradar o governo brasileiro e desse modo também seduzia o seu representante em Washington.

Permaneceriam no país, dúvidas a respeito do papel que o Brasil poderia vir a desempenhar, na qualidade de um co-garante do monroísmo de Theodore Roosevelt. E nisto se constituía a expectativa que sensibilizava Rio Branco, isto é, a de que o Brasil pudesse manter a sua influência como nação líder na América do Sul, neutralizando o nosso inquieto vizinho, a Argentina. E no que se refere à questão do *apaziguamento* das nações caribenhas, serviço que Roosevelt cumpriu com eficácia e tacaie, a atitude do chanceler Rio Branco era bastante diplomática, isto é, eximir-se de não intervir nos problemas entre os Estados Unidos e os pequenos países insolventes da América Central e Caribe.

4.10- O Barão Rio Branco e o Incidente com a Canhoneira *Panther*, 1905

As relações dos países da América do Sul com as potências européias nos anos de 1890/1900 permaneciam sob tensão. A intervenção européia e norte-americana nos assuntos internos brasileiros na Revolta da Armada em 1893-4, a ocupação da ilha da Trindade em 1895, pelos ingleses; a questão do bloqueio da Venezuela, 1902, em vista da pressão de países europeus pela cobrança de dívidas, e o incidente da canhoneira *Panther*, no litoral brasileiro, em 1905, se constituíram em ações que poderiam ameaçar a região. No Brasil, o governo e a imprensa, na ocasião da crise com a Alemanha, consideravam que a estratégia de política externa do Kaiser Guilherme II tinha os olhos

voltados para as terras da nossa região Sul³⁸¹ e que territórios brasileiros já constariam de mapas oficiais, como parte do Império do Kaiser.³⁸² Alguns jornais, naquela ocasião, também estamparam editoriais sobre o “perigo alemão” .³⁸³ Muitos temiam que colonos alemães se unissem para desencadear um movimento separatista, na região sul do Brasil. O incidente com a canhoneira *Panther*³⁸⁴ desencadeou manifestações públicas nas grandes cidades brasileiras e uma campanha na imprensa. O desembarque de soldados alemães no porto de Itajaí reacendeu as preocupações do governo, e inquietou o ministro Rio Branco e os nacionalistas brasileiros. Porém, esse episódio que comprometeu as ações diplomáticas de Joaquim Nabuco nos primeiros meses de sua estada em Washington, mereceria alguns estudos e análises, objetivando uma maior esclarecimento dos fatos, muito graves, que desencadearam uma reação excessiva do ministro de relações exteriores do Brasil.

O Barão do Rio Branco que usualmente procurava se promover e aparecer na imprensa, teria visto no episódio uma chance para se mostrar como o salvador da pátria. A ação deliberada do Chanceler brasileiro quase provocou um conflito de

³⁸¹ Álvaro Lins, no seu livro *Rio-Branco Biografia* escreveu que havia a suspeita de que os grupos de origem germânica, estabelecidos no território brasileiro, algum dia, levantassem bandeira do separatismo. LINS, 1995, P. 328.

³⁸² ARANHA, José Pereira da Graça. *Obras Completas. Machado de Assis e Joaquim Nabuco*. P.698. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

Nota: “Por longo tempo a situação internacional do Brasil, a nossa integridade territorial e portanto nossa independência política estiveram ameaçadas. Eduardo Prado viu o perigo americano que passou, viu o perigo inglês, que Nabuco desviou naquele momento, e viu também o perigo alemão. ‘Quanto à Alemanha, diz precisamente, em 8 de abril de 1899, o escritor patriota, é por demais sugestivo aspecto da costa do Brasil no célebre Atlas de Stieler. Para o sul há dezesseis pontos sublinhados de amarelo. Ao, segundo as convenções daquele repertório cartográfico, que é o de mais autoridade na ciência da geografia, a cor amarela quer dizer domínio, ou pelo menos, zona de influência da Alemanha’.”

³⁸³ Caernos do CHDD. Ano IV. Número 7 – 2º semestre de 2005, p.p. 294-6

³⁸⁴ NABUCO, *Joaquim Diários 1876 – 1910*. p. 233 . Rio de Janeiro, Recife: Editora Bem-Te-Vi/Editora Massangana. 2005.

Telegrama de Rio Branco a Nabuco: 9.xxi.1905:”Marinheiros canhoneira alemã *Panther*, dirigidos por oficiais[à] paisana, madrugada 27 de novembro, desembarcaram Itajaí, obrigaram dono Hotel Comércio entregar-lhes jovem alemão Steinoffer, refratário serviço militar[e] levaram-no preso para bordo. É o que resulta do inquérito. *Panther* entrou ontem no Rio Grande onde estará dias. Trate de provocar artigos enérgicos[dos] monroístas

consequências imprevisíveis entre um país periférico e com forças militares despreparadas e sem equipamentos, o Brasil, e uma nação hegemônica, a Alemanha, a principal potência do globo, naquele tempo.

Paranhos Júnior sabia, desde 10 de dezembro de 1905, que ... *Steinhof não fora preso, nem estivera a bordo da Panther.*³⁸⁵ Porém, levado pela pressão popular, o Barão do Rio Branco exigiu um ato espontâneo de explicação do Governo alemão, ameaçando com um rompimento das relações diplomáticas. Não tendo obtido resposta, desencadeou uma operação de guerra, enviando para perseguirem a canhoneira *Panther*, os Cruzadores *Barroso*, *Benjamin Constant* e *Tamandaré* e, mais tarde, o *Floriano*. As condições dessas navios eram lamentáveis, o *Barroso* teve que regressar por falta de combustível.³⁸⁶ Nenhuma teria meios de por a pique a *Panther*. A pressão se elevou e *praticamente todos os barcos úteis da Marinha brasileira [estavam] no encalço da Panther.*³⁸⁷

Paranhos Junior arrastado pelos acontecimentos e pela pressão popular e da imprensa que ele parecia não querer controlar, apelou para Joaquim Nabuco, instando-o para que se apressasse e utilizasse seus contatos com o governo americano para suscitar uma intervenção no caso e, igualmente, instruía Nabuco para que influenciasse a imprensa americana para que publicasse artigos, vinculando a Doutrina Monroe ao problema a fim que se pressionasse o governo de Washington a se contrapor à “invasão” alemã. Excedendo-se, Rio Branco reclamava o preso, que se não fosse entregue pelos alemães, a recusa resultaria no afundamento da *Panther* por navios brasileiros seguida de uma

³⁸⁵ PEIXOTO, Amado Renato. O Caso Panther. As Influências Recíprocas entre a Política Interna e Política Externa: o ‘caso Panther’. In Renata César de Oliveira. (org.) Lições de Relações Internacionais.

³⁸⁶ PEIXOTO, Amado Renato. O Caso Panther. As Influências Recíprocas entre a Política Interna e Política Externa: o ‘caso Panther’. P. 5. In Renata César de Oliveira. (org.) Lições de Relações Internacionais.

³⁸⁷ PEIXOTO, Amado Renato. O Caso Panther. As Influências Recíprocas entre a Política Interna e Política Externa: o ‘caso Panther’. . In Renata César de Oliveira. (org.) Lições de Relações Internacionais.
R

declaração de guerra ao Império Alemão.³⁸⁸ O chanceler enviou um telegrama com termos duros para o embaixador Joaquim Nabuco. No texto, o ministro afirmava que ... *Marinheiros canhoneira alemã Panther, dirigidos por oficiais[à] paisana, madrugada 27 de novembro, desembarcaram Itajaí, obrigaram dono Hotel Comércio entregar-lhes jovem alemão Steinoffer (sic), refratário serviço militar[e] levaram-no preso para bordo. É o que resulta do inquérito. Panther entrou ontem no Rio Grande onde estará dias. Trate de provocar artigos enérgicos[dos] monroístas.*³⁸⁹

A situação alarmou Joaquim Nabuco. Além de ter sido informado que barcos brasileiros estavam no encalço da *Panther*, o que poderia resultar num estopim para desencadear uma guerra entre os dois países, o embaixador também estava a par das informações que circulavam em Washington, sede de tantas representações diplomáticas.

Na ocasião, Joaquim Nabuco concluiu que se tratava, na verdade, de um gravíssimo incidente, uma “invasão” do território nacional por tropas estrangeiras o que resultaria na conseqüente reação brasileira. Apressou-se, então, para cumprir ordens e buscar apoio da imprensa, da elite política e do governo norte-americano para o Brasil que fora ameaçado pela Marinha alemã. O Secretário de Estado, Elihu Root, agiu rapidamente, entrou em contato com o embaixador alemão. Da reunião acertou-se que o governo alemão soltaria uma nota de desculpas.³⁹⁰

Pode-se concluir que Joaquim Nabuco orientado pelo chanceler Paranhos, agiu corretamente. Conseguiu o apoio do governo americano e a promessa de uma resposta da Chancelaria alemã. Porém, a sua atitude foi mal compreendida e, mais tarde, recebeu duras críticas do Rio Branco, que afirmava ter Nabuco buscado uma intervenção do

³⁸⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama de Rio Branco a Joaquim Nabuco, de 8/12/1905. Rio de Janeiro: UniersiCidade Editora, 2004, vol I. p. 5

³⁸⁹ Cadernos do CHDD Ano IV. Volume 7 – 2º Semestre. p. 283. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática da FUNAG.. 2005.

³⁹⁰ Arquivo histórico do Itamaraty. Ofício da Embaixada do Brasil em Washington, 16/12/1905.

governo estadunidense, sem que tivesse sido autorizado para tanto. Nabuco terminaria sendo obrigado a se retratar e, de certa maneira, foi humilhado pelo Chanceler. No entanto, Rio Branco havia se precipitado e enviado um telegrama exagerando a crise e pressionando o embaixador Nabuco, sem ter tido, antes, examinado as diversas versões a respeito do incidente *Panther*. Mas, com o passar dos dias, e após analisar os diversos relatórios, depoimentos e noticiais de jornal, o fato ficou esclarecido, como veremos mais adiante nos anexos da Circular de 31 de dezembro de 1905, remetidos pelo ministro Rio Branco, às legações e consulados nacionais.

Constata-se pelos textos pesquisados que todo o incidente foi mal interpretado. Inicialmente, o nome do marinheiro alemão, que na verdade era um militante socialista, estava grafado erradamente. Ele não se chamava Steinoffer, porém, Steinhauf. O caso estava repleto de “exagerações e invenções”³⁹¹. As versões informavam que houve um desembarque de marinheiros alemães na madrugada de 27 de novembro de 2005, em busca de um desertor daquela canhoneira, o marinheiro Hassman e que os soldados teriam cercado o *Hotel do Comércio* e prenderam e levaram para bordo da *Panther*, Steinhauf e o desertor Hassman.³⁹² Segundo outras versões, o comandante da canhoneira autorizou o desembarque de soldados, com ordens de realizar buscas e interrogatórios na cidade. A verdade é que, como veremos adiante, o marinheiro retornaria espontaneamente para a canhoneira. Mas, segundo a imprensa, o socialista alemão, Steinhof, teria sido levado para a nave alemã. Na verdade, Steinhof se encontrava residindo em Buenos Aires, à época do incidente.³⁹³

Os diversos inquéritos apresentam contradições. Numa versão, publicada em um jornal de Itajaí, o *Lokal Anzeiger*, por Carlos Hoepeck, se dizia que (...) *que os oficiais*

³⁹¹ Anexo 2, da Circular de 31 de dezembro de 1905.

³⁹² P. 283.

³⁹³ Arquivo Histórico do Itamaray. Telegrama da legação em Berlim para Rio Branco (10/12/1905).

à paisana e cerca de 20 homens fardados obrigaram, alta noite, o dono do *Hotel do Comércio* a abrir a porta e a entregar Steinhauf para lhes mostrar onde estava o desertor Hassmann e, depois, foram à casa de Zimmerman e exigiram, segundo se dizia, por meio de ameaças. (...) de Steinhauf se dizia que fora espancado e levado para bordo.³⁹⁴ Lê-se, noutro inquérito que o proprietário do hotel mencionado, informou que ... Steinhauf foi obrigado a sair do hotel para mostrar o lugar em que estava o desertor, mas não que tivesse sido levado para bordo. Mais adiante, num outro documento, afirma-se que o dono do *Hotel do Comércio*, Gabriel Heil, disse que Steinhauf ... estava sem recursos, sem dinheiro mesmo para comprar uma caixa de fósforos. E que, pretendendo partir para Buenos Aires, não voltou para o hotel para pegar a sua mala, porque não conseguiria retirá-la, sem o pagamento das despesas. Então, desapareceu e teria embarcado como criado ou marinheiro.³⁹⁵

O que se apurou, finalmente, é que um grupo de oficiais alemães, à paisana, acompanhado de marinheiros cercaram o *Hotel do Comércio*, exigindo que o seu proprietário informasse onde se encontrava Steinhauf, que, supostamente, teria informações sobre o paradeiro do desertor Hassman, a fim de que ele indicasse o local onde teria visto o desertor. Igualmente, cercaram a casa de Zimmerman para obrigarem o seu filho a acompanhá-los. Conclui-se, afinal, que Steinhauf não foi levado para bordo da canhoneira.³⁹⁶ Segundo consta do texto do Anexo 2, da Circular de 31 de dezembro de 1905, acima mencionada, ...*Quanto ao desertor, ou antes, retardatário Hasmann, esse voltou voluntariamente para bordo, acompanhado pelo brasileiro João Gärsner, que às 2 horas da tarde de 27 de novembro, quando a Panther levantava ferro.*³⁹⁷

³⁹⁴ Idem. P. 285 Nota; para maiores informações o leitor poderá consultar as páginas 285/7 do Caderno do CHDD. Ano IV – Volume 7 – 2º Semestre – 2005.

³⁹⁵ Idem. p. 284

³⁹⁶ Idem. p. 286

³⁹⁷ Idem.p. 286

Os fatos que tiveram relação com o incidente *Panther* foram distorcidos ou mal interpretados pela diplomacia brasileira, que reagiu ao caso com bravatas, ameaçando afundar uma canhoneira alemã. As razões do mau-humor dos nossos políticos e diplomatas, inclusive de Rio Branco, estavam inseridas num temor que a colonização germânica na região sul do Brasil representasse uma ameaça à nossa soberania.³⁹⁸ As colônias de alemães estabelecidas em nosso país se constituíam num círculo fechado, com sua própria língua e costumes, o que despertava a desconfiança do governo brasileiro. O desembarque em 1905, de tripulantes alemães violando o nosso território, provocou uma reação excessiva do chanceler Rio-Branco. O embaixador Joaquim Nabuco foi instado pelo chanceler³⁹⁹ a agir. Em seguida, o embaixador se lançou num esforço diplomático,⁴⁰⁰ em princípio mal compreendido, objetivando obter apoio dos norte-americanos. Nabuco igualmente procurou obter uma satisfação por parte dos alemães. A sua atitude de informar o caso ao sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos gerou irritação no Barão do Rio Branco, pois este exigira que Nabuco provocasse simpatia pela causa brasileira na imprensa e no governo americano, mas não o autorizava a solicitar o apoio oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Os jornais dos Estados Unidos, porém, noticiaram que Nabuco havia pedido ajuda ao governo estadunidense. A notícia repercutiu no Brasil, e o embaixador Nabuco foi obrigado a esclarecer a questão e em seguida, se defendeu das críticas de Rio Branco, asseverando que apenas tinha informado ao Secretário de Estado, a respeito do incidente. Nabuco insatisfeito com as críticas que lhe eram dirigidas, passou a exigir uma atitude de Rio Branco, visando esclarecer definitivamente, sua atuação no caso:

³⁹⁸ LINS, Álvaro. *Rio Branco Biografia*. p. 234 São Paulo: Editora Alfa Omega. 1995. P. 328

³⁹⁹ “Trate de provocar artigos enérgicos monroístas contra esse insulto. Vou reclamar entrega preso condenação formal ato. Se inatendidos empregaremos força libertar preso ou meteremos a pique Panther” Telegrama de Rio Branco a Nabuco, 09/12/1905 (AHI)

⁴⁰⁰ Correspondência de Joaquim Nabuco para o Secretário de Estado dos EEUU, datada de 11 de dezembro de 1905. Elihu Root: Nº. Acesso 4930[CP P174 DOC 3604] Arquivo Joaquim Nabuco – CEHIBRA – Fundação Joaquim Nabuco.

(...) *Você telegrafou que desmentira aí que me tivesse encarregado de ir ao Departamento de Estado e estou sem atinar a razão desse desmentido : (...). De certo não fui lá da sua parte, mas que pode ter havido tão desagradável na falsa notícia para você esmagar publicamente e dar-me aviso de que o fizera?* ⁴⁰¹ Rio Branco, no entanto, prosseguiria pressionando Joaquim Nabuco, que se viu obrigado então, a enviar um ofício para o Secretário Elihu Root, explicando a sua atitude: (...) *o objetivo da minha visita foi apenas proporcionar ao Departamento a informação mais segura sobre o incidente.* ⁴⁰²

Sabe-se que por ordem do almirantado alemão, foi procedido um rigoroso inquérito sobre o caso *Panther*, que foi também reclamado pelo Imperador Guilherme II. O comandante e os oficiais, sob juramento, afirmaram que Steinhaufl nunca esteve a bordo da *Panther*.

Uma análise a respeito do incidente da *Panther*, poderá demonstrar que houve, intencionalmente ou não, uma precipitação do chanceler Rio Branco ao enviar um telegrama em termos contundentes ao embaixador Nabuco, no qual exigia providências urgentes. O incidente exibia uma condução da política externa, sujeita a grandes riscos. Também, demonstrava que o nosso território estava desprotegido e que as nossas forças armadas se encontravam totalmente desaparelhadas e nossos soldados, sem treinamento, para enfrentarem uma guerra com a maior potência mundial. O caso da canhoneira *Panther* inflamara a imprensa brasileira, a opinião pública e também tivera repercussão favorável ao Brasil nos jornais norte-americanos. O Barão do Rio Branco, ao invés de estudar a questão com o cuidado requerido, se arriscou, se exaltou, pretendendo indevidamente desencadear uma operação de guerra, sabendo que o motivo não era suficiente para tal, e, mais ainda, tendo consciência de que, ao afundar a nave alemã, o

⁴⁰¹ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 19/12/1905; (Carta a amigos, vol II, pp. 236-7).

⁴⁰² Carta de Joaquim Nabuco a Elihu Root, 14/12/1905. Arquivo Cehibra/ Fundaj.

Brasil não poderia sequer imaginar que pudesse sustentar uma batalha naval contra a Alemanha, caso iniciasse hostilidade contra o Império do Kaiser. Os fatos demonstraram o sentimento de insegurança interna e mesmo de pânico, em face dos perigos a que estava sujeito o nosso território.

4.11 -Convergências e Divergências: A política diplomática de Joaquim Nabuco e Rio Branco: 1905-10.

Constituiu-se numa notável dificuldade para Joaquim Nabuco, apreender as filigranas dos projetos diplomáticos pan-americanistas do chanceler Rio Branco, porque o ministro era quase sempre reticente, complicado, retraído. Além disso, Rio Branco era um ateuórico .⁴⁰³ O Barão deixava-se guiar pelo seu faro político, não costumava citar grandes pensadores. Era um pragmático que se diferenciava não apenas de Joaquim Nabuco, mas, igualmente, de Rui Barbosa e de outros intelectuais

⁴⁰³ BUENO, Clodoaldo. *O Barão do Rio Branco e o Projeto da América do Sul in Rio branco, A América do Sul e a Modernização do Brasil*. p. 363. Organizadores Carlos Henrique Cardim, João Almino. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

brasileiros. Esse diferencial afastava os dois protagonistas da política de aproximação com os Estados Unidos e deixava em Nabuco, um sentimento de ser menoscabado, sem ter como reagir às atitudes lacunares do Barão.

Joaquim Nabuco, à frente da embaixada, ressentindo-se de informações e apoio, procurava a seu modo, interpretar a estratégia do seu chefe, a respeito da política pan-americanista. Porém, seria necessário ressaltar que, tanto o embaixador quanto o chanceler Rio Branco não percebiam a aproximação com os Estados Unidos como uma ruptura com o nosso passado de ligações com a Europa. Ambos eram europeístas, monarquistas, filhos de estadistas do Império e nisso, talvez, competissem.

Ao passar o tempo, Joaquim Nabuco já havia resolvido as suas dúvidas em relação à oportunidade de ter-se estabelecido a embaixada em Washington.⁴⁰⁴ Poucos meses após a sua nomeação, ele estava seguro quanto à importância da criação do seu novo posto na capital dos Estados Unidos: (...) *um rasgo de audácia e de inspiração que abriu ao país e à América do Sul toda novos e largos horizontes* (...) *em nossa vida internacional ato algum produziu ainda efeito desse.*

⁴⁰⁵ Entrementes, permanecia sem receber orientações do chanceler ... *O Rio Branco, esse, não me escreve, nem me diz nada, de modo que não posso conjecturar coisa alguma quanto aos planos e pensamentos dele.*⁴⁰⁶ O laconismo de Rio Branco deu a tônica a todo o período em que Nabuco exerceu o cargo de embaixador. Poderia se discutir se o chanceler confiava a tal ponto no embaixador ao ponto de deixá-lo conduzir sozinho a nossa política em Washington ou se, para Rio Branco, a política americana não era tão importante a ponto de preocupá-lo excessivamente,

⁴⁰⁴ Carta a Graça Aranha de 02/02/1905. Arquivo de Joaquim Nabuco. Fundação Joaquim Nabuco Cehibra.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 21/06/1905. (NABUCO Cartas II, 1949, p. 219)

diferentemente do que a considerava Joaquim Nabuco. Um aspecto é indiscutível, Rio Branco conhecia muito bem Joaquim Nabuco. Talvez, o chanceler exercitasse seu pendor *diplomático*, conforme se poderá deduzir do texto do telegrama de 10 de junho de 1905.⁴⁰⁷ A independência e a capacidade de iniciativa, formação, o tino, a inclinação pela elaboração do pensamento caracterizavam o embaixador que não permaneceria inerte diante do obsequioso silêncio do Ministro Rio Branco, que, sempre mordaz, sabia que Nabuco haveria de se movimentar e criar situações novas em seu posto. Portanto, parece mais provável que ele não fornecesse maiores informações para não criar um concorrente de porte, que viesse, talvez, ameaçar o seu cargo de ministro, a que o chanceler se apegava tanto. Mas, diga-se que, A.G. de Araújo Jorge, um dos auxiliares mais próximos do barão, nos legou depoimentos em que se enfatizava a confiança que Rio Branco em Joaquim Nabuco:

*A defesa dessa delicada obra de acercamento [Brasil-Estados Unidos] confiou-a Rio Branco, numa hora de feliz inspiração, a Joaquim Nabuco, que lhe consagrou os derradeiros anos de sua já gloriosa existência, pondo-lhe ao serviço todo o brilho do seu formoso talento e o prestígio e autoridade de um nome aureolado em beneméritas campanhas políticas e diplomáticas. Ao nosso primeiro embaixador em Washington coube o privilégio de assentar em cimentos novos, estáveis e profundos a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos e facilitar a sua aproximação com as várias repúblicas da América Latina, propiciando o advento da política pan-americana(...).*⁴⁰⁸

No seu posto, Rio Branco aguçava os ouvidos e estava inteirado da movimentação, evidentemente com propósitos políticos, que Joaquim Nabuco empreendia quando de sua visita ao Brasil. Em 1906, o embaixador esteve em Belo

⁴⁰⁷ Ofício 10 de junho de 1905. Transcrito Telegrama de Rio Branco para o embaixador Joaquim Nabuco: “Saúdo affectuosamente o novo embaixador certo de que ahi permanecerá muitos anos relacionando-se cada vez mais com os homens influentes para que n’esse posto possa prestar ao nosso paíz todos os serviços que esperamos do seu saber e patriotismo”. AHI.

⁴⁰⁸ JORGE, A G de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*,. Pp. 230-1 Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores do Brasil., 1945.

Horizonte, com o seu antigo colega de colégio e do parlamento, Afonso Pena, eleito Presidente da República, que, na ocasião, o convidou para o cargo de ministro das Relações Exteriores do seu governo. Nabuco declinou do convite, preferindo permanecer em Washington.⁴⁰⁹

Igualmente, o chanceler estava a par do que ocorria na Capital americana e também das ações pan-americanistas de Nabuco, a advogar não haver para a política exterior brasileira, senão uma escolha, um estreito relacionamento com os Estados Unidos. Neste particular, Nabuco e Rio Branco estavam de acordo (...) *Rio Branco e Joaquim Nabuco, embora cada um a seu modo(...), reconheciam nos Estados Unidos o centro de um subsistema internacional de poder.*⁴¹⁰ Numa correspondência para o ministro Rio Branco, o embaixador Nabuco, discorrendo sobre questões de relacionamento entre os Estados Unidos e os países sul-americanos, deixava transparecer sua convicção de que o Brasil era objeto de um tratamento diferencial por parte dos estadunidenses:

Em aditamento devo dizer que nada do que me revelou o presidente meu amigo, o revelei ao ministro do Chile, o qual, aliás tem me contado tudo muito do que houve por bem conhecermos nossos sentimentos. A mim, porém ele pode repetir as confidências que recebe, porque eu trabalhei no sentido de aproximar Chile dos Estados Unidos. Ao passo que não lhe posso repetir como a mesma confiança as confidências que me fazem, porque o poderia de algum modo aborrecer.

Se o presidente Theodore Roosevelt] me disse sobre a Bolívia e o Peru fosse dito ao Chile, apesar da frouxidão da política externa atual deste, poderia isso movê-lo a assumir o papel que os Estados Unidos nos destinaram. Se

⁴⁰⁹ “V. carta a Evelina de 30.ix.1906. - Afonso Pena, recém eleito presidente, era um velho colega de Nabuco dos tempos de internato e no parlamento do Império. Desde a chegada de Nabuco, circulavam rumores de que ele seria convidado pra substituir Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores.” Apud. Evaldo Cabral de Mello. *Diários* vol II. p. 370

⁴¹⁰ Apud. HELDER SILVEIRA. Op. cit. p. 121

*quiséssemos aceitá-lo e não o querendo nós, é melhor não habilitarmos nenhum substituto.*⁴¹¹

Certamente, Nabuco procurava enfatizar o desempenho “co-garante” do pan-americanismo, e a posição de líder dos países latino-americanos, que caberia ao Brasil, o único capaz, segundo entendia, de assegurar a “paz” na região, comportando-se de modo a receber o beneplácito norte-americano. Havia, naquele tempo, uma corrente de pensamento que identificava no Brasil, uma doutrina que poderia se assemelhar às teses do “destino manifesto”, e isto mais nos aproximaria dos Estados Unidos, principalmente no que se refere à aspecto da predestinação à *grandeza*, que as elites dos dois países sustentavam.

O tema tem sido objeto de estudos de pesquisadores recentes. Helder Silveira ressaltou, ao abordar o pensamento de Oliveira Lima, a sua suposição de uma “superioridade brasileira” diante das nações hispânicas: *...Por sobre a comum inferioridade popular latino-americana, infere-se direta e claramente de Oliveira Lima, o Brasil aparecia ostentando uma superioridade histórica, a qual o 15 de Novembro poderia, na qualidade de herdeiro, em alguma medida enfraquecer, mas jamais desfazer-lhe os alicerces, sobretudo no que toca à posição internacional particularmente no continente americano, do país dos Braganças.*⁴¹² Vejamos, por exemplo, o que Oliveira Lima escreveu referindo-se ao concerto político brasileiro no decorrer do século dezenove: *(...).o Brasil imperial foi em boa parte, com seu soberano constitucional, sua dinastia de aclamação popular, seu senado vitalício, escol dos homens do governo do país, seu*

⁴¹¹ Arquivo Joaquim Nabuco. Cehibra. Fundaj: N^o. Acesso 4881. [CA P. 34 DOC 670].

⁴¹² Idem. Op. Cit. 230

*espírito de administração a um tempo conservadora e liberal, a sábia realização das idéias de Bolívar, quiméricas no seu meio falsamente democrático*⁴¹³

Do mesmo modo, Rio Branco situava o Brasil em um patamar superior a ... *todas essas ridículas Repúblicas latino-americanas* .⁴¹⁴ Ele havia acompanhado o seu pai, Visconde do Rio Branco, nos trabalhos diplomáticos nos países do rio da Prata, e mantinha sob suspeição aquelas repúblicas. Sustentava que o Brasil fora o agente pacificador no cone Sul,

*(...) interveio no Prata (...) para dirimir pelas armas e pela diplomacia desavenças sanguinárias (...); foi o agente da paz e da liberdade, (...) o Brasil deixou ali nações organizadas e o nosso território não foi aumentada pela fácil incorporação de províncias desgovernadas (...) O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas (...). O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na espera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.*⁴¹⁵

O Barão havia se esforçado para garantir as fronteiras do seu território nacional e para preservar a sua soberania, além de que entendia que uma política de rearmamento naval seria imprescindível para demonstrar de modo claro que o Brasil estava preparado para se defender. Igualmente, ampliava a influência brasileira por meio da expansão de nossas legações nas Américas, e entendia que o Brasil poderia, a longo prazo, alcançar o grau de desenvolvimento já obtido pelos Estados Unidos, garantindo assim o seu papel no devir histórico.

⁴¹³ HELDER SILVEIRA. Op. cit. p. 2312

⁴¹⁴ BUENO, CLODOALDO . P. 359

⁴¹⁵ BUENO p. 362

Dunshees de Abranches interpretando as idéias correntes em seu tempo, no seu livro sobre a política exterior do Brasil, expressava conceitos permeados por um tipo de *destino manifesto* a que o Brasil também faria jus. Representava-se deste modo, uma nação que já está na posse de si mesma, que tem a consciência do seu valor e dos seus elevados deveres sociais e conhece perfeitamente a sua destinação histórica no continente:

Já em 1815, mesmo antes da nossa independência da metrópole, apreciando os nossos progressos, escrevia Alphonse Beauchamp, notável historiador francês: ‘ O império brasileiro aparece chamado (o grifo é meu) um dia a gozar dos mais altos destinos. (...) O Brasil, tão poderoso e quão magnífico, seguirá bem depressa o poder crescente dos Estados Unidos. Como é rico, forte e inatacável este país do hemisfério austral! Quanto o seu destino é nobre e independente. Frotas numerosas não poderiam investir contra ele; exércitos formidáveis o ameaçariam em vão! Tudo lhe garante uma prosperidade crescente e uma longa duração!’⁴¹⁶

A idéia de grandeza era compartilhada pela elite intelectual e pela imprensa brasileira, pois, quando do anúncio da criação das embaixadas em Washington e no Rio de Janeiro, fizeram circular editoriais nos quais se exibia a crença numa espécie de superioridade do Brasil:

As embaixadas com que se brindaram ultimamente o Brasil e os Estados unidos deram lugar, em alguns países vizinhos, a censuras infundadas e, felizmente, passageiras. Não é um presente de amigo opulento a resolução dos Estados Unidos; não é alarde de pimonice a resposta dos Estados Unidos do Sul. Dois grandes povos unidos pelo mesmo desejo de grandeza e força pacífica, assentado no trabalho o seu progresso, só podem ter em vista a mais eficaz aliança de relações(...)⁴¹⁷

⁴¹⁶ ABRANCHES, Dunshees de. Obras Completas. *Rio Branco e a Política Exterior do Brasil (1902 – 1912)*. Vol. 2º pp. 41-2. Rio de Janeiro:, 1945.

⁴¹⁷ Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. Edição de 17 de março de 1905 in *Cadernos do CHDD*. Ano IV Número 7 – 2º Semestre de 2005.

*Por laços muito semelhantes – eles forjados do mesmo ferro -, estão ligadas as duas poderosas nações americanas. Sem ter unicamente para comparação a lembrança de que ambas são extensas, populosas e ricas, acodem ouros pontos de semelhança, sob o prisma político. Não diferencia os dois povos a dessemelhança de história, de consolidação e desenvolvimento.(...) O Brasil já deixou de ser, para pilhéria ignorante da Europa, uma camaradagem de índios, sob coqueiros que dão sombra.*⁴¹⁸

Esse conceito superioridade do Brasil era, também para Joaquim Nabuco, inquestionável.⁴¹⁹ Ele insistia que o Brasil, pelas suas dimensões de território e riquezas naturais, teria uma vocação para se tornar, no futuro, um grande parceiro dos norte-americanos. Igualmente, repetia sua convicção de que o Brasil teria uma opção irrenunciável, uma aliança com os estadunidenses (...) *não podemos hesitar entre os Estados Unidos e a América Espanhola.*⁴²⁰, acrescentando que em muito nos distanciávamos dos latino-americanos, pela língua, a forma de governo monárquica, enfim, pela nossa história. A defesa desses postulados certamente foi um entre os vários motivos pelos quais Joaquim Nabuco tentou formular um conceito próprio de pan-americanismo.

Um outro tema que colaboraria com a diplomacia pan-americanista de Joaquim Nabuco era a sua percepção da dúbia política pan-americanista dos argentinos. Naquele país, verificava-se a existência de dois grupos que dessentiam a respeito do assunto. Um deles era abertamente favorável ao pan-americanismo,⁴²¹ e o outro, anti-

⁴¹⁸ *Gazeta de Notícias*. Edição de 17 de março de 1905. p. 209 Rio de Janeiro: Cadernos do CHDD. Ano IV volume 7 – 2º Semestre, 2005.

⁴¹⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Rodrigues Alves, datada de 18/12/1905. Cehibra – Fundaj. Cap. 35 doc. 687 .

⁴²⁰ NABUCO, Joaquim *Cartas aos Amigos* vol. ii. P. 277. São Paulo: Editora Instituto do Progresso Editorial 1949.

⁴²¹ “Dentro de la corriente pro-norteamericana, el diario La Nación se ocupó regularmente en destacar las bondades de la doctrina: “La legitimidad de este principio está arriba de toda discusión, y el desconocimiento del mismo sería cuestión de vida ó muerte para la independencia de la mayor parte de América, pues los dilatados y poco poblados territorios que encierra se reparten entre varios estados que, aisladamente, no estarían en condiciones de resistir á la agresión de una gran potencia extranjera”. Apud Hugo Raúl Satas: *Una Política Exterior Argentina*. Buenos Aires; Ed. Hyspamerica, 1987.

americanista.⁴²² Saliente-se que, no entanto, o chanceler argentino Luis Drago não era um anti-pan-americanista, como querem sustentar alguns intérpretes do seu pensamento.⁴²³ É verdade que a doutrina de Drago⁴²⁴ se tornou um fator de mútuas incompreensões entre os norte-americanos e os argentinos. Assinale-se que Joaquim Nabuco se opôs abertamente a esta doutrina quando insistiu para que o assunto não constasse da agenda de discussões da III Conferência Pan-americana.⁴²⁵ A este respeito, registre-se que um autor argentino afirmou que teria sido o chanceler Elihu Root quem pressionou para que a discussão daquela doutrina fosse transferida para a Segunda Conferência da Haia.⁴²⁶ A política pan-americanista argentina era dúbia, como pudemos verificar por meio dos textos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, anteriormente mencionados neste trabalho. Vejamos, ainda em 1905, Epifânio Portela, ministro da Argentina em Washington, se expressava pela aprovação do seu governo ao corolário de Roosevelt e à Doutrina Monroe.⁴²⁷ Durante a III conferência Pan-americana no Rio de Janeiro em 1906, os argentinos se aproximaram dos norte-americanos e criticaram qualquer tentativa de países europeus para recolonizarem a América Latina. Mas, entretanto, sustentavam a doutrina de Drago, sobretudo para impressionarem seus vizinhos sul-

⁴²² “Cuando analizamos la corriente antiamericana, debemos recurrir obligatoriamente a Carlos Pellegrini. Éste, en un artículo publicado en *Le Figaro*, de París, el 26 de diciembre de 1904, advertía que la doctrina había nacido en consecuencia de las actitudes de la Santa Alianza, pero como “aujourd’hui, is n’y a plus de Sainte-Alliance” (hoy, no existe la Santa alianza) se hacía necesario estalecer que “personne, en fin, ne menace notre régime republicain, et, par conséquent, le doctrine de Monröe n’a plus de sens ni d’objet, en ce qui concerne l’Amérique du Sud. (nadie amenaza nuestro régimen republicano y, en consecuencia, la doctrina de Monroe no tiene sentido ni objeto en lo concierne a América del Sud.). Apud Hugo Raúl Satas: *Una Política Exterior Argentina*, p. 157.

⁴²³ “It is worth remembering that Luis Drago, among others, was pro-Monroe Doctrine. STEPAHNIE DENNISON. Op. Cit. p. 155.

⁴²⁴ Ver *Una Política Exterior Argentina*. SATAS, Hugo Raúl . p. 171. Buenos Aires: Hyspanámerica Ediciones Argentina S. A, 1987. Doutrina Drago: *En una palabra, el principio que quisiera ver reconocido, es el que la deuda pública no puede dar lugar a la interpretación armada, ni menos a la ocupación material del suelo de las naciones americanas por una potencia europea.* (Luis Maria Drago). Ver também p. 173.

⁴²⁵ Correspondência de Joaquim Nabuco para Mr.Lloyd Carpenter Griscom, embaixador dos Estados Unidos, no Brasil.

⁴²⁶ HUGO RAÚL SATAS. Op. cit. p. 190

⁴²⁷ SHEININ, David. *Flaccid Anti-Americanism: Argentine Relations with the United States at the Turn of the Century*. Trent University. 1997

americanos a quem a Argentina desejava liderar, desbancando e criando dificuldades para o Brasil.

Os argentinos consideravam que a sua *natural* liderança na América do Sul era proveniente de uma superioridade originada no fato de se considerarem um país formado de brancos, de civilização européia, portanto assemelhados aos Estados Unidos, neste particular, o que os credenciava a exercerem um papel estratégico no Hemisfério. Esta insistente propaganda argentina, de “superioridade branca” havia preocupado Joaquim Nabuco. O embaixador temia que (...) *os Estados Unidos substituíssem o relacionamento preferencial que começava a frutificar com o Brasil... ‘a idéia de uma aliança com a Argentina seria fatal’...*⁴²⁸ A desconfiança do embaixador Nabuco reforçava o seu empenho para aproximar, ainda mais, o Brasil e os Estados Unidos, atentando aos propósitos diplomáticos do nosso principal vizinho, a Argentina, muito poderoso naquele tempo.

O fato de existirem resistências ao projeto pan-americanista no Brasil ⁴²⁹ e historicamente, entre as nações da América Espanhola, ⁴³⁰ tornava mais intenso o cuidado de Joaquim Nabuco visando agilizar as ações diplomáticas para promover o seu pensamento seu filo-pan-americanismo junto às elites brasileiras. Não parece que o único propósito do embaixador seria a sua promoção pessoal, como sustentavam seus desafetos. Mas, permeava sua propaganda, um desejo firme de colocar o Brasil na dianteira da América do Sul, para neutralizar o empenho argentino de ultrapassar o

⁴²⁸ PEREIRA, Paulo. Op. cit. p. 143

⁴²⁹ Carta de Joaquim Nabuco para Arthur Orlando. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1906. *Deixo-o com a mais funda esperança de que o Sr. Virá a ser o apóstolo d’essa missão de patriotismo. O Oliveira Lima procura espalhar desconfianças contra os Estados Unidos. com que fim? Mesmo n ocaso de serem ellas justificadas, a nossa política melhor era fazer-nos amigos e não inimigos d’elles, ter a sua amizade e não o seu indiferentismo. CAp. 38. a 4g2. 754.* Arquivo Joaquim Nabuco, Cehibra - Fundaj

⁴³⁰ Ver as opiniões dos intelectuais argentino, Aljandro Gancedo; chileno, Benjamin Vicuña Subercaseaux; peruano, E. Castro y Oyanguren, sobre a política pan-americanista dos Estados unidos. HUGO RAÚL SATAS\ Op. cit.. pp. 188-9

Brasil. Por isso, Nabuco chamaria a atenção para o fato de que algumas nações da América Latina estavam agindo para (...) *nos tirarem o avanço que levamos na política de aproximação dos Estados Unidos.*⁴³¹ Ressalte-se, que Nabuco estava convencido de ter o apoio de grande parte da opinião pública brasileira para sua causa pan-americanista. Ao receber as expressivas manifestações de apreço quando de sua visita ao Brasil em 1906, ele escreveu (...) *Eu reconheço a popularidade(...). É um fato. Mas um fato que é um sintoma; que revela esperança e resolução por parte do país, pois é a minha política americana que se aclama*” .⁴³²

4.12. - Joaquim Nabuco e a III Conferência Pan-Americana de 1906.

Joaquim Nabuco desempenhou um importante papel na concepção dos temas para serem tratados na III Conferência Pan-americana,⁴³³ ainda que não tenha participado

⁴³¹ Ibidem. p 277

⁴³² CAVALCANTI, Roberto. In *Nabuco: Razão e Sentimento. Texto, contexto e pretexto em Minha Formação. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2005. Apud. NABUCO, Carolina, p. 421-2. 1958.*

⁴³³ Carta de Joaquim D. Casaus (Embaixador do México em Washington) para Joaquim Nabuco. 29/11/1905. Cehibra Fundaj. Cpp. 174. doc. 3591,,2 a 6g1.

assiduamente das primeiras reuniões preparatórias:(...) *Como tive a honra de dizer a V. Exa. eu não estava presente às primeiras reuniões da Comissão de Estatutos do Bureau, ou que Mr. Root insistiu, sem ninguém o esperar pela convocação da Terceira Conferência, e depois lembrando o Ministro da Costa Rica o Direito preferente do Brasil, elle declarou que ao Brazil, iria ele próprio (...)* ⁴³⁴ A suas gestões estavam centradas na influência que exercia junto ao secretário do Estado Elihu Root, seu amigo, cuja decisão em comparecer à conferência teria sido espontânea, embora Nabuco desse a entender que a teria influenciado pelo prestígio que desfrutava. Evidentemente, o trabalho de Nabuco seria bem recebido pela diplomacia brasileira, pois estava inserido nos planos do ministro Rio Branco, de procurar dilatar a influência do Brasil no cenário internacional. O Barão do Rio Branco igualmente viu com interesse a decisão de sediar no Brasil, a conferência. Isto representaria mais um passo na sua política de buscar apoio para o Brasil. Em uma carta ao chanceler Paranhos, Nabuco analisou o seu entendimento a respeito do papel que o chanceler brasileiro exerceria, na qualidade de indutor da diplomacia pan-americanista. ⁴³⁵

As discussões preparatórias para a III Conferência Pan-americana envolveram alguns assuntos controvertidos. ⁴³⁶ Por exemplo, a questão do livre acesso à navegação nos rios da Amazônia, (...) *Convém governo prevenir-se questão livre navegação rios que os Estados Unidos quer suscitar relativamente Orenoco contra Venezuela.(...)* ⁴³⁷ , que

⁴³⁴ Correspondência de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco, 23/12/1905 .

⁴³⁵ JOAQUIM NABUCO. *Cartas a Amigos*. Vol. II. p. 238

⁴³⁶ “é este o programa do congresso a reunir no Rio de Janeiro: 1- Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas: a) Reorganização das Repúblicas Americanas sobre uma base mais permanente; b) Ampliar e melhorar o plano eficiência dessa instituição. – II) Arbitramento; III) Reclamações Pecuniárias; IV) Dívidas Públicas; V) Codificação do Direito Internacional público e privado; VI) Naturalização; VII) Desenvolvimento das relações comerciais entre as repúblicas americanas; VIII) Leis aduaneiras e consulares; IX) Privilégios e marcas de fábrica; X) Polícia sanitária e quarentenas; XI) Caminho de ferro pan-americano; XII) Propriedade literária; XIII) Exercícios das profissões Liberais; XIV) Futuras Conferências. Apud *Jornal Correio da Manhã*. Ano IV nº 162 – Recife, 19 de julho de 1906.

⁴³⁷ Telegrama de Joaquim Nabuco para o barão do Rio Branco: 16/11/1905. AHI.

interessava aos norte-americanos e foi, no entanto, excluída das discussões por influência de Nabuco e do chanceler Rio Branco. Liberar o acesso de barcos estrangeiros aos nossos rios, seria um risco para a nossa soberania. Outros temas, como o arbitramento obrigatório proposto pelos peruanos, que tencionavam ver este assunto sendo discutido para facilitar suas negociações com o Chile, igualmente não foram considerados.

Joaquim Nabuco exerceu um papel importante para viabilizar a realização da III Conferência Pan-americana, aproximando extremos e harmonizando interesses.⁴³⁸ Conforme mencionamos, a posição da Argentina era muito delicada e confrontava os projetos diplomáticos defendidos por Joaquim Nabuco. Numa carta a Rio Branco, o embaixador Nabuco, ao comentar a disposição Argentina para a Conferência (...) *O amigo do Sr. W. Martinez diz ter tido uma conversa privada com o Sr. Carlos Rodríguez Larreta, (Ministro de Relaciones Exteriores da Argentina, 1904-1906), na qual este lhe dera e entender que o seu país iria procurar chegar a uma fórmula no congresso do Rio de Janeiro, pela qual se fizesse compreender aos Estados Unidos que sua pretendida proteção aos países sul-americanos, no caso de qualquer agressão européia, absolutamente não era necessária, e insinuando no curso da conversação, que as várias nações de América do Sul deviam chegar a um acordo sobre este ponto e a uma fórmula que sintetizasse aqueles movimentos.*⁴³⁹ O Barão do Rio Branco, por seu lado, parecia aprovar os esforços diplomáticos de Joaquim Nabuco,⁴⁴⁰ porém assumia uma posição altiva, chamando atenção para os propósitos brasileiros de expressarem

⁴³⁸ Telegrama de Joaquim Nabuco para o Barão do Rio Branco. Data 16 de novembro de 1905. AHI

⁴³⁸ “O programa do Brasil na Conferência é promover a harmonia e nada mais. O nosso partido é do bom humor e da boa vontade. Esse deve impor a lei aos provocadores de barulhos e aos que inutilizam os esforços dos outros para mostrar ao mundo uma América Unida” Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, datado de 29/04/1906. (AHI).

⁴³⁹ Carta de Joaquim Nabuco para o barão do Rio Branco 1/03/1906. AHI.

⁴⁴⁰ *Ainda não recebi de V. Exa. nenhuma palavra com relação a essa visita; recebi somente a manifestação do seu interesse pela reunião do congresso ahí. Espero assim com ansiedade o pronunciamento de V. Exa. sobre a ida do secretário de Estado ao Brasil.* Carta de Joaquim Nabuco para o barão do Rio Branco. 23/12/1905.

num foro internacional, a independência de nossa diplomacia (...) *não vamos para congressos subscrever o que os outros querem, mas sim para fazer prevalecer as nossas idéias ou aceitar as que nos pareçam boas e convenientes.*⁴⁴¹

Joaquim Nabuco, no entanto, parece que desejava capitalizar para si, os dividendos da realização da III Conferência Pan-americanista no Brasil. Isto se revelaria pelo seu afã de se promover diante do chanceler estadunidense, e da opinião pública brasileira, trabalhando intensamente para que Elihu Root visitasse as cidades do Recife e de Salvador,⁴⁴² antes de sua chegada ao Rio de Janeiro. Estas sugestões seriam atendidas pelo Secretário de Estado norte-americano. No decorrer da preparação da conferência, se intensificariam os esforços de Joaquim Nabuco para pressionar o governo brasileiro a oferecer ao Secretário Root, provas do nosso interesse em manter uma política de estreito relacionamento com os americanos. Ele se reportaria diretamente ao presidente Rodrigues Alves, propondo que o Chefe de Estado brasileiro apoiasse sua política pan-americanista, pois Nabuco entendia que o Brasil teria sido escolhido como o parceiro privilegiado pelos americanos: (...) *Nada assinalaria tão notavelmente a sua administração como uma aproximação com os Estados Unidos que fosse compreendida por eles, por nós pelo mundo, como uma aliança tácita* (...) ⁴⁴³. Igualmente, ele insistia com Rui Barbosa para que ele não recusasse tomar parte nas homenagens ao Chanceler Elihu Root (...) *Só você com a sua eloquência poderia elevar-se à altura da manifestação a traçar o perfil da democracia americana, do seu papel na história da civilização, da liga dos nossos dois países não é desta*

⁴⁴¹ Despacho para Washington. Rio Branco para Joaquim Nabuco datado de 30/03/1906. (AHI).

⁴⁴² E, no dia 22 de julho de 1906 e em Salvador, data 24 de julho.

⁴⁴³ Carta de Joaquim Nabuco a Rodrigues Alves, 18/12/1905 (Cehibra – Fundaj).

*administração somente, mas da futura, da de todas que há de seguir em nossa história.*⁴⁴⁴

Conforme mencionamos, ainda que Joaquim Nabuco não soubesse se iria ou não estar presente à conferência,⁴⁴⁵ diante do silêncio de Rio Branco a este respeito, ele se movimentaria para influir na preparação e para o êxito do evento. O embaixador do Brasil enxergava na visita de Elihu Root, como uma excelente oportunidade para consolidar a “aliança não-escrita” do Brasil com os Estados Unidos, desbancando as nações latino-americanas, especialmente a Argentina. No seu diário, Nabuco anotou: (...) *Tribuna Chicago diz Root não vai Buenos Aires*⁴⁴⁶. No mesmo período, ele preparava o que chamou de (...) *o nosso grande jantar a Mr. Root* (...). Tratava-se de um evento preparado para impressionar e angariar a simpatia do ministro norte-americano.⁴⁴⁷ Nabuco estava encantado pelas atenções do Secretário Root lhe dedicava. Conforme anotações do seu diário, o chanceler Root teria afirmado a respeito da dúvida em relação à presença do nosso embaixador na conferência pan-americana: *If you are not there. I run away*(*).⁴⁴⁸

A III Conferência Pan-americana teve como presidente Joaquim Nabuco e Elihu Root, como vice. Quase todos os países das Américas participaram, e Rio Branco, apesar de trabalhar para que não houvesse desinteligências com os norte-americanos,⁴⁴⁹ não mencionaria os Estados Unidos no seu discurso de inauguração da Conferência.⁴⁵⁰

⁴⁴⁴ Carta de Joaquim Nabuco para Rui Barbosa, de 21 de junho de 1906 – CAP. 37. doc. 737) Cehibra – Fundaj.

⁴⁴⁵ *Repito, porém, a V. Exa. o meu desejo de que me faça assistir ahi o seu encontro com o Secretário de Estado, mesmo porque a minha ausência no Rio de Janeiro n’ocasião, nada tendo eu então o que fazer em Washington, diminuiria perante a diplomacia do mundo inteiro a significação política daquela visita.* Ofício de Joaquim Nabuco para o barão do Rio Branco, data 3 de janeiro de 1906. AHI.

⁴⁴⁶ JOAQUIM NABUCO *Diários* vol. ii p. 356

⁴⁴⁷ Nota: Ver discurso do chanceler Elihu Root, pronunciado no jantar a ele oferecido pela embaixada do Brasil, em 15 de fevereiro de 1906, transcrito por Joaquim Nabuco no ofício datado de 20 de fevereiro de 1906. AHI.

⁴⁴⁸ Idem. p. 358

* “Se você não estiver lá, eu vou embora.”

⁴⁴⁹ “poder estar em tudo de acordo com os Estados Unidos” despacho para Washington. ÁLVARO LINS, op. cit. p. 335.

⁴⁵⁰ STEPHANIE DENNISON. Op. cit. p. 168.

O Chanceler ressaltava na oportunidade, que o Brasil não poderia ser subalterno aos interesses de outros países. A realização da Conferência no Rio de Janeiro, e principalmente a repercussão da visita do Secretário Elihu Root ao Brasil, agradaram ao governo norte-americano. A política visando uma aproximação com as nações latinas das Américas, favorecia a estratégia de expansão comercial dos Estados Unidos para a região. Meses mais tarde, Joaquim Nabuco celebrava o sucesso do evento e registrava o aumento do seu prestígio pessoal em Washington.⁴⁵¹

Seria oportuno ressaltar que o chanceler Rio Branco, sempre atento a manter uma política diplomática independente, e mantendo-se fiel à sua formação monárquica, procurava uma aproximação com os americanos, sem, contudo, melindrar os ingleses, porque sabia que a Inglaterra era nosso principal credor. E assim se expressou no seu discurso inaugural na Conferência Pan-americana de 1906: *..[A Europa] nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo (...)*.⁴⁵² O barão do Rio Branco se recusava a apoiar inteiramente os propósitos de Joaquim Nabuco e protelava a sua visita aos Estados Unidos, contrariando o nosso embaixador em Washington.

O chanceler desejava assegurar os laços preferenciais com os Estados Unidos, mas, igualmente, engenhava aproximações com os principais países sul-americanos, incluindo-se aí a Argentina. Em 1908, após os desentendimentos entre o Brasil e os Estados Unidos, na Conferência da Haia, Rio Branco ensaiou um projeto denominado A B C, cujo objetivo era de aproximar o Brasil das mais importantes repúblicas sul-americanas: o Chile e Argentina. Porém, o seu empenho resultou num enorme fracasso.

⁴⁵¹ Carta de Joaquim Nabuco a Elihu Root, datada de 11/12/1906. Cehibra Fundaj. Cap. 39. doc. 770. a 4g2

⁴⁵² Discurso de Rio Branco na abertura da III Conferência Pan-americana. ALVARO LINS, op. cit. 87.

4.13 - O Bloco ABC - Ascensão e Queda.

Os norte-americanos produziram durante o governo Theodore Roosevelt, um conceito que separava os países “menos consolidados” da Região do Caribe, que “necessitavam” da proteção dos Estados Unidos e nos quais eles interviriam livremente, e os países mais avançados: Argentina, Brasil e Chile que não necessitariam do protetorado norte-americano, pois tinham condições para exercerem sua soberania. Após as dificuldades surgidas no decorrer da Conferência da Haia, em 1907, o chanceler Rio Branco iniciaria as gestões para construir uma aliança entre a Argentina, Brasil e Chile, o Pacto ABC. Esta política viria a desagradar e preocupar Joaquim Nabuco, pois o embaixador temia que os Estados Unidos direcionassem sua atenção para estreitar laços com outros países sul-americanos, abandonando a prioridade de suas relações para com o Brasil, pois segundo informava à Chancelaria brasileira, os representantes das nações latinas

estavam se movimentando em Washington, para angariarem as atenções dos norte-americanos.⁴⁵³ O centro das preocupações que estremeciam Nabuco, seria a quebra de confiança entre o Brasil e os Estados Unidos, no que poderia resultar numa recusa americana em sair em nosso socorro, caso o Brasil necessitasse da sua ajuda em momento de séria ameaça ao nosso território: (...) *penso que não deveríamos como amigos nos aliar com outros, sem tranqüilizar amigo ao qual em graves emergências nacionais por certo que recorrer.*⁴⁵⁴

O pan-americanismo de Joaquim Nabuco parecia, naquele momento, estar desafinado em relação às novas concepções da política externa americanista de Rio Branco, especialmente, após 1907, embora o chanceler brasileiro, como assinalamos, entendesse que o Brasil ocupava a posição de co-garante do monroísmo: (...) *O Ministro brasileiro falava a linguagem de Theodore Roosevelt*⁴⁵⁵, desenvolvia uma estratégia pan-americanista multipolar, para não comprometer a posição do país diante da Europa e dos países latino-americanos. Mas, num despacho para Gomes Ferreira, o chanceler Rio Branco demonstrava apoio à rigorosa política de Theodore Roosevelt para com os países da América Latina:

Não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul, - o Brasil, o Chile e a Argentina - se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt (...) ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas por turbulentas que não sabem fazer "bom uso da sua independência (...) As outras Repúblicas latino-americanas que se sentirem ameaçadas pela "política internacional" dos Estados Unidos têm o remédio em suas mãos: é tratar

⁴⁵³ Correspondência de Joaquim a Rodrigues Alves. Arquivo Joaquim Nabuco: Cehibra – Fundaj: CAp. 74. doc. 1466 – a4 g.4.

⁴⁵⁴ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 12/01/1908 (Fundaj) Nota: esta carta não seria enviada.

⁴⁵⁵ BUENO. Clodoaldo. *A Política Exterior de Rio Branco in Anais de História Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis.* p. 106. Ano IX. P. 1. 260. 1977

*de escolher governos honestos e providentes, e, pela energia no trabalho, progredirem em riqueza e força.*⁴⁵⁶

O ministro Paranhos apoiou a mensagem de Theodore Roosevelt de 6 de dezembro de 1904⁴⁵⁷ e também não havia desaprovado o bloqueio da Venezuela, em 1902, nem a divisão do território colombiano, quando da independência do Panamá, promovida pelos norte-americanos, com o fito de construírem naquele território um Canal inter-oceânico. Rio Branco e Nabuco, na verdade, estavam basicamente de acordo quanto à política pan-americanista dos Estados Unidos, embora cada um usasse linguagens diferentes. Em termos gerais, a orientação de Rio Branco no Itamaraty mantinha consonância com as ações de Nabuco em Washington ainda que tentasse outros meios para não alimentar animosidades com os países latino-americanos, a sua estratégia contribuiria (...) *para a consolidação do bloco de poder liderado pelos Estados Unidos.*⁴⁵⁸ O Barão procurava harmonizar o entendimento entre o Brasil, as nações latino-americanas e os Estados Unidos. Assim sendo, Paranhos Junior engenhou a formação do Bloco ABC, que, afinal, redundou em fracasso.

Assinalamos, que a política de aproximação Argentina – Brasil - Chile, denominada de A B C, a que Joaquim Nabuco se opôs, ensejaria toda uma análise das relações do Brasil com os Estados Unidos empreendida pelo embaixador brasileiro.⁴⁵⁹ A sua posição ficaria fragilizada diante do Governo Americano, caso o Brasil promovesse uma aliança com o Chile e com a Argentina, com o propósito de excluir os Estados Unidos. Nabuco se mobilizou para pressionar o chanceler Rio Branco e não prosseguir com os seus planos. Alertava quanto à escassa credibilidade que desfrutava a

⁴⁵⁶ Despacho para Washington – Rio Branco a Gomes Ferreira, 31/01/1905. (AHI).

⁴⁵⁷ COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e Política Exterior do Brasil*. P. 133. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Record Ltda. 1968

⁴⁵⁸ BUENO p. 112.

⁴⁵⁹ Carta de Joaquim Nabuco ao Presidente da República, Rodrigues Alves. 19 de janeiro de 1908. Cehibra – Fundaj: Cap. 50doc. 999 a 4 g.3.

política Argentina. Ademais, ressaltava que teria ido a Washington realizar um projeto diplomático americanista, embora, como já mencionamos, isso não parecia muito claro em seu ideário, àquele tempo:

Se o povo Americano se convencesse de que lhe desejamos mal, nossa integridade não valeria muito. Como poderíamos defender Fernando de Noronha melhor do que Colômbia o Panamá? (...) Estou precisando de uma longa licença, V. me deixaria usar dela antes do que me associar à nossa política externa, dando-me depois outra colocação ou a disponibilidade, a qual acredito ter já direito. Decerto preferia perder o meu lugar a ficar calado diante do Presidente e do Mr. Root, a respeito de uma aliança sul-americana, a não poder dizer que ela em nada modifica a nossa atitude para com este paiz; que em caso algum faríamos causa comum com outras Nações, contra esta, e que nos achamos tão livres para qualquer acordo particular com ela como antes, não tendo nenhum compromisso de dar conta a ninguém de modo que se possa passar entre nós e os Estados Unidos, nem mesmo que fosse uma outra aliança.

Com esta lealdade sirvo melhor a sua política do que se lhe encobrisse os meus sentimentos e convicções. Você lembra de que só aceitei este posto para fazer nelle política de aproximação americana e para ela a nossa aliança com a Argentina e o Chile, que não (...) uma pura cortezia e não nos permitisse as explicações que referi, seria o dobre fúnebre. Quanto à outra parte do pesadelo, não descansarei tranqüilo enquanto não saber que abortava a fantasia de Zeballos. Aqui me disse o ministro chileno que V. propusera, quando primeiro lhe falara disso, que se chamasse também o México. Que resposta digna de nossas grandes tradições! Como assim se mostrara o absurdo da liga projetada. O México, porém prefere alliar-se com os Estados Unidos. Bem aceita pelo governo americano, a nossa tríplice aliança daria forças aos desejos dos alemães aqui de que a América do Sul seja excluída da proteção da Doutrina Monroe. (...) Mal aceita, ela seria cair em desconfiança e atritos impediriam toda intimidade entre os dois governos Brasileiro e Americano e o resultado mais certo dela seria que os paízes ribeirinhos superiores do amazonas proclamariam colocar-se sob uma espécie de protetorado americano.⁴⁶⁰

⁴⁶⁰ Carta de Joaquim Nabuco ao barão do Rio Branco, 18/janeiro/1908. AHI

Os argumentos aventados por Joaquim Nabuco nesta correspondência, estão de acordo com as suas preocupações estratégicas de promover um alinhamento irrestrito, para garantir a proteção do território brasileiro. Inicialmente, ele expressava seu mal estar com uma mudança de rumo da diplomacia brasileira que provocaria um afastamento da pretendida “aliança não-escrita” com os norte-americanos, para se aproximar de um contrato com a Argentina e o Chile. O embaixador citava duas razões para se preocupar. A primeira, a situação indefesa do nosso território diante da expansão alemã.⁴⁶¹ A segunda, o mal-estar gerado de parte dos Estados Unidos, em face de uma aliança sul-americana, fazendo perigar a política de aproximação com Washington. Mais adiante, Nabuco advertia Rio Branco, de que essa aliança não se inseria na tradicional política externa brasileira, pois haveria de causar desconfianças entre os países do norte da América do Sul, que poderiam procurar se colocar sob proteção americana, em caso de surgir uma aliança entre os três países mais ricos, o Brasil, a Argentina e o Chile. As informações sobre a formação da aliança ABC, que se espalhavam pelos gabinetes diplomáticos em Washington, trouxe preocupações para Joaquim Nabuco:

*Falou-me Root de um projeto de aliança entre o Brasil, a Argentina e o Chile. Nada puder dizer-lhe, mas se passamos o nosso eixo de segurança, por causa do Choate, dos Estados Unidos para o Rio de Prata, estamos bem garantidos.*⁴⁶²

⁴⁶¹ É curioso notar que Joaquim Nabuco, alertava Rio Branco, quanto ao grupo de pressão de origem alemão, que se posicionavam contra a proteção dos Estados Unidos à América do Sul.: “Sei o efeito que a menor reticência ou reserva da nossa parte havia de causar. Bem aceita pelo Governo Americano, ella daria força à opinião, aqui em minoria, mas geral entre os Americanos de origem allemã, de que a América do Sul deve ser excluída das obrigações que a Doutrina Monroe impõe ao paiz. Mal aceita, toda confiança em nós desapareceria, nasceria a má vontade, a terrível má vontade americana, a que nenhum Governo poderia resistir, e o resultado mais certo della seria a intimidade com os países ribeirinhos superiores do amazonas e seus afluentes, como Peru e a Columbia”. Arquivo de Joaquim Nabuco; Cehibra – Fundaj; CAp. 50 doc. 999 a 4 g.3NN

⁴⁶² Apud Paulo dos Reis Pereira in *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905 – 1910)*.p. 189. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp.2006

Como se pode constatar pelo texto acima, o Secretário Root havia inquirido Joaquim Nabuco, a respeito daquelas negociações que certamente desagrava os norte-americanos, pois sabiam que os argentinos procuravam dificultar a aproximação entre aquele país e o Brasil porque se sentiam incomodados com a possibilidade da hegemonia brasileira na América do Sul, sob o patrocínio dos norte-americanos. A investida de Joaquim Nabuco, contrária ao Plano A B C, chegou a ponto de se transformar numa ameaça de entrega do seu cargo em Washington.

4.14.- O telegrama N° 9

A aliança A B C sofreria um grande golpe, pois, enquanto, Rio Branco trabalha no seu projeto Zeballos, chanceler argentino procurava aproximar o Chile e a Argentina, para dificultar o projeto de liderança geopolítica do Brasil na América do Sul. O chanceler argentino havia oferecido um projeto ao governo chileno, que cauteloso, despachou um diplomata ao Brasil, Puga Borne, com a finalidade de submetê-lo à apreciação do chanceler Rio Branco. Puga Borne presenteou o Chanceler com uma *minuta de “um tratado de cordial inteligência”*.⁴⁶³ Além disso, Zeballos estava convencido que o Brasil se preparava para atacar a Argentina, engenhando um plano afrontoso. Para provocar o Brasil, impunha que o país cedesse à Argentina, um dos encouraçados que fora encomendado para a Marinha Brasileira. Por outro lado, realizou-se uma reunião secreta, na qual foi proposta uma reação argentina, caso o Brasil se recusasse a ceder o encouraçado. O plano de Zeballos, compreendia “a mobilização da esquadra argentina e de 50.000 reservistas do exército ... e um eventual ataque e ocupação do Rio de Janeiro.”⁴⁶⁴

⁴⁶³ MONEOLIVA DEODATO. p. 8

⁴⁶⁴ Idem. p. 8

No entanto, um outro episódio, a interceptação pelo argentinos de um telegrama cifrado datado de 19 de junho de 1908, do governo brasileiro à chancelaria do Brasil no Chile, desmontou, definitivamente, os projetos de Rio Branco, para a criação de um bloco sul-americano em face do poder norte-americano. Numa carta ao Chanceler Elihu Root, o embaixador Nabuco, analisava e tentava uma explicação para o incidente:

(...)Como o Sr. Já teve conhecimento por meu intermédio, aconteceu um incidente muito desagradável nas relações do governo brasileiro com a Argentina. O facto colocado em breves palavras é este:

Uma cópia de uma chave de escrita secreta de 17 de junho de 1908 do nosso governo à nossa Legação em Santiago, passando através das linhas argentinas foi entregue ao Dr. Zeballos, um pouco antes de ele deixar o Gabinete. Deu-o a um homem para decifrá-lo, que em vez de decifra-lo simplesmente, desenvolveu da sua imaginação uma composição totalmente diferente, que o Dr. Zeballos aceitou como sendo o texto autêntico. Aquele falso telegrama foi entregue por ele ao governo argentino, que acreditou na opinião dele, e como era muito hostil à Argentina foi usado para justificar o crédito de novos armamentos na reunião secreta do Congresso.

(...) Logo depois o Dr. Zeballos alardeava no jornal “Prensa” que ele tinha provas da perfídia do Barão do Rio Branco para com a Argentina.(...) Mais tarde, contudo ... o documento foi publicado em Buenos Aires e, para sua grande surpresa, achou-o totalmente falso. (...) Quando a falsificação foi descoberta, o nosso governo pediu tanto ao governo argentino como ao chileno, cópias oficiais do despacho em escrita cifrada como ela foi transmitida, assim não se poderia dizer que composemos um novo texto, diferente. Quando as cópias foram recebidas, o Barão do Rio Branco publicou no “Diário oficial” o texto cifrado, a cifra com que fora cifrado, e os dois textos, o real e o falso.⁴⁶⁵

A “suposta” decodificação do Telegrama Nº 9, em cujo texto se afirmava haver uma intenção de prejudicar a Argentina, provocou uma imediata reação do Chanceler Rio Branco. Paranhos, de imediato, tornou público o código utilizado pela Chancelaria

⁴⁶⁵ Carta de Joaquim Nabuco para o Chanceler Elihu Root, 11 de dezembro de 1908. Arquivo Joaquim Nabuco – Cehibra. Cap. 63. doc. 1241 a 4g3. Fundaj.

brasileira. Amaral Gurgel, no seu livro de memórias, ⁴⁶⁶ afirma que um certo Senhor von Puppen, um austríaco...

*...após o Barão ter tornado pública nossa cifra... apareceu no Ministério, ... nos deixou boquiabertos, ao demonstrar-nos a simplicidade primitiva daquilo que a Casa conservava como um dos seus maiores segredos, chave das suas recomendações para nossos agentes no Estrangeiro.*⁴⁶⁷

Os diplomatas, após ouvirem as *habilidades apavorantes do homem*, conduziram-no para o gabinete de Rio Branco, que vencendo a desconfiança, e percebendo as habilidades do decifrador, mesmo quando complicava as cifras com inversões, finalmente, o Barão, contrariado, ao sair o Senhor von Putten, disse em tom de mofa... *Também um sujeito com um nome destes!*...⁴⁶⁸

O código seria imediatamente modificado, embora o estrago já tivesse sido feito.

A atitude da Argentina arruinou o projeto do A B C, destruiu a já frágil confiança do governo brasileiro e quase conduziu ao rompimento das relações diplomáticas. Joaquim Nabuco, que antes tivera que ouvir os questionamentos do secretário Root, se via na obrigação de transmitir o teor telegrama que explicitava o desgaste a que chegaram as relações Brasil – Argentina (...). *No caso de uma possível retirada da nossa Legação de Buenos Aires, procure muito confidencialmente se o governo encarregar-se dos nossos arquivos e defender os interesses do Brasil. Espero apaziguar o incidente aqui com o*

⁴⁶⁶ GURGEL, Amaral Luís do. *O Meu Velho Itamaraty*. pp. 227-8. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

⁴⁶⁷ GURGEL DO AMARAL . Op. Cit. p., 226

⁴⁶⁸ Idem. p. 227

*Ministro argentino, mas precisamos estar preparados para o pior.(assinado Barão do Rio Branco).*⁴⁶⁹

⁴⁶⁹ Idem.

Conclusão

A personalidade multipolar de Joaquim Nabuco facilmente poderia seduzir o pesquisador atento. A sua capacidade de reinventar-se ao perceber o momento certo para uma inflexão, a beleza do seu texto, interpenetrado de lúcidas avaliações, muitas vezes, conduz o historiador a ceder à tentação de dar a Joaquim Nabuco, uma dimensão muito superior às suas realizações como líder político, pensador, escritor e diplomata, que, sem dúvidas, foram importantes para a formação da nacionalidade.

A partir do momento da defesa do escravo Tomás e da sua intervenção na reunião do partido Liberal no Recife, em 1869, e ao escrever o rascunho de *A Escravidão* em 1870, até os últimos atos como embaixador do Brasil em Washington, Nabuco procurou intervir na vida nacional. O abandono da profissão de advogado, o breve período da sua primeira diplomacia nos estados Unidos, a decisão de formular, ordenadamente, a campanha da abolição, por meio de um escrito político, *O Abolicionismo*, a primeira candidatura em 1879, a Campanha Abolicionista, na década de 1880, a libertação dos Escravo em, 1888, passando pelo período de ostracismo político e pela tarefa de historiador e memorialista e co-fundador da Academia Brasileira, nos anos de 1890, até o epílogo de sua vida pública na diplomacia de 1899 até 1910. Tudo isto se constitui num projeto político-existencial do que Nabuco possuía plena consciência.

A evolução do seu pensamento americanista alcança o ápice entre os anos de 1905 – 1910, quando Joaquim Nabuco exerceu as funções de primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

A criação da embaixada em 1905, possibilitou a Joaquim Nabuco, aprofundar sua experiência diplomática e de estrategista de relações internacionais. A sua percepção do papel que seria exercido pelos Estados Unidos no decorrer do século vinte, o vem coincidir com o novo cenário internacional e com a política estratégica brasileira que demandava um novo eixo. A decisão do Barão do Rio Branco de convidar Joaquim Nabuco para defender os interesses brasileiros em Washington, concedeu ao diplomata Nabuco, a chance de empreender um trabalho diplomático que objetivava o interesse nacional.

Joaquim Nabuco que acima de tudo, conforme suas palavras, tinha uma só partido, a Pátria, enxergou o desenvolvimento de uma nova política, o “pan-americanismo” e se entregou, sem reservas, a convencer o Governo brasileiro a adota-la como principal estratégia diplomática daqueles anos.

Esta dissertação, talvez, possa acrescentar um pouco mais de luminosidade à personalidade histórica e diplomática de Nabuco e à evolução do seu pensamento diplomático. A respeito dele e de sua atitude, ao se enfrontar num empreendimento diplomático novo, desafiante e com sua bi-frontalidade de erros e acertos, não se diga que ele não tenha pelejado com afinco. Nabuco não foi um “ingênuo” em diplomacia, mas também não foi um diplomata de astúcias. Antes, foi um realista, possuía a compreensão dos seus limites, percebia, porém, o significado dos seus muitos acertos. Era uma consciência segura da si mesma. E não se sustente que ele não possuía capacidades de um estrategista, e que por mais que haja exuberância em sua trajetória de político e de abolicionista, o seu serviço diplomático dedicado aos interesses nacionais, o alçou também aos patamares mais altos que um homem de Estado poderia almejar. A um século de sua morte, a ser celebrado em 17 de janeiro de 1910, a sua

contribuição interessa aos estudiosos, anima os que conhecem o seu pensamento e fascina os que encontram nele um ideário atual capaz de prenunciar futuros.

FONTES DOCUMENTAIS

Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Correspondência ativa e passiva de Joaquim Nabuco entre 24/03/1899 a 22/12/1909

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) – Rio de Janeiro

Telegramas de Washington para o Brasil de 1900-1907 (maços: 235.2.14; 235.3.1; 235.3.2)

Ofícios de Washington de 30/03/1905 até 31/03/1910 (maços: 234.3 até 234.1.9)

Despachos para Washington de 02/04/1903 até 27/03/1909 (maços: 235.2.5 e 235.2.6)

Cartas do Arquivo particular do Barão de Rio Branco – Correspondência de Nabuco (Lata 832, maço I)

Despachos para Washington de 2/04-1903 até 27/03/1909 (maços: 235.2.5 e 235.2.60)

Cartas do Arquivo particular do Barão do rio Branco – correspondências de Nabuco (lata 832. maço. Nº. 1).

Ofícios de Washington de 30/03/1905 até 31/03/1910 (maços; 234.1.3. AHI – L 4365 m 18 Informação sem rubrica sobre a *Questão de Limites com a Guiana Inglesa* (2 exemplares)

Correspondência Diplomática de Joaquim Nabuco

Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão do
MER. – Rio de Janeiro – RJ.

Arquivo Diplomático de Joaquim Nabuco

AHI L 782 m 1 – Nomeação de Nabuco – pré-sentença. 1899 – 1904

AHI L 782 M 2 - Laudo 1904

AHI L 782 M 3 - Pós-Sentença 15 a 20 de junho de 1904.

AHÍ L 782 M 4 - Pós-sentença 21 de junho de 1904 em diante

AHI L 782 m 5 - Legação em Londres. 1900 a 1905.

AHI L 786 M 1 - História do Arbitramento Anglo-Brasileiro. Joaquim Nabuco. Notas sobre a Missão Nabuco de Graça Aranha. Cópia de carta de Guilliemo Ferrero a Graça Aranha sobre a sentença. Cópia de Ofício de Solidariedade do Instituto histórico e Geográfico 1904.

AHI – L – 78 M2 - Olyntho de Magalhães . cartas e Telegramas – 1899 – 1905.

AHI – L -788 -M2 - JOAQUIM NABUCO:Telegramas: officias recebidos 1901 a 1909.

AHI– L - 788 - M3 - Joaquim Nabuco : Telegramas oficiais expedidos (cópias) 1901 a 1909.

AHI – L -789 –M10 -Ofícios a Nabuco (originais) Londres – 1900 a 1903 -Roma 1899 a 1905.

Correspondência Oficial de Joaquim Nabuco, Embaixada do Brasil em Washington Período de 1905 – 1909

Correspondência oficial do Ministro das Relações Exteriores para Joaquim Nabuco, de 1905 – 1909.

Circulares do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Período de 1905 – 1909.

Revistas:

Anais de História – Instituto de Letras, história e Psicologia de Assis.
Departamento de História. Faculdade de filosofia, Ciências e Letras de Assis. - Assis,
SP – Brasil, 1968/69. Ano IX. P. 1-260, 1977.

Jornais

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Yale News

Cadernos do CHDD Ano IV – Número 7 – 2º Semestre de 2005.Fundação
Alexandre de Gusmão - MRE.

Obras de Joaquim Nabuco

NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Trad. De
Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã, s/d.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. 13ª Edição, Rio de Janeiro: TOPBOOKS,
1999.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Obras de Joaquim Nabuco, São Paulo-Rio de
Janeiro, Companhia Editora Nacional, Civilização Brasileira S. A. ,1937.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta da armada*.
Obras Completas. São Paulo: Instituto do Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. *Carta a Amigos* Volumes 1 e 2. Obras Completas
Volumes XII e XIV. São Paulo: Instituto do Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

NABUCO, Joaquim. *Diários 1873 – 1910*. Rio de Janeiro/Recife: Bem-Te-vi Produções Literárias/ Editora Massangana- Fundaj, 2005

NABUCO, Joaquim *Um Estadista do Império – 2 Volumes*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AARON, Daniel; HOFSTADTER, Richard; MILLER, William. *The American Republic*. Vol. Two.. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs. 1959.

ALENCAR, José Almino & PESSOA, Ana (orgs.). *Joaquim Nabuco- O Dever da Política*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima- Vidas paralelas, itinerários divergentes*. In: CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

_____. *Relações Internacionais e políticas externa do Brasil – dos Descobrimentos à Globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ANDRADE, Manuel C. & DANTAS, Tereza C. S (orgs.). *Nabuco e Federação*. Série República, vol. 16, Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. (org.). *Joaquim Nabuco O parlamentar, o Escritor, o Diplomata*. Recife: Editora Massangana- Fundaj, 2001.

ANDRADE, Olimpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª ed. Ver., São Paulo: ed Nacional, 1978.

ARANHA, Graça. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*. São Paulo: Monteiro Lobato & cia. Editores, 1923.

ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Rio Branco e as Fronteiras do Brasil*. (Uma introdução às obras do Barão do rio Branco) Brasília: Senado Federal. 1999/2000.

BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBOSA, Ruy. *Obras completas. A Segunda conferência da Paz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1966.

BELLO, José Maria. *História da República*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina- de 1870 a 1930*. Vol. IV, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001

BRAGA, Oswaldo Melo. *Bibliografia de Joaquim Nabuco*. Coleção B1, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889-1902)*. São Paulo/Brasília: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

_____ e CERVO, Amado Luís. *História da Política Exterior do Brasil*. Coleção o Brasil e o Mundo. Editora Unb Brasília, 2002.

_____. *Política Externa da Primeira República; Os anos de apogeu – de 1902-1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Anais de História Instituto de Letras, História e psicologia de Assis*. SP, 1968/69.

BURNS, Bradford E. *A Aliança não escrita; O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima General de Bolívar*. Recife, 1983.

CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mario. (Compiladores) *El cono Sur. Una historia común*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S. A. 2002.

CARR, Edward.. *Que é história?* 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

COSTA, Milton. *Joaquim Nabuco entre a Política e a história*. São Paulo: Annablume, 2003.

DENNISON, Stephanie. *Joaquim Nabuco: Monarchism, Panamericanism and Nation-Building in the Brazilian Belle Époque*. Bern: Peter Lang AG., 2006.

FREYRE, Gilberto. Introdução in *Perfis Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, diplomatas – Um Ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOUVEA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Editora Massangana-Fundaj, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 5ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

_____. *Noções e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças – Reforma e Utopia no Contexto do Segundo império*. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht S. A , 2001

LAFEBER, Walter. *The new Empire. Na Interpretation of America Expansion 1860-1898*. Ithaca-New York: Cornell University press, 1967.

LACERDA, Virgínia Cortez de & REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Haia. Cinquentenário da 2ª Conferência da paz (1907-1957)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.

LACOMBE, A. J. *Rio Branco e Rui Barbosa*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1948.

LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola, 1904-190*. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1953.

_____. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt.)* Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980

_____. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*; Rio de Janeiro: livraria José Olympio editora, 1937.

_____. *Obra Seleta*. (org. por Barbosa Lima Sobrinho). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

LINS, Álvaro. Rio Branco. *Biografia pessoal e História política*. 3ª edição. São Paulo Editora Alfa-Omega, 1995.

Latané, Johnb Holladay. *American Foreign Policy*. New York: Doubleday, Doran & company, Inc. 1927.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *Brasil versus Inglaterra nos trópicos amazônicos: a questão do Rio Pirara (1829-1904)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001 (tese de doutorado).

NABUCO, C. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed ver. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

NABUCO, Joaquim *Nabuco em Washington: guia de pesquisa*. Coleção Temas Brasileiros, vol. 11. Brasília, Ministérios das Relações Exteriores, Editora Universidade de Brasília, 1981.

NABUCO, Joaquim. *Joaquim Nabuco: Diários*. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro/Recife: Bem-Te-Vi Produções Literárias -Editora Massangana/Fundaj, 2005.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *As desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos Diplomáticos do Brasil*. Tomo I, Brasília: Senado Federal, 1997.

OLIVEIRA, Marcos Guedes. *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2004.

PEREYRA, Carlos. *El Mito de Monroe*. Buenos Aires: Ediciones El Buho, 1959.

PRADO, Eduardo, *A ilusão Americana*. 5ª edição. São Paulo: Ed Ibrasa, 1980.

RICHARD, DENIS MA. *An Illustrated History of Modern Europe*. Sussex: Logman Fellow, 1974.

RICÚPERO, Rúbens. *Rio Branco*. R. J: Editora Contra-Ponto, 2000.

_____. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular*. In: ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: NUPRI, 1996.

_____. *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras Completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro Ministério das Relações Exteriores, 1948 (LX – Discursos; VIII – Estudos Históricos).

SATAS, Hugo Raúl. *Una Política Exterior Argentina*. Buenos Aires: Hyspa Distribuidora S. A, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21ª ed. Cortez. São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)*. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SYREH, Harold C. (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SYRETT, Harold (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

_____. *Rui e Nabuco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.

_____. *Três Estadistas: Rui-Nabuco-Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1981.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil. Vol. III Império e República*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

_____. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1948.

VIANNA, Oliveira. *O Occaso do Império*. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1925.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC, 1993.